

## ANGOLA: a política cultural do novo regime.

Págs. 6 e 7

# EM TEMPO

SEMANÁRIO NACIONAL - NÚMERO 7 - Cr\$ 10,00 - 17/23 DE ABRIL DE 1978



Concentração pela anistia em Porto Alegre, na última terça-feira (foto ET).

## ANISTIA GANHA FORÇA

Pág. 3

A greve de Contagem  
(10 anos depois)

## Passarinho

“A greve era justa... não fui lá para esmagar a greve, embora tivesse toda força.”

## Grevista

“Ele deu muito murro na mesa, disse que a greve era ilegal, fez um diálogo de guerra!”

Última página

## O protesto dos professores e funcionários

Pela primeira vez após muitos anos, em quase todas as unidades da Universidade de São Paulo (USP), professores e funcionários paralisaram suas atividades na última quarta-feira, 12, organizando um Dia de Protesto contra a política salarial dos governos Estadual e Federal.

Em grupos ou em assembleias, os problemas de salários e suas decorrências, como a evasão de quadros, falta de professores e restrições à participação política, foram o centro dos debates. No final do Dia de Protesto, cerca de 600 participantes do movimento receberam moções de apoio de várias entidades. Marcaram nova assembleia geral para o próximo dia 27, por ser “um prazo mais que suficiente para serem atendidas as reivindicações”, segundo Modesto Carvalhosa, presidente da Associação dos Docentes daquela Universidade (ADUSP).

Outras faculdades e institutos da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e da Universidade Estadual Paulista (UNESP), que possuem seus campi espalhados pelo interior, participaram das manifestações, com reuniões onde discutiu-se problemas de ensino, pesquisa e principalmente a reivindicação salarial dos docentes.

Ao mesmo tempo, a Associação dos Servidores da USP (ASUSP) convocava e - logo depois - cancelava, uma reunião de seus associados. Mesmo assim, perto de 120 funcionários se reuniram no gramado diante da Escola de Comunicações e Artes, concluindo ser importante a unidade com os professores na luta por melhores salários. Decidiram também reforçar a assembleia convocada pela ADUSP, onde denunciaram a omissão de sua entidade - a ASUSP - que não estava cumprindo o papel de representá-los.

O movimento de professores e funcionários recebeu o apoio das entidades estudantis e de professores do ensino médio. Organizado pela ADUSP, ADUNICAMP e ADUNESP, o Dia do Protesto representou uma derrota do Decreto-Lei 477 (que pode suspender atividades de professores e funcionários por 5 anos) e, principalmente, das medidas repressivas que hoje estão incorporadas aos regulamentos internos das universidades.

## ARGENTINA

# O BOICOTE À COPA

Zé Mário, presidente da Associação dos Jogadores Profissionais do Rio de Janeiro, considera arriscada a realização da Copa do Mundo na Argentina: “O clima lá é de extrema tensão e os estádios estão sempre cercados pelo Exército”.

Aqui é  
jogo duro!

Mais de 60 comitês de boicote à realização da próxima Copa do Mundo na Argentina estão em plena atividade na França, Suécia e Holanda; e novos grupos com igual propósito estão sendo formados em outros países da Europa. Essa campanha tem a liderança do COBA (Collectif pour Boycot l'Organization par l'Argentine de la Coupe de Football) e visa contestar que a sede do campeonato mundial de futebol seja “em qualquer país ditatorial onde estejam sendo violados os direitos humanos”, bem como “denunciar a utilização do esporte como recurso político de tais regimes”. No caso da Argentina, o próprio general Antonio Merlo, presidente da Comissão Organizadora do Mundial, teria confessado o interesse da Junta Militar encabeçada pelo general Jorge Videla: “Queremos mudar a nossa imagem internacional”.

Zé Mário, jogador do Vasco da Gama e presidente da Associação dos Jogadores Profissionais do Rio de Janeiro, declarou a EM TEMPO na última terça-feira: “Considero muito arriscado a realização da Copa na Argentina. O clima lá é de extrema tensão e os estádios estão sempre cercados pelo Exército. A Alemanha e outros países já contrataram empresas de segurança para proteger os seus jogadores. Infelizmente, não dá mais tempo para mudar de país. Agora não tem mais jeito”.

Para Marcos de Castro, jornalista carioca e crítico de futebol, “a questão não seria a de transferir a Copa da Argentina, pois, afinal, podem ocorrer seqüestros também em países democráticos”. O importante, diz o jornalista, “é que os comitês de boicote à Copa na Argentina façam suas denúncias contra a ditadura militar e o ideal é que eles sejam formados em vários países”.

Na página 9, EM TEMPO discute o papel do esporte no mundo capitalista e em Cuba; relata a situação de brasileiros que se encontram presos na Argentina; e conta a história da organização do COBA.



O general Jorge Videla, presidente da Argentina e principal artífice de uma Copa do Mundo, segundo um artista do COBA.

## Os (des)caminhos do autoritarismo

Depoimentos de Caio Prado Jr., Luiz Gonzaga Belluzzo e Fernando Henrique Cardoso.

Págs. 4 e 5

## Violências contra a Imprensa Nanica

Pág. 3

## Atenção, atenção: fala Figueiredo!

Pág. 4

# Curitiba, Urgente!

Os presos foram liberados, mas continuam as ameaças e os interrogatórios.

Depois que a Polícia Federal libertou os onze presos políticos, no Paraná, os organismos de classe e demais entidades que se solidarizaram com os presos através de assembleias permanentes, carta aberta ao povo e denúncias pela imprensa, saíram fortalecidos do episódio. Mas, em Curitiba, as intimidações continuam. Alguns dos onze presos continuam tendo suas casas vigiadas ostensivamente e são seguidos nas ruas. Outras pessoas não vinculadas ao processo das escolhinhas materiais também se ressentem dessa perseguição. Depois dos sequestros seguidos de interrogatórios com tortura havidos na cidade, nos últimos meses, o clima de intranquilidade se generaliza e não se sabe o que pode ocorrer a qualquer momento.

Tem-se que os sequestros se intensifiquem, já que com esse tipo de atividade clari-

destina dos órgãos de repressão, seus autores gozam de impunidade total perante a sociedade. A Comissão de Justiça e Paz que atuou firmemente no caso dos onze presos, teve um de seus membros constrangidos a prestar depoimento no DOPS sobre as atividades dessa entidade religiosa. As autoridades prometem punir os responsáveis pelo sequestro da professora Juracilda, mas não se sabe se esses, a exemplo do que ocorre em outros estados, serão apenas transferidos de repartição enquanto a opinião pública não esquece os acontecimentos.

Membros das diretorias das escolas "Oca" e "Oficina" continuam sendo chamados a depor na Polícia Federal. Pais de alunos e associados das escolhinhas também começam a ser chamados e não se sabe até onde vai a lista de intimidações.

# CENSURA PRÉVIA

## O São Paulo Movimento Tribuna da Imprensa

Nós, jornalistas e leitores, denunciaremos

# Glucksmann, de Paris.

De volta de sua "tournee" tropical em terras brasileiras, o "novo filósofo" André Glucksmann prestou contas à opinião pública nas páginas do "Le Nouvel Observateur". Apresentando o artigo, a revista afirma que o fato de ele ter sido convidado por universidades brasileiras é uma prova de que "a junta do general Geisel (que tomou o poder em 1974) parece ter escolhido a via de uma certa "liberalização". O que diz muito sobre a seriedade desse órgão de informação. Os franceses agora ficaram sabendo que quem governa o Brasil é uma junta e que a dita junta está no poder há apenas quatro anos.

Aparentemente zangado com as complicações que lhe criou a polícia política brasileira, o filósofo da moda larga brasa, relatando tudo o que

pôde ver e ouvir sobre o desrespeito aos direitos do homem. A censura prévia à imprensa, as torturas, o julgamento de Armando Frutuoso, o escândalo Fleury, a miséria do Nordeste, as últimas prisões no Paraná, fazem de seu artigo um verdadeiro ato de acusação ao regime militar. E termina, sem sair da moda, equiparando-o ao Kremlin.

O que se ouve no meio intelectual parisiense é que o balanço da viagem foi muito positivo. Ele conseguiu realizar perfeitamente a operação publicitária de sua editora no mercado brasileiro e ali já voltou como mártir. O que casa perfeitamente com a imagem de "paladino dos direitos do homem" que Glucksmann procura construir. Em sociedade tudo se sabe... (J.V.)

# FRENTES DE OPOSIÇÃO

Em Porto Alegre, o movimento "Democratização Partidária".

Denunciando o imobilismo e a incapacidade da direção municipal do MDB de Porto Alegre, o movimento "Democratização Partidária" lançou na semana passada seu manifesto programático, visando a disputa do diretório, o principal de todo o MDB gaúcho.

O comando do diretório está vago há um mês, pois os remanescentes da velha direção renunciaram coletivamente depois da decisão do Supremo Tribunal Federal cassando a perpetuidade da punição aos cassados pelos Ato Institucional, o que atingiu alguns membros do diretório.

Foi-se assim o trunfo que restava à direção conservadora, que mantinha-se no poder graças ao "pacote de reformas" do governo (que adiou as eleições internas nos partidos) e ignorando a decisão de renúncia coletiva aprovada na convenção extraordinária do partido há quase um ano.

Agora, com a renúncia "honrosa", após a decisão do STF, reabriu-se a disputa e as eleições já estão marcadas para maio. O movimento "Democratização Partidária", tem um programa que o

distingue das outras duas posições que também concorrem, não aceitando a velha e tradicional jogada da "chapa única" que envolve elementos das três correntes.

O programa defende "a luta pela anistia ampla e irrestrita; apoio à luta dos trabalhadores pelo direito de greve e liberdade sindical; revogação dos atos de exceção e conquista de uma Assembleia Constituinte livremente eleita." Apoiam o movimento o setor jovem do MDB de Porto Alegre, o Movimento Feminino pela Anistia, setores estudantis, brizolistas, de sindicatos e de bairros. O movimento compromete-se, em seu programa, a luta pela "efetiva democratização interna do MDB", pela autonomia política e orgânica dos setores jovens, trabalhista e feminino, pela criação de um jornal de caráter popular com direito e garantia de expressão a todas as correntes e tendências de opinião do MDB de Porto Alegre. O lançamento do movimento está forçando a uma polarização dentro do MDB da capital gaúcha que certamente terá mudanças na prática de frente das oposições." (J. V.)

Em São Paulo, a proposta de "Frente Eleitoral Popular".

Seria possível - e desejável - unir sob uma mesma "Frente Eleitoral Popular" todos os candidatos do MDB às próximas eleições, mais comprometidos com os interesses populares? A proposta, que já reuniu diversos setores da oposição num debate vivo no Rio de Janeiro (ver EM TEMPO nº 5), foi discutida também em São Paulo no último dia 10, com o encaminhamento de grande número de pessoas, inclusive deputados federais, vereadores, representantes de oposições sindicais, profissionais liberais e estudantes.

As discussões partiram da tese, aceita por todos, de que as próximas eleições de novembro se revestem de importância especial, para o avanço da oposição popular. A ideia da "Frente Eleitoral Popular" foi defendida entre outros pelo deputado Aírton Soares, que insistiu na "importância de unir todas as forças de oposição que se encontram dentro e fora do MDB em torno de uma plataforma que faça avançar o próprio programa do MDB e que atenda as legítimas aspirações populares." Essa iniciativa, segundo Aírton, não deveria ser interpretada como uma tentativa de dividir o MDB, mas sim a necessidade de atrair a massa do partido para posições mais avançadas.

O deputado Alberto Goldman, discordando em parte dessa posição, sustentou que se fazia necessária uma Frente Política, num sentido mais amplo, e que não se esgotava ao fim do processo eleitoral; uma frente que, incluindo o MDB como um todo ou quase todo ele, esteja vinculada a outros setores em busca de objetivos comuns que não seriam os meramente eleitorais. A Frente Eleitoral Popular em si, segundo Goldman, poderia não ser forçada para se impor ao conjunto do MDB, correndo o risco de dividir o partido e "isolar os setores mais consequentes da oposição."

Apesar dessas divergências, que revelam posições diferenciadas quanto ao melhor caminho a ser trilhado pelas oposições populares, há uma conjuntura que indica eleições importantes, possível reformulação partidária e sensível avanço das lutas oposicionistas, a reunião decidida pela formação de uma comissão de redação de um possível programa para a Frente Eleitoral Popular, a ser constituída por pessoas representativas de todos os setores presentes, e coordenada pelo IEPES de São Paulo. A comissão, contudo, não terá caráter deliberativo e só convocada novo plenário para prosseguir no debate.

# Considerandos

E agora, senhores, o "diálogo" com os trabalhadores.

Considerando que o "diálogo de Portella" com os políticos nasceu do pacote de abril e deu no que deu - o anúncio de que as reformas políticas seguirão o figurino do pacote;

Considerando que o herdeiro presuntivo de Geisel já disse que aumentos de salários só com aumento de produtividade;

Considerando que o governo continua achatando salários, com índices de reajustes salariais sistematicamente abaixo dos índices de inflação, quando podia muito bem fazer o contrário;

Considerando a fórmula fantástica que está sendo anunciada em Brasília, pela qual os reajustes seriam no futuro divididos em duas partes, dando um pouco mais para quem ganha menos e um pouco menos para

quem ganha mais; Considerando, principalmente, que a genialidade da nova fórmula está em que os patrões não gastam nem um tostão a mais do que estão pagando pela fórmula atual;

Causa espanto e até mesmo temor, a iniciativa do ministro Mário Henrique Simonsen, de abrir um "diálogo" em grande estilo com lideranças sindicais, que começou com uma reunião de cinco horas em São Paulo com trinta dirigentes sindicais.

No mínimo, o governo está mesmo com medo do avanço da mobilização operária, e como não tem a menor intenção de modificar substancialmente sua política salarial, tenta de novo o golpe do "diálogo", dessa vez em cima dos trabalhadores. (B. K.)



Em Tempo: em sua entrevista à TV-Globo, o presidente do Sindicato dos Jornalistas de Minas - ao defender a categoria que representa - fez críticas à legislação sindical (atrelamento dos sindicatos ao Estado) e ao FGTS, além de reiterar a denúncia da manipulação dos índices inflacionários de 1973/74.

# In-segurança Nacional

Quem pensa que a perseguição ao jornalista Lourenço Diaféria já acabou, está muito enganado. Diaféria foi preso no ano passado quando escreveu uma crônica sobre o sargento morto no zoológico de Brasília tentando salvar um menino do poço das aranhas, considerando-o um herói muito mais genuíno do que muitos outros que recebem estátuas por aí... Se o poder atualmente tem tentado manter uma certa fachada legal para justificar o arbítrio e o cerceamento à liberdade de expressão, nem por isso essa fachada legal pode se confundir com Justiça. No "caso Diaféria" (por exemplo, as Forças Armadas (na figura de seu Ministro do Exército, na época o gal Silvano Frota) se consideraram ofendidas pela referência aos "heróis não-genuínos" e, de-

pois de solto o jornalista, manteve-se o processo contra ele. No dia 10 passado o STM decidiu por maioria de votos que Lourenço Diaféria deve ser processado e julgado com base no Código Penal Militar por seu "crime", segundo o artigo 219 do Código Penal Militar, Diaféria teria cometido "propalação de fatos injuriosos ou ofensivos às Forças Armadas". Dessa maneira, um delito (se é que é delito a expressão da própria opinião, sem distorção de informações ou calúnia) que, na pior das hipóteses, incorreria contra a Lei de Imprensa, será julgado pelo Código Penal Militar. Jornalismo, nesse país, é questão de "segurança nacional". E pelo jeito, os donos do país andam muito inseguros. (R.N.)

# FINAIS

**ANISTIA** O Comitê Brasil - Anistia, sediado na França, manteve durante todo o mês de fevereiro passado uma exposição sobre a atual situação política brasileira incluindo painéis com as listas de opositores assassinados pelos órgãos de segurança ou dados como "desaparecidos". Paralelamente, foram realizados debates diários sobre vários aspectos da realidade brasileira.

**SUCIDADA** Yara, 20 anos, operária da Philco-Ford em São Paulo, jogou-se do 3º andar do prédio de sua fábrica, no último dia 5. Simples suicídio? Os companheiros de trabalho de Yara afirmam que não. E um deles explica: "Yara se matou dois dias depois do pagamento na firma, e ela ganhava apenas Cr\$ 8,00 por hora, tendo de enfrentar as péssimas condições de trabalho, as durezas que nossa classe enfrenta. De modo que o dia de pagamento pra nós é um dia de revolta".

**CAMPUS** "Assim não dá! Basta!" Essa é a chamada principal do Boletim do CAA-SO, Centro Acadêmico do Campus de São Carlos (USP). O Boletim, voltado prioritariamente para as lutas específicas no terreno da Educação, reivindica "Melhores condições de ensino", "Mais verbas para a Educação", etc, conta alguns casos "interessantes" que estão acontecendo em São Carlos. Um deles é a instalação de um portão à entrada do Campus, facilitando assim à polícia o fechamento da entrada das escolas quando lhe convier. A obra - numa conjuntura que segundo os alunos de São Carlos, é de falta de verbas - deve custar 120 mil cruzeiros. (S.S.)

**FORTALEZA** Os ecólogos de Fortaleza, demonstrando total apoio à SOCEMA (Sociedade Cearense de Defesa da Cultura e Meio Ambiente), reuniram-se no último dia 2 no Parque Municipal de Cocó. O encontro - denominado "piquenique ecológico" - foi uma forma de sensibilizar o fortalezense para a importância da área verde (coqueiros, mangueiras e cajueiros) de vinte hectares, onde o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) tem planos de construir sua sede administrativa.

**FOME** Carlos Alberto Soares e Rholine Sonda Cavalcanti, condenados à prisão perpétua e cumprindo pena na penitenciária de Itamaracá, Pernambuco, deverão entrar novamente em greve de fome na próxima segunda-feira (a quarta greve que fazem desde 1975). Os dois presos políticos, apoiados por 16 colegas de prisão, reivindicam o fim do isolamento carcerário a quem estão submetidos há mais de dois anos.

**UNIVERSIDADE** Benedito Barreto, reitor da Universidade Católica de Campinas (SP), depois de demitir recentemente 4 professores não alinhados com sua orientação, voltou a atacar na semana passada, desta vez forçando a demissão do diretor da Faculdade de Odontologia, professor Paulo de Castro Ferraz. Ao denunciar o fato, a Comissão Pró-Associação dos Professores daquela Universidade explica que a situação revela "até que ponto é cerceado o nosso direito à liberdade de ensino, de expressão e de organização".

# Botando as contas no prego

Quem garante o meu dinheiro é o governo brasileiro...

A poderosa Caixa Econômica Federal - CEF - quase não tem dinheiro para emprestar. O pouco que resta foi conseguido em bancos da Alemanha Ocidental. São os últimos milhões, destinados a clientes privilegiados. Quem são os privilegiados? Esse foi o assunto da semana passada, para a grande imprensa, na área de economia.

A CEF parou, praticamente, todas as suas linhas de crédito. Mas guardou dinheiro para o empresário José Luiz Moreira de Souza. Enriquecido graças a outros favores governamentais e à compra de empresas em dificuldade por Maria Moreira de Souza está com suas finanças sob intervenção. Do governo Acusado de caletreiro. Mas ele pretende terminar a construção de um shopping center, no Rio, e a Caixa financeira. Outro grande cliente é a ASA - Alumínio S/A Extrusão e Laminção, empresa comprada pela Caixa. E o próprio Exército, a quem a Caixa deve o preço de compra do lote de Copacabana. Segundo o presidente da Caixa, Ariovisto Almeida Reis, "para evitar o risco de não cair em mãos de multinacionais". Como que administro que o Exército entregaria a área do Forte sem maiores considerações.

Esses são alguns casos-exceções apurados, entre os vários que continuam levando a nota, apesar da Caixa estar de bolsos vazios. Enquanto isso, vem à tona denúncias de que estaria havendo cobrança de "taxas extras" para liberação de contratos, que seria objeto de uma sindicância jurídica. O ministro da Fazenda desmentiu a sindicância, admitindo como possível a abertura de uma investigação pela própria CEF. Mas no espaço de cinco dias o ministro se desmentiu duas vezes, até que, finalmente, admitiu que o governo continua soltando di-

nhem para Moreira de Souza. Embora negando empréstimos para outros construtores.

Ariovisto confirma: a Caixa parou de financiar compras de imóveis, operações hipotecárias e não está mais dando prosseguimento aos programas de desenvolvimento nas áreas de saúde, educação e previdência social, programas esses que eram sustentados por financiamentos da CEF ao FAS (Fundo de Assistência Social, executor da política social do governo). O presidente da Caixa ainda acrescenta: "quando a Caixa empresta, leva em conta o interesse cultural, filantrópico e cívico da ajuda".

Numa época em que a sociedade não dispõe de controles democráticos sobre as decisões dos tecnocratas, como Ariovisto, o dinheiro da Caixa - assim como de outras entidades do Estado, continuará se destinando à concentração do capital e da renda. Uma tendência que se torna mais gritante em momentos como esse, em que o dinheiro está tão curto que não dá nem para financiar os Sérgio Dourados e seus parentes da alta classe média.

Em ter que prestar contas de seus atos, a ação dos governantes na canalização dos recursos está inteiramente colada à ampliação do capital privado. O agravante é a crise econômica. Parte do capital já não consegue dinheiro do Estado. E parte da parte que consegue não está em condições de aplicá-lo, de forma a garantir o retorno necessário à continuação de seus projetos. Na verdade, a Caixa já deixou de cumprir seus originais objetivos assistencialistas há muitos anos. Agora ela se transforma em prego para alguns burgueses falidos privilegiados, porque o dinheiro não dá para todos. O que explica porque está havendo tanta gritaria.

# Golpe de Estado

Luiz Alberto Bahia foi vez direto ao assunto, na sua coluna política na Folha de S. Paulo, ao comentar as notícias, dando com certa dissolução dos partidos. É um golpe de Estado, diz Luiz Bahia, "...o golpe de Estado impediria a vitória provável da Oposição nas eleições diretas para as Assembleias e para a Câmara Federal" já que ele consiste em fazer o eleitor votar por critérios

apenas pessoas, sem considerar a origem partidária dos candidatos, porque seriam eliminadas as legendas.

O jornalista relaciona em seguida as duas justificativas do governo para o golpe: primeiro, porque "o país viveu um estado de guerra revolucionária e poderá voltar a vivê-lo;" segundo, porque "o povo não sabe votar e o país seria devolvido a demagogia e a anarquia..."

# OPOSIÇÃO SINDICAL



Na sede da entidade da categoria (foto Inédito desde 1964), a Oposição Sindical - Chapa 3 - que concorrerá às próximas eleições do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, apresentou oficialmente seu programa e sua chapa, no último dia 4. Compararam ao ato cerca de 600 trabalhadores, que aplaudiram as denúncias contra o atual dirigente da entidade, Joaquim Pedro de Andrade, que "nada mais tem feito do que afastar seus associados do caminho certo, para pactuar com os patrões" - segundo um orador.

Outro momento importante da reunião foi quando o candidato a presidente pela Chapa-3, Anísio Batista de Oliveira, resumiu os objetivos de seu programa: "Queremos construir a união da categoria, levando o sindicato a se aproximar mais dos companheiros nas fábricas. Organizar a categoria a partir de

seus locais de trabalho, incentivando a criação de comissões representativas. Estas comissões deverão ser a base para a mudança de toda a estrutura sindical. Assim organizados, levaremos a luta contra o arrocho salarial, por reajustes acima do custo de vida, pelo direito de greve, por liberdade sindical, enfim, por todos os nossos direitos e interesses da classe".

As fotos publicadas no EM TEMPO nº 6, por falha técnica, deixaram de receber a identificação dos devidos direitos autorais. Os créditos são os seguintes:

Página 4: Carlos Ruggi; José Estuáquio; Ennio Brauns Neto  
Página 6: T. Goulart; A. JB  
Página 7: Niels Andreas  
Página 8: Niels Andreas  
Página 10: João Urban  
Página 12: João Batista

# Assine EM TEMPO

Nome.....Profissão.....  
Idade.....Endereço.....Bairro.....  
Fone.....Cidade.....Estado.....CEP.....  
End. Comercial.....Horário.....Fone.....  
Estou enviando o cheque nº.....do Banco.....em nome da Editora Aparte S/A. Rua Bernardo Guimarães, 1884, Lourdes, Belo Horizonte (MG), CEP 30.000. Em São Paulo: Rua Mateus Grou, 57, Pinheiros, São Paulo, (SP), CEP 05415, fone 853-6680.

Anual Cr\$ 500,00

Semestral Cr\$ 250,00

**CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO:** Aluisio Marques, Álvaro Caldas, Antônio Carlos Carvalho, Antônio de Pádua Prado Jr., Bernardo Kucinski, Fausto Brito, Gilson Coeniza, João Batista Mares Guia, Jorge Baptista, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Otto J. Mattos Figueiras, Raul Angiada Font, Robinson Ayres, Ronaldo Mota, Tibério Canuto.  
**DIRETORES**  
Antônio de P. Prado Jr., Jorge Baptista, Robinson Ayres, Tibério Canuto, Bernardo Kucinski.  
Secretário de Redação: Carlos Moreira.  
Redator-Chefe: Jorge Baptista.  
**EDITORIAIS**  
**Internacionais:** Carlos Tibúrcio (editor), Marion Frank, Lionel Almeida, Altair Moreira, Maria Cristina Ptau, Eliezer Rizzo, José Veiga; **Nacionais:** Bernardo Kucinski (editor), Maria Moraes, Eduardo Fernandes, Carlos Sevério, Paulo Sérgio, Geraldo Nascimento, Antônio Roberto, Ottoni Fernandes Jr., Benedito Carvalho, Flávia Rezende, José Luiz, **Cultura:** José Arrabal, Maria Rita Kehl, Sérgio Squilanti (editores), Paulo Nassar, Ethel Leon, Cláudio Camargo, Fátima Diniz, Nadine Habert, Sérgio Rodrigues, Demétrius Magnoli, Gilberto Morgado.

Edmur Gomes.  
**Arte:** Eurico Uguaya, João Bosco L. Brandão, Paulo Roberto M. Borges, Sérgio L. Papi, Niels Andreas (fotos).  
**Arquivos-Pesquisas:** Silvestre Prado, Gilson Andrade, Márcia Albuquerque, Maria Quinteiro, Roberto Paixoto, Celso Lellis.  
**SUCURSAIS**  
**Brasília (S.C.S. - Edifício Maristela, s/1103):** Marco Antônio, Marina Juarez, Rita de Cássia; **Recife (R. Aníbal Faício, 127 - Frações):** Sérgio de Souza Cecy Prestello, Oriando Mindelo (coordenação); **Fred Navarro, Paulo Santos, Rebecca Scaurl, Alzira Medeiros, Eliane Veloso, Hilton Almeida, Marina Lima, Maria Everado, Paulo Magalhães, Riva Nogueira (administração); Belo Horizonte (R. Bernardo Guimarães, 1884):** Alberto Duarte (chefe da sucursal), Edgar da Mata-Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Flaminio Fantini, Flávio Andrade, Henrique Oliveira, João Antônio de Paula, João Machado, Lúcio Santos, Ricardo Trindade, Maurício Godinho, Paula Régis, Paulo Barcali, Paulo Vilaverde, Ricardo Rabelo, Sérgio Arapan, Virgílio Guimarães, Virginia Pinheiro (redação), Mariza Araújo (administração); **Curitiba (R. José Loureiro, s/1203 - Edifício Mauá):** Carlos Ruggi, Etza de Oliveira, Reinaldo Alem; **Porto Alegre**

(Av. Osvaldo Aranna, 1407 - Loja 20): Ana Barros Pinto, Gérson Schirmer, Jendira César, Jorge Garcez, Letícia Menezes, Marcelo Matte, Marcelo Lopes, Paulo Fogaça, Rejane Fernandes; **Salvador (Av. 7 de setembro, 292 - s/501):** Adelson Oliveira, João Henrique, Antônio Dias, Emiliano José, Dalton Godinho, Oldack Miranda, Lina Maria; **Rio de Janeiro (Rua da Lapa, 299 - s/408):** Adauto Novais, Alan Albuquerque, Antônio José Mendes, Bernardo Karan, Carlos Alberto Baia, Cláudio Câmara, Cláudio Cardozo, Clotilde Hasselmann, Ennio Brauns Filho, Fernanda Coelho, Jamir de Menezes, Jorge Ricardo Gonçalves, Lais Meireles, Lígia Bahia, Luiz Antônio de Aguiar, Luiz Arnaldo Dias Campos, Marcelo Barbas, Marcos Aarão Reis, Margarida Auran, Maria Helena Maita, Olga de Assis, Olga D'Araújo Câmara, Orlando Guilhon, Paulo Baia, Paulo César Araújo, Raimundo Teixeira Mendes, Regina Braga, Regina Maria de Abru, Ricardo Lessa, Sérgio Sbraglia, Susel Caldas.  
**ESCRITÓRIOS**  
**Vitória (ES):** Joaquim Nery, Luiz Rogério Frabno, Pedro José Mansur, Victor Martins; **Campinas (SP):** Fátima Barbosa, João Roberto Martins Filho, Reinaldo Barros, Araceli (SB); **David Dantas, Fernando Sávio, Sebastião Figueiredo, Valdomiro Júnior; Fortaleza (CE):** Fausto Aguiar (coordenação), Gerváio

de Paula e Rogério Araújo (redação), Daniel Santos, José Saraiva Jr., Vinício Araújo (administração e distribuição); **José Pessoa (PA):** Aurélio Aquino, Gerardo de Araújo, Manuel Campos; **Natal (RN):** Cicero Correia, Francisco de Assis.  
**ADMINISTRAÇÃO** - (São Paulo): Anilton Pinheiro, Aparecida Barbosa da Silva, Edvard Luiz Silva, Elvira Oliveira, João Carlos Leme, Nilo Sérgio Diniz, Samira Zaidan, Hélio Gomes.  
**Acesso Jurídico:** Luiz Eduardo Greenhalgh, Márcia Ramos de Souza (São Paulo); Adelson Oliveira (Salvador), Arnaldo Afonso Barbosa (Belo Horizonte).  
**Diretor-Responsável:** Robinson Ayres.  
**EM TEMPO** - uma publicação da Editora Aparte S/A - rua Bernardo Guimarães, 1884 - Lourdes (Belo-Horizonte). **Redação:** rua Mateus Grou, 57 - Pinheiros (São Paulo) - CEP: 05415 - Telefones: 280-4759 e 853-6680. Composto e Impresso nas Oficinas da PAT - Publicações e Assistência Técnica Ltda., rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 412 - Pinheiros (SP) - Telefone: 853-7461. Distribuição: Fernando Chingaglia Distribuidora S/A, rua Teodoro da Silva, 907, Rio de Janeiro - Telefone: 368-9112. Os artigos assinados não representam necessariamente a opinião do jornal.

# ANISTIA

## Um movimento que unifica

“Não depende da vontade pessoal dizer se a anistia será ampla e irrestrita ou se será apenas para ‘delitos de opinião’... o caráter e a amplitude da luta serão dados pela capacidade de mobilização e organização das massas em cima de suas lutas específicas e pelo grau das contradições da sociedade.”

Seis anos se passaram desde a primeira manifestação significativa em favor da anistia após o Ato 5 — um discurso isolado do então deputado Marcos Freire em favor da anistia feito na Câmara Federal em 1972. Ele conseguiu apertar inflamados dos líderes do governo, pequenas notas nos jornais, mas no geral caiu no vazio com o absoluto desprezo de todos os setores do poder e da própria oposição, que se manifestava pelo silêncio.

Em 1975, Franco Montoro levou à Câmara um manifesto do Movimento Feminino Gaúcho com 12 mil assinaturas. Não houve também respostas, mas iniciava-se uma luta que seria assumida durante esses anos quase que exclusivamente pelo Movimento Feminino pela Anistia. Mas o “milagre” acabou e a crise política que o país atravessa fez com que as vozes da oposição começassem ser ouvidas. De grupos de familiares de presos políticos, alguns setores da igreja e palavras de ordem nas manifestações estudantis, a luta pela anistia cresceu e se multiplicou. Luta pela anistia ampla, geral e irrestrita, pois anistias parciais e revisões de punições já são bandeiras de setores do próprio governo.

### Comitês pela Anistia

O primeiro — Comitê Brasileiro pela Anistia, CBA — foi formado no Rio de Janeiro e apresentado no dia 14 de março na Associação Brasileira de Imprensa — ABI — com a presença de mil pessoas aproximadamente. Diretores estudantis, representantes das oposições sindicais dos bancários e dos metalúrgicos, entidades de profissionais liberais e intelectuais apoiaram a formação do CBA, que teve amplo destaque na imprensa e fez vários setores do governo se manifestarem.

No Rio Grande do Sul, o Comitê Unitário de Luta pela Anistia foi criado durante ato público realizado no último dia 28 de março na Assembleia Legislativa. A primeira manifestação do Comitê unitário ocorreu na terça-feira passada com o lançamento de um abaixo-assinado, também em ato público, realizado em frente à Prefeitura de Porto Alegre. Mais de 700 pessoas participaram. Simultaneamente o manifesto foi lido nas cidades de Caxias, Pelotas e São Luís Gonzaga. Outros atos estão programados para diversas cidades do interior gaúcho ainda para este mês; 33 entidades representativas da oposição assinam o manifesto de constituição do movimento.

Na Bahia o movimento vem se articulando há mais de um ano, a partir do Movimento Feminino pela Anistia, mas somente após o lançamento do CBA-Rio é que foi formada uma Comissão Provisória para a estruturação de um comitê. O lançamento será dia 18 deste mês — Dia da Anistia. No mesmo dia será oficialmente lançado em São Paulo, em Ato Público, um comitê pró-anistia. Em São Paulo o movimento vem se articulando desde 75, a partir de grupos de advogados, familiares de presos políticos e outras entidades, mas somente a partir de março foram realizadas reuniões com a participação de dezenas de entidades; estudantes, de profissionais liberais, trabalhadores e oposições sindicais, com uma média de 200 pessoas por reunião. A proposta de programa, elaborada pela Comissão Provisória foi amplamente discutida nas diversas entidades.

### Um Tema que Unifica

O nível de organização e mobilização que esses movimentos estão conseguindo é bastante expressivo,

considerando-se que todos eles se estruturaram efetivamente em comitês apenas a partir do início deste ano. Uma apreciação geral permite afirmar que a luta pela anistia pode tender ao papel de elemento unificador dos diversos setores da oposição numa luta mais ampla pela democratização. Unificação que não foi conseguida pela bandeira da Constituinte ou pela “luta pelas liberdades democráticas”. A proposta de uma Constituinte, esvaziada pelo próprio MDB em suas conciliações com o Poder, não deixa muitas ilusões, apesar da vontade de seus defensores quanto a sua concretização em uma Constituinte Popular, Livre e Soberana. A bandeira de “liberdades democráticas” não conseguiu até agora mobilizar realmente os setores das classes trabalhadoras, cujo nível de consciência em geral situa-se nas lutas econômicas, por enquanto.

A unificação não poderia, obviamente, ocorrer com outros movimentos existentes, de objetivos mais específicos como o Movimento de Custo de Vida ou a Convergência Socialista.

A anistia, ao contrário, sem deixar de ser uma bandeira eminentemente política, é uma luta mais concreta, imediata e ampla o bastante para abarcar os mais diversos setores da oposição.

Além disso, o espaço dessa luta pela anistia está dado na conjuntura a partir da crise econômica e política existente. Um espaço conquistado pela oposição mas que não foge, em certa medida, ao espaço aberto pelo governo em seus propósitos de “institucionalização da revolução”. Afinal, o próprio candidato-presidente Figueiredo, após várias declarações contraditórias, afirmou em entrevista recente que “nada está excluído em matéria de anistia no meu governo”.

O que não torna a luta menos necessária pois, obviamente, ela será sempre arrancada como uma conquista.

O possível caráter unificador da campanha pela anistia não implica na ausência de divergências no interior do movimento. Algumas secundárias, que não chegam a comprometer o movimento na sua fase inicial, outras mais importantes. A tese de “pacificação nacional”, defendida por muitos setores da oposição, embora não chegue a entrar na questão específica de anistia “para torturados e torturadores”, defendida por Peri Beviláqua no lançamento do CBA do Rio de Janeiro, permite, por exemplo escamotear o verdadeiro caráter de classe do regime militar.

Joviniano de Carvalho Neto, presidente da Associação dos Sociólogos da Bahia e presidente da Comissão Provisória do Comitê pela Anistia daquele estado, declarou a EM TEMPO que “entende a anistia como a superação de uma fase que dividiu os brasileiros como inimigos. A idéia da anistia implica em superar esta divisão e deixar todos livres para participar do debate político e eleitoral. No fundo não seria exatamente esquecer; esse período histórico deve ser estudado e compreendido como uma série de lições. Fica difícil esquecer fatos como as torturas que pessoas da minha geração sofreram.”

Já em São Paulo, um dos organizadores e membro da Comissão Provisória fala que “não há pacificação nacional. A violência revolucionária é consequência da violência reacionária. A anistia é a luta por um espaço para a oposição. Visa recolocar no país pessoas que lutaram contra um regime que arrocha os salários dos trabalhadores, que tem lei antigreve e não permite a organização e manifestação dos se-

tores oprimidos da sociedade”.

Mas os limites e o caráter dessa luta serão dados por um lado, pelos setores que a integrarem — há oposições — e, de outro lado, dependerá fundamentalmente da correlação de forças das diversas classes sociais.

Vanderley Caixe, coordenador do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, órgão da Arquidiocese da Paraíba, afirma em entrevista para EM TEMPO que “não depende da vontade pessoal dizer se a anistia será ampla e irrestrita ou se será apenas para ‘delitos de opinião’. Quem dará o caráter e amplitude da anistia será o grau de

contradições na sociedade e a capacidade de mobilização e organização das massas em cima de suas lutas específicas. A anistia passa a ser bandeira da classe operária quando tem expressão através de seus órgãos, sejam eles legais ou não. A anistia não será seguida necessariamente de uma desarticulação dos aparelhos repressores; na verdade será o nível de movimentação do aparelho repressivo e sua gradual desarticulação. Sem um grande nível de mobilização, a anistia não atingirá profundidade e continuará a haver cerceamento das liberdades individuais.”

(C.S.)



## Alvará de soltura

Artur Ge. aldo Bomfim de Paula preso na Penitenciária Lemos de Brito — em Salvador — foi absolvido por unanimidade pelo Superior Tribunal Militar no dia 27 de março. Ele conta a EM TEMPO as violências da cadeia e afirma: “Por tudo isso precisamos conquistar uma anistia ampla, geral e irrestrita para que se possa, de fato, viver as liberdades democráticas”.

“Fui preso no dia 27 de abril de 1974, com 27 anos de idade, em Recife, no Bairro do Jordão, em consequência de outras prisões que os órgãos de segurança tinham feito no Maranhão, Paraíba e Pernambuco. Um dos presos levou os agentes de segurança em minha casa. Preso na madrugada, juntamente com Raimundo Oswaldo Cavalcanti Barroso, fomos encapuçados, algemados e levados para uma unidade militar que nós identificamos como tal pelo movimento que ouvimos de instrução de soldados e toque de corneta.

Nesse local havia uma carceragem parecida com um labirinto, com uma média de 10 celas onde os presos eram colocados apenas de cuecas. E tínhamos de dormir no cimento puro. Quando saíamos para os interrogatórios, a qualquer hora do dia ou da noite, iam com as mãos algemadas para trás e com um capuz preto cobrindo a cabeça para que não identificássemos o interrogador. As sessões eram por tempo indeterminado e sempre acompanhadas de muita violência: espancamentos, choques elétricos na cabeça e nos órgãos genitais. Havia também o pau-de-arara, afogamento. E a intensidade de cada método variava de acordo com o interrogador.

Na primeira semana a tortura foi de uma violência quase mortal para todos os presos que estavam lá. Depois foram se alterando até o 20º dia de prisão quando então não houve mais pressão. A partir daí foi a fase de recuperação física, com assistência médica para a gente sair inteiro de lá. Alguns interrogatórios se limitavam a tortura psicológica, como ficar ameaçando o preso de morte ou ameaças de entregá-lo a

outra turma mais violenta. Enquanto alguns torturadores eram violentos nos interrogatórios, gritavam e xingavam o preso, outros pareciam pessoas amistosíssimas.

Isso era uma tática de comportamento que objetivava envolver o preso. Alguns chegavam a afirmar que eram contra a tortura e métodos medievais dos interrogatórios. Em alguns casos eles conseguem envolver o preso, mas quando o preso tinha amadurecimento e estava preparado para enfrentar as duas situações isso não ocorria. De certa forma, pode-se dizer que a tortura psicológica é muito mais nociva do que a física, embora esta última possa levar o preso à morte.

O caso de Raimundo é o mais dramático. Ele enloqueceu na prisão, durante a fase dos interrogatórios. Ficou totalmente inconsciente, fora do tempo e de tudo, absolutamente descontrolado. No quartel do Corpo de Bombeiros precisou se submeter a tratamento psiquiátrico, cujos resultados encontram-se anexados aos autos do processo.

A recente greve de fome na Penitenciária Lemos de Brito teve origem na intransigência do diretor atual que se negou a atender as reivindicações que estávamos fazendo. Uma delas é a de aumentar o número de visitas por pessoa. Não é permitido que cada preso tenha mais do que 4 visitas. Isto cria situações absurdas como o caso de Paulo Vieira que tendo 6 filhos não podia recebê-los de uma só vez. Essa mesma direção resolveu aplicar a censura sobre jornais (EM TEMPO E MOVIMENTO), revistas e correspondências de presos antes de colocá-las no correio.” (Depoimento a Otto J.M. Filgueiras)

## EDITORIAL

## Violências contra a imprensa alternativa

Na tentativa de bloquear o desenvolvimento da oposição, debatendo-se no emaranhado de suas contradições internas, o governo tem se esquivado, continuamente de assumir medidas que aprofundem o desgaste político do regime. Precisa reprimir, mas não quer passar recibo e, por isso transfere a responsabilidade por ações repressivas para a periferia do aparelho estatal. Evita-se, por exemplo, baixar a censura prévia sobre os jornais independentes que apareceram em diferentes Estados, pois a medida exigiria novo ato do Presidente da República ou de seu Ministro da Justiça. A censura prévia se limita, hoje, a três veículos — O São Paulo, Movimento e Tribuna da Imprensa — mas, o regime aciona agora outras formas de pressão contra a imprensa independente: prende jornalistas, apreende jornais, intimida empresas gráficas e distribuidoras. Nos últimos dias, seis jornais do Rio de Janeiro, São Paulo, Fortaleza e Maceió foram alvos dessas arbitrariedades — inclusive EM TEMPO.

Os fatos são bastante reveladores da tática do governo, que pretende mascarar o seu papel, descomprometendo-se perante os atos cometidos. No caso do recente

sequestro de Juracilda Veiga, colaboradora do semanário Movimento, em Curitiba, nenhuma autoridade assumiu qualquer responsabilidade, ficando tudo por conta do misterioso “braço clandestino da repressão”. Em regra, os ataques à imprensa, aqui e ali, correm à margem das formalidades legais definidas pelo próprio regime.

Na tarde do último dia 6, aparentemente por humor de seu comandante, dois soldados e um oficial do 2º Batalhão da Polícia Militar recolheram exemplares de EM TEMPO no bairro de Botafogo, Rio de Janeiro, e fato inédito — prenderam dois jornalistas pelo “crime” de venderem em suas bancas um jornal independente.

Isto indica que se procura pressionar os jornalistas para que não exponham em suas bancas jornais como Repórter, Flagrante, Movimento e EM TEMPO. É isto que explica a atitude da Polícia Federal, em Fortaleza, ao chamar para depor alguns jornalistas que vendem EM TEMPO. Em Fortaleza, aliás, a Polícia Federal emprega um mecanismo próprio para cercar a liberdade de imprensa: convocou os diretores do tabloide Mutirão e os intimou a entregar a relação de assinantes e colaboradores

daquele jornal, considerado “clandestino” pelo delegado José Desidério, apesar de seu registro legal.

Em Maceió, a gráfica oficial — Sergasa — tentou fazer o jornal Debate aceitar a mesma cláusula de auto-censura antes imposta ao jornal Opção. Já o Bagaço, bimestral do Rio de Janeiro, foi impedido no último dia 6 de ser impresso na Gráfica e Editora Fon-Fon. Os diretores da gráfica revelaram estar sofrendo pressões da Polícia Federal.

Também os Distribuidores começam a sofrer intimidações a exemplo da Fernando Chinaglia, do Rio, pressionada para não distribuir o Repórter. As perseguições contra esse jornal chegaram ao ponto da Polícia Federal exigir que a gráfica Mory lhe entregue, toda vez que for imprimir o jornal três exemplares para “verificações prévias”.

Instala-se, em consequência dessa tática, o jogo do empurra-empurra, como demonstra o episódio com o Repórter, no qual o Ministro Armando Falcão diz que a decisão teria sido de responsabilidade da Polícia Federal enquanto

# A FESTA

## Tanto riso, tanta alegria

Consumiram toneladas de carne nas churrasqueiras de Brasília, fizeram turismo pela cidade... e à noite voltaram a se reunir para eleger, pelo voto secreto, o general João Batista Figueiredo.

Crachá na lapela, pastinha azul na mão, o delegado da Arena paulista não se conteve e gritou um entusiasmado "viva o Figueiredo" quando foi concluída a apuração da urna em que ele havia votado. Outros delegados todos de crachá e pastinha, autênticos convencionais, bateram palmas. Afinal, tanta alegria se explicava: o candidato João Baptista de Figueiredo que também é general de quatro estrelas e chefe do Serviço Nacional de Informações, havia recebido, naquela urna todos os votos depositados.

O crachá, a pastinha, o delegado vindo do interior paulista, a comemoração, a unanimidade, caracterizam bem o que foi a convenção nacional que a Aliança Renovadora Nacional, a Arena, realizou em Brasília durante dois dias, sábado e domingo, para formalmente escolher os candidatos do partido à presidência e à vice-presidência da República. Tratava-se apenas de cumprir uma formalidade legal, mas os arenistas levaram tudo a sério e procuraram cumprir rigorosamente seu papel. Durante dois dias brincaram de convenção e se esforçaram para que todos pensassem que estavam fazendo alguma coisa séria, importante.

Os dirigentes arenistas tentaram aplicar da melhor maneira os mais de dois milhões de crachás que o partido gastou com a brincadeira; mandaram fazer os crachás e as pastinhas para os 700 convencionais, mobilizaram funcionários, penduraram faixas no plenário da Câmara dos Deputados, enfim, procuraram montar um cenário adequado. Os convencionais, senadores, deputados e delegados de todos os estados e territórios, lotaram os hotéis, motéis, restaurantes e boates de Brasília. Pois convenção deve ser uma festa.

No primeiro dia, os convencionais arenistas ouviram a saudação do senador Jarbas Passarinho, vice-presidente do partido, e mais uma série de pronunciamentos dos quais dificilmente se lembrará. Consumiram toneladas de carne nas churrasqueiras brasileiras, fizeram turismo pela cidade, alimentaram as especulações sobre quem serão os futuros governadores - o assunto preferido na convenção - e, à noite, voltaram a se reunir para votar. Escolheriam, pelo voto secreto, os candidatos do partido, decidindo se aceitariam ou não as indicações feitas pelo presidente da honra da Arena, Ernesto Geisel, que também é general de quatro estrelas e presidente da República.

O voto era secreto, mas sem exageros. Como a chapa era única, o convencional só tinha que colocar a cédula dentro de um envelope pardo e depositá-lo em uma das dez urnas espalhadas pelo salão verde da Câmara. Para garantir o segredo do voto, havia pequenos biombo de cartolina em cima de mesas tam-

bém espalhadas pelo salão, à guisa de cabines indecifráveis. Só que se puxasse uma caneta para escrever alguma coisa na cédula - anulando seu voto - ou nada colocasse dentro do envelope - votando em branco - o convencional podia ser visto com facilidade. Mesmo assim, 25 convencionais votaram em branco e dois anularam seus votos. Pelo menos, de acordo com a contagem oficial.

Porque, na verdade, todos também puderam ver a desesperada tentativa dos arenistas de assegurar a unanimidade ou, já que isso era impossível, o menor número de votos contrários aos candidatos oficiais. A apuração, feita por três convencionais em cada uma das 10 mesas, chegou a causar gargalhadas algumas vezes. Em uma das mesas, os envelopes sequer foram abertos; foram contados, apenas, e o resultado imediatamente proclamado. Todos os votos para Figueiredo, claro. Os jornalistas ainda perguntaram se não seria conveniente abrir os envelopes para ver se todos haviam de fato votado em Figueiredo, mas ficaram falando sozinho, pois os mesários - chefiados pelo deputado federal pernambucano Aderbal Jurema - já haviam preenchido a ata e se retirado rapidamente.

Em outra mesa, 85 dos 86 votos eram para Figueiredo, mas depois de sucessivas recontagens, os mesários entenderam que todos os 86 eram para Figueiredo. "Um a mais, um a menos não faz diferença", justificou um deputado. A apuração mais agitada foi a da mesa presidida pelo senador sergipiano Lourival Batista, depois de contados os votos, ele proclamou que todos os 103 eram para os candidatos oficiais. Os jornalistas lembraram que uma das cédulas havia sido rasgada no meio, o que anulava o voto. Os arenistas em volta da mesa imediatamente protestaram e Batista, soberano, recusou a alegação. "Mas passou um voto todo riscado", voltaram a atacar os jornalistas, de repente exercendo a função de fiscais. Os arenistas negaram, de jeito nenhum. Passou, insistiram os jornalistas. Resolveu-se então fazer a recontagem.

Realmente, o voto riscado existia. "Isso não é nada, ele deve ter experimentado a caneta e riscou sem querer", explicou Batista, muito sério. "Claro, claro", concordaram os arenistas, ávidos pela unanimidade. Mas um jornalista perguntou, desmancha-prazeres: "Experimentar a caneta para que, se não tinha nada para escrever na cédula?" "Bem, talvez ele estivesse sem óculos", ariscou Batista, mas desta vez até os arenistas riram. "Senador, anula este senão vai pegar mal", sugeriu alguém, e o voto foi anulado.

Mas ainda haveria mais. Irado, o deputado estadual mineiro Sylo Costa protestou porque havia votado em branco, com testemunhas, e seu voto não havia aparecido em meio à unani-



Em uma das mesas os envelopes sequer foram abertos; foram contados apenas e o resultado imediatamente proclamado: todos os votos para Figueiredo.

Como foi com seriedade - as testemu-

nhas garantem que ninguém viu - que os dirigentes nacionais da Arena vestiram seus melhores ternos na manhã de domingo para irem à Granja do Torto comunicar ao general Figueiredo e ao candidato a vice-presidente, Aureliano Chaves, que ambos haviam sido eleitos pelos convencionais. E na noite de domingo, depois de ouvirem silenciosamente o discurso de Figueiredo, os arenistas tiveram a satisfação de poder apertar a mão dos candidatos - mesmo enfrentando uma longa fila - e descobriram uma diversão: ficar observando quem ganhava maior abraço do general, ou recebia um seco aperto de mão. Só isso garantia assunto para muitos dias: nada como ver as coisas de perto em Brasília. Ainda mais participando ativamente delas (de Brasília).

# O DISCURSO

## Porque me ufano da Revolução

No seu discurso de candidato o general Figueiredo resumiu as entrevistas que dera logo antes a muitos jornais e revistas. Muitos viram ali truculência, outros esperanças, outros inabilidades. Mas, afinal o que disse e para quem?

"Quando uso uma palavra - disse Humpty Dumpty em tom escarninho - ela significa exatamente aquilo que eu quero que ela signifique... nem mais nem menos."

- A questão - ponderou Alice - é saber se o senhor pode fazer as palavras dizerem coisas diferentes.

- A questão - replicou Humpty Dumpty - é saber quem é que manda. É só isso."

"Alice no país dos espelhos"

Oficialmente o General Figueiredo é o candidato número um à Presidência da República, indicado meteoricamente pela convenção nacional do partido a que se filiara dias antes. Entretanto - ninguém o nega já fora "designado" anteriormente para o cargo. Vai aí, entre ambos os fatos, uma distância irrisória, e uma distância razoável. Uma distância irrisória porque a convenção da Arena que homologou o candidato era uma pantomina, com marcação rígida. Uma distância razoável, porque a pantomina é absolutamente necessária: a escolha foi "revolucionária", disse o general em seu discurso. Houve, entretanto, que providenciar um maciço aplauso "partidário".

A contradição entre fachada e realidade sempre marcou o regime pós-64 e sua oratória política. Progressivamente o discurso do poder se fez autônomo e impune perante a nação: afinal, exercer o poder revelou-se também distender as palavras. Inventaram-se progressos, desenvolvimentos, potências emergentes, palavras como "democracia", "revolução", foram redicionarizadas. Criaram-se "partidos": de um lado, um bando de aves de rapina disputando as primícias e a sombra do poder - como atesta hoje a sucessão estadual; do outro, um "partido" de oposição que, afinal, ao longo do tempo, revelou-se uma agremiação em que, na época das eleições, cabe quase toda a nação: quer dizer, não é partido. O discurso ideológico oficial cobriu-se de frases bombásticas e de posturas trágicas do tipo "o liberalismo morreu", "não há democracia plena", e outras: grandes lances teatrais apenas para se manter a mordacade quotidiana.

Mas nem tão bem funcionou esta mordacade. A oposição de estudantes, intelectuais, Igreja, ampliou-se; a classe média jogou papel picado sobre as passadas de 77; o governo viu-se compelido a usar com assiduidade o tapace do AI-5, enquanto acariciava com a outra mão a retórica da "distensão"; a censura não conseguiu barrar a vida intelectual da nação; aqui e ali, ainda de modo disperso, em manifestos e reivindicações de revisão salarial, os operários puseram o nariz na cena política; false-se em novos partidos, em convergência socialista, Arrais da entrevista no Pasquim, Brizola conchava com a social-democracia europeia, o empresário perde muito da confiança no governo. Afinal, paralelamente este processo de oposição ampla, difusa e às vezes confusa, o bloco no poder apresenta fissuras

graves: Magalhães é "anti-candidato", ainda que se diga candidato; os coronéis descontentes ameaçam grandes ousadias. Como resposta a tudo isso, o general candidato desembainha a sua franqueza, consubstanciada nas entrevistas, anunciadas como "exclusivas", e no discurso perante a convenção da Arena. O general, enquanto candidato, fala à nação. Mas a que "nação"? Evidentemente, àquela que está representada no círculo de poder. De um lado, a fala é ampla, para todos; ao mesmo tempo, com as mesmas palavras, é construída em torno de recados específicos, dirigidos a um círculo de poder que rachu há pouco tempo. Eis dois recados constantes nas entrevistas do general e em seu discurso com futuro presidente, designado, que se candidata à condição de candidato:

- Ao ufanismo desenvolvimentista, já combatido durante o governo Geisel, substitui um outro ufanismo - o revolucionário. A seu modo, o general apresenta-se como "realista". O país, que antes, mais por golpe publicitário do que por outra coisa, fora promovido a condição de "potência emergente", vê-se novamente rebaixado à condição de país problemático: tem pobreza, miséria, problemas de saúde, higiene, abastecimento, habilitação profissional, nutrição. Qual a conclusão? O povo deste país "não sabe escolher". Nestas condições, a "Revolução" até que fez muito; e não pode acabar. "Está viva", como diz o general, "está acima dos partidos". "Não podemos perder 14 anos", diz ele: é um apelo à unidade.

- Quanto ao Exército, em todas as entrevistas e no discurso louvamos a disciplina e a franqueza para com os superiores, além do "apostolado da integridade nacional". Novamente, um apelo à unidade, aqui representado pela hierarquia.

No restante, o candidato à condição de candidato não vai muito além do óbvio para uma pessoa nessas circunstâncias: promessas de democracia ("relativa", é claro), apelos a "imaginação criadora", votos de que os trabalhadores melhorem de condições de vida aumentando a produtividade, pedidos aos estudantes no sentido de que se desenvolvam profissionalmente, etc.

O nó do discurso, e das entrevistas que o antecederam, está nos dois itens anteriormente especificados. O general tem sido franco, e ousado; ao contrário do que muitos pensam, coerente, de frase para frase, de conversa para conversa, a demonstrar que algo tem que mudar, a nível do discurso político oficial, para que a realidade continue a mesma. O general está conscio de que fala para um círculo de poder que, se já foi unido, hoje está dividido e, em alguns casos, retalhado (como entre os candidatos à sucessão). Esta é a chave para seu discurso: antecipar-se a desintegração das bases de sustentação do regime, na caserna e fora dela, através de uma confiança renovada na "Revolução" e nas palavras da "Revolução" (Flávio Aguiar).

# Os (des)caminhos

"O governo esta pendurado no ar", diz Fernando Henrique Cardoso. A crise econômica rompeu o pacto das classes dominantes e desembocou num impasse político. O governo militar vai ficando sem sustentação e sai em busca de nova composição do poder. Para Fernando Henrique Cardoso as modificações no sistema político apontam para um regime menos autoritário. Daí as propostas de reformulação partidária.

Luiz Gonzaga Belluzo identifica no horizonte um novo pólo dinâmico de acumulação. A indústria automobilística e a de eletrodomésticos deverão perder terreno para a produção estatal de insumos básicos articulada com um emergente setor nacional de bens de capital. Este desponta como a fração de capital com a capacidade de apresentar um projeto hegemônico. Mas defronta-se com um Estado que defende os interesses do setor de bens de consumo duráveis. E cadê o povo nessa história? Se não foi ele o responsável pela crise do regime, como diz Fernando Henrique Cardoso, vem ocupando o espaço político aberto pela dissensão das classes dominantes e tende a ultrapassar os li-

mites impostos pela "democracia restrita".

Conclusão do debate iniciado em EM TEMPO nº 6.

Entrevistas concedidas a Maria Moraes e Guido Mantega, com a colaboração de Flávia Resende.

## Fernando Henrique Cardoso



ET - Como você interpreta a crise política que passa a tomar corpo a partir de 1974?

FHC - A partir de 74 passa a haver um processo de abertura depois de estabelecida uma nova ordem, pois o autoritarismo estava velho e incapaz de fazer a distribuição dos interesses dominantes. Os problemas atuais são bastante diferentes dos de 64. Naquela época estávamos diante de uma séria crise social, econômica e política e a acu-

mulação de capital tinha de dar um salto. Hoje esse salto já está dado e a crise é muito mais política; não há nenhum setor das classes dominantes propondo algo substancialmente diferente pois o capitalismo monopolista está consolidado. Hoje homens como o Delfim Neto estão tentando formular uma saída para a problemática política das classes dominantes. O Delfim tem falado em democracia, tem falado em mobilizar.

ET - Você acha que uma vez consolidada a sua dominação econômica as classes dominantes partiram para se legitimar?

FHC - Exato. Só que não existe um projeto único, não existe um consenso em como fazer a coisa. Então as classes dominantes começam a se articular para baixo, é um setor da classe dominante brigando com outro setor e nessa briga buscando apoio nas classes populares e tentando criar partidos com concepções diferentes. Já em 74 Geisel sobe ao governo com o Plano de distensão que acentuava a necessidade de se dar mais ênfase nos aspectos sociais. Havia uma intenção de criar as condições para possibilitar que o político renascesse. Mas para isso é preciso que as pressões sociais estejam relativamente desafogadas. O interessante é que isso foi formulado num período em que estava claro que isso seria impossível por causa da crise econômica. De 74 a 77 o Plano de distensão vai ficando mais claro e aparecem os contornos de uma democracia restrita, isto é, existe uma tentativa de se estabelecer novas regras do jogo político, não tão fechadas como as anteriores, mas que tenham limites bastante claros. Nada de democracia de massas. Mas como você faz uma democracia restrita com um eleitorado de 40 milhões de pessoas? De qualquer forma Geisel tentou a mudança política e passou a atacar as bases do sistema autoritário. E a base do sistema como o nosso (base política e não econômica) é o Sistema com S maiúsculo. Assim ele conseguiu de um lado aumentar o debate político e do outro controlar a repressão. Não acabou mas controlou. Agora, para desligar o sistema militar do sistema decisório, tem de ser criado o sistema de

partidos, tem de ser criada a fórmula viável da democracia restrita. Aí é a crise política.

ET - Mas se Geisel cortou os vínculos com o Sistema militar, quem sustenta o governo?

FHC - Hoje o governo esta pendurado no ar. Está na cara que foi o Geisel que impôs o Figueiredo. De modo que ele tem uma força enorme de impor. Mas o custo de impor foi cortar a base real de sustentação do governo sem constituir uma base alternativa. Então está lá o presidente da República com uma imensa força pessoal mas sem os mecanismos institucionais de passar essa força para a frente. Enquanto o exército estava referendando o negócio, ninguém discutia, porque todo o mundo tinha medo. Veja, por exemplo, nas sucessões dos governadores. Ninguém pedia as designações. Hoje elas são um problema, porque não existe um sistema político capaz de repartir o bolo entre os setores dominantes. Isso caracteriza a crise. Claro que não é só isso. Existe a pressão das massas. Mas eu não creio que a pressão das classes populares esteja condicionando o processo. Essa pressão é virtual, pode-se dizer que existe permanentemente, mas não foi ela quem precipitou a crise e sim a briga entre os donos do poder. Por isso Delfim saiu na disputa da sucessão de São Paulo. Ele entendeu que não há mais sistema militar. A revolução acabou, então tem que ter um sistema político para decidir, tem que se criar as novas esferas de poder. Todo o mundo sabe que nem a Arena nem o MDB são esse sistema político. Nem a ARENA é a base do poder nem o MDB é a espinha dorsal da oposição.

ET - Como vem sendo feita a desativação do sistema militar?

FHC - Geisel vem conseguindo controlar o exército, empurrando-o na linha da profissionalização. Então, pela primeira vez, durante o regime militar, os ministros militares do General Geisel quando indagados politicamente respondem como profissionais. Agora, nesse processo os militares politizados

esperam. Não se tem a mesma unidade política do exército.

ET - Então como resolver a crise política?

FHC - Ou se forma um sistema de partidos ou então tem de voltar os militares. Por outro lado, eu não vejo dinamismo na sociedade para formar esses partidos. Está todo mundo esperando. Esperando Godot; esperando que o General Geisel diga quais são os partidos.

ET - Qual o sentido da reformulação partidária para a oposição?

FHC - Bem, a reformulação partidária foi uma manobra para dividir a oposição, e enfraquecer o MDB. Mas a oposição não é tão infantil assim, e o que ela fez? Aceitou a proposta de novos partidos mas primeiro vai querer ganhar as eleições junto com o MDB. Queremos novos partidos mas vamos jogar no MDB. Assim a manobra não está surtindo o efeito desejado pois toda a rearticulação partidária esta passando pelo MDB. Por isso eu acho que a regulamentação dos novos partidos vai depender do resultado das próximas eleições. O governo não vê com simpatia a formação de partidos de massas. Então ele vai querer fazer os novos partidos a partir de blocos do Congresso. Fazem-se as eleições, dissolvem-se os partidos atuais, e os parlamentares agrupam-se em tendências ou sublegendas para constituir os novos partidos. Como aconteceu na Inglaterra no século XIX. Os partidos saíram do Parlamento e depois foram às massas. É o que provavelmente vai acontecer no Brasil. Daí a importância de ter gente se articulando para entrar no Congresso e dificultar qualquer desdobramento que possa haver. Se a gente pensar a longo prazo, não interessa o voto na legenda e sim em pessoas que tenham compromissos com certas posições. Eu acho que as pessoas mais sensíveis da oposição sabem disso e estão se preparando para esse jogo. Portanto, quanto maior o número de candidatos eleitos por uma dada posição, mais forte será o futuro partido.

## Caio Prado Junior

ET: O Brasil está sofrendo uma crise econômica?

CPJ: A crise que o país vive atualmente é consequência das dificuldades econômicas geradas pela crise internacional. Agora o setor bancário e financeiro - que continua com altos lucros - os demais setores econômicos estão vivendo um momento difícil. Os industriais estão endividados e querem dinheiro para saldar seus compromissos; mas nem por isto formulam um programa alternativo. Não podem culpar tal ou qual política econômica pelos problemas que enfrentam e tudo que os interessa é manter a lucratividade do período do "milagre brasileiro". Reclamam, agora, é verdade. Mas que alternativa propõem?

ET - Quais as perspectivas políticas para os próximos anos?

CPJ - Algumas mudanças importantes foram realizadas na última década. Hoje, por exemplo, não se pode mais enganar as forças populares com as velhas promessas do período populista. Elas ainda não estão mobilizadas e organizada para defender seus interesses - e está é uma grande necessidade - mas não se deixarão levar por propostas vazias. O descontentamento com o regime é grande mas não se pode prever o que sucederá. A única possibilidade de mudança advirá da mobilização popular e para isto de pouco serve ficar discutindo programas abstratos. Não vejo a importância de formar partidos - mesmo com o nome de socialista - que não passem de instrumentos de pequenas cúpulas de intelectuais desligados do povo. A anistia é fundamental, para trazer de volta os exilados, mas é preciso ter a garantia de que, amanhã, as coisas permanecerem idênticas, a anistia não seja desfeita.

## A ECONOMIA

## Um pequeno mal súbito

**Quando o frágil equilíbrio entre balança comercial, produto interno bruto e taxa de inflação rompe-se por causa de uma seca que qualquer país do tamanho do Brasil tiraria de letra.**

Apesar da enormidade da dívida externa brasileira, que no fim deste ano vai passar dos 35 bilhões de dólares, e da pressão que o pagamento dos juros dessa dívida exerce sobre as finanças nacionais — são mais de sete milhões de dólares por dia de juros — a economia nacional que o governo Geisel estará legando ao seu herdeiro presuntivo, não apresenta nenhum problema especialmente dramático, do ponto de vista dos interesses do grande capital — que é o que manda. Nada, portanto, de catástrofes econômicas à vista. Em parte porque já se consolidou uma solidariedade de destinos entre o poder econômico local e os interesses estrangeiros, que possibilita a solução em comum de eventuais problemas, como por exemplo, a impossibilidade temporária de saldar prestações da dívida. Em parte também, ou principalmente, porque a capacidade de interferência dos trabalhadores nessas questões permanece fraca, deixando o espaço para as soluções de cima, obviamente às custas dos que estão em baixo.

Feitas essas ressalvas, no entanto, é fato que o próximo presidente já está herdando um problema econômico conjuntural que tem como pano de fundo a crise internacional que se prolonga em banho maria por quase cinco anos frustrando metas de exportação do Brasil (entre outras metas), e que se agravou subitamente pela ocorrência de secas nas regiões Centro-Sul do país. As secas vão reduzir apreciavelmente as colheitas de soja, café, milho, arroz e trigo.

O prejuízo não deverá ser do tamanho apregoado pelos fazendeiros, que alimentam o pânico para forçar os tradicionais "perdões" em suas dívidas e outros favores, mas não está descartada a hipótese de um crescimento zero no produto agrícola, em comparação com o crescimento de 9,9% do ano passado.

Como crescer, mas não demais. A primeira consequência dessa quebra será a queda no produto bruto geral do país, que para acompanhar pelo menos o crescimento populacional de 2,8 por cento ao ano, precisará contar com um aumento da ordem de 6 por cento na produção da indústria, que cresceu apenas 4,2 por cento no ano passado. E conseguir um aumento de PIB pelo menos igual ao do aumento da população é importante. A última vez em que isso deixou de acontecer — em 1963 — deu no que deu. Se o bolo cresce muito menos, as dissensões no interior do bloco dominante crescem muito mais; a margem de manobra do governo em relação aos setores populares, seja no combate à inflação ou na política salarial também se reduz.

Se bastasse estimular o crescimento do produto industrial, estaria tudo re-

solvido, mesmo porque esse produto já vem crescendo desde janeiro as taxas variam de 8 a 12 por cento, em relação aos mesmos meses do ano passado. Apesar de ser ainda um pouco cedo para grandes previsões é possível, inclusive, que a indústria esteja começando a sair do fundo do poço, após três anos de recessão.

Mas acontece — e aí está o dilema — que esse tão necessário crescimento da indústria vai romper a barreira dos 12 bilhões de dólares de importações, mantida à custa de muito esforço desde 1975 pelo governo Geisel. Nesse período ocorreu, é bem verdade, muita substituição de importações pela produção doméstica, mas diversos insumos básicos essenciais, tais como alumínio, cobre, certos açúcares e mesmo petróleo, serão importados em muito maior quantidade se o produto industrial crescer muito mais do que no ano passado.

Por outro lado, o Brasil exportará menos soja, menos café (e neste caso a menor preço), e importará milho em vez de exportá-lo. Importará ainda muito mais trigo e esporadicamente outros produtos (como cebola). Calcula-se que o equilíbrio tão duramente conseguido na balança comercial no ano passado, dará lugar, este ano, a um rombo de pelo menos 1 bilhão de dólares. E quanto mais o produto industrial crescer, maior será o rombo.

A esse desequilíbrio some-se o pagamento de juros cada vez maiores da dívida, não só porque a dívida vai aumentar em cerca de cinco bilhões de dólares, mas também porque a taxa média dos juros (que são flutuantes) subiu em quase 1 por cento, do ano passado para este ano. O resultado global será déficit nas "contas correntes", do país com o exterior, da ordem de 6 bilhões de dólares (que descontados do 1 bilhão de investimentos diretos, dão o quanto a dívida vai ter que subir para cobrir o buraco).

O governo, portanto, poderá evitar o desastre psicológico de ter um PIB inferior ao aumento da população, mas nesse caso não escapará ao desastre psicológico de sofrer uma deterioração marcante em todos os índices que medem a liquidez internacional do país, como por exemplo a relação da dívida com exportações.

Entra em cena a inflação. A seca na região Centro Sul agravará também o problema da inflação. Como já importou cebola, para grande desgosto dos produtores nacionais, que encaram essas ocasiões como "históricas" para faturarem extra, o governo vai ter que importar milho em grandes quantidades devido à reação em cadeia que uma alta no preço do milho provocará nos preços das rações, animais, ovos e aves. O exemplo do milho é excelente como demonstração dos rachas que essa



situação provoca entre fazendeiros e governo e, no caso, até mesmo entre pecuaristas (que querem a ração barata) e seus colegas fazendeiros. Em geral, o governo prepara-se para defender os interesses mais gerais do sistema econômico, enfrentando a seca com uma política de preços mínimos, tão mínimos quanto possíveis. Os créditos que os fazendeiros recebem dos bancos são calculados com base no valor de suas colheitas ao preço mínimo, e com menos créditos, há menos fôlego para segurar estoques tentando provocar altas no mercado livre. Aí está o que detonou o manifesto da Confederação Nacional da Agricultura denunciando o regime autoritário (ver matéria ao lado).

O combate à inflação é essencial ao governo não apenas porque a natureza do problema muda de qualidade quando a inflação salta dos 30 por cento atuais para os 50 (e há quem julgue possível que isso aconteça devido à quebra das safras), mas também porque esse é um ano eleitoral. Numa democracia burguesa, nunca se arrocham salários em ano eleitoral. O Brasil não é uma democracia burguesa, mas o regime insiste em ter eleições e as desse ano são tidas como especiais. A próxima recada política, aliás, já está marcada para o dia em que, eventualmente, o governo perder as próximas eleições. Ao governo é ainda possível continuar arrochando os salários, como vem fazendo promulgando reajustes para dissídios coletivos sistematicamente 1 ou 2 pontos abaixo dos índices de inflação e muitos pontos abaixo dos índices de custo de vida (que em geral são maiores, do que os da inflação). Mas até mesmo a liberdade do governo continuar arrochando os trabalhadores, sem passar recibo, ou seja, sem que isso provoque crescentes reações e mobilização, começa a se reduzir.

Ai estão os dilemas a serem vividos por Figueiredo, não porque aconteceu uma grande catástrofe, mas porque o frágil equilíbrio da economia brasileira rompeu-se parcialmente devido a uma seca que qualquer outro país com tamanho comparável ao do Brasil teria tirado de letra. (Bernardo Kucinski).

Para quem recorda a atuação do empresariado rural no movimento de março de 64, distribuindo armas para derrubar Goulart, causou espanto o manifesto da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) clamando pelo "fim dos atos de exceção" e pelo "retorno imediato à plena democracia e garantias institucionais". Afinal, das tantas rusgas entre governo e agricultura durante o regime militar, apenas esta última não foi contornada nos bastidores e veio a público em tom de solene rompimento com os princípios autoritários.

Essa repentina vocação democrática, conforme o documento, foi motivada pelo descontentamento com uma "política orientada em benefício da indústria", enquanto "a agricultura carece de incentivos e financiamentos". Afastados dos gabinetes oficiais, esses empresários sentem-se excluídos da elaboração da política agrícola, que se desenrolaria à sua revelia. Daí a ampla repercussão do manifesto, que além de receber a pronta adesão de inúmeros líderes de setor, vem somar-se à intensa movimentação dos grupos camponeses, empenhados em obter várias regalias do governo.

Após 14 anos de regime militar, parece que os proprietários rurais começam a sentir saudades dos velhos tempos do PSD quando, pelo voto de cabresto, conseguiram uma forte representação num Parlamento com efetiva força política. É claro que o ascenso do movimento de massas e das ligas camponesas do período pré 64, exigiam uma resposta autoritária para garantir a grande propriedade e a ampla exploração dos trabalhadores rurais. E os empresários agrícolas acabaram engrandecendo o caldo do grande capital,

A POLÍTICA  
Democracia de gigolôs

**Quando até os grandes fazendeiros e pecuaristas clamam pelo fim do regime autoritário e são lembrados pelo futuro presidente como antigos "gigolôs de vacas".**

que no entanto, na primeira oportunidade, se desfez dos velhos aliados. Para o capital monopolista não interessava sustentar uma estrutura partidária e um Congresso que, além de precisar ser periodicamente depurado de influências populares, representava dentro os empresários, seus setores mais atrasados. Mesmo depois de 64 não restava alternativa senão acabar com o Legislativo e concentrar todos os poderes nas mãos do Executivo. A batuta da acumulação monopolista deveria ser regida pelo ministério da Fazenda ou do Planejamento e o ministério da Agricultura deveria permanecer subordinado a essas diretrizes, mesmo contrariando os interesses de seu setor. Assim, quando no governo Médici o então ministro da Agricultura Cirne Lima opôs-se à importação de carne mais barata do Uruguai, para obrigar os pecuaristas brasileiros a baixarem os preços, foi prontamente destituído, prevalecendo a orientação de Delfim Neto.

As ondas inflacionárias que sucederam o "milagre brasileiro" foram, em várias ocasiões, atribuídas pelo governo à alta dos preços agrícolas (vide a crise de chuchu, feijão, etc), o que justificava medidas restritivas contra a agricultura. No entanto, os proprietários rurais têm conseguido resistir ao forte controle de preços, aos cortes de crédito e mesmo ao confisco cambial — que procura apropriar-se de parte dos lucros das exportações.

Agora a CNA está exigindo garantias para não continuar servindo de bode expiatório e sugere maior participação direta nas decisões governamentais para a colocação de representantes em órgãos consultivos e deliberativos do governo, começando pela inclusão do Min. da Agricultura no Conselho Monetário Nacional.

Sentido-se afastados do centro de decisão, os proprietários agrícolas parecem seduzidos pela saída derradeira que lhes restaria para furar o monolitismo estatal e a proteção de outros econômicos, propondo uma maior institucionalização dos mecanismos de poder, ainda que ao preço de uma democratização que pode fazer aflorar os sérios conflitos sociais que se desenrolam atualmente no campo. Daí o alcance necessariamente limitado da proposta, pois a democracia deverá ser acompanhada de "salvaguardas eficazes" e o Executivo continuará forte o suficiente para impedir o re-

torno ao "caos indesejável de antes de 64". Aliás, essa proposta de liberalização não é mais contraditória do que outras que têm sido lançadas sobre a mesa por diferentes setores de empresariado (o de bens de capital, por ex.).

Enquanto rompem com o autoritarismo ao nível ideológico, os empresários agrários partem também para a pressão política. A "marcha" dos cafeicultores sobre Brasília, apesar de grotesca, mobilizou o alto escalão governamental e o próprio General Geisel presidiu uma reunião — a única desse tipo em todo o governo Geisel — ladeado por nada menos que o General Golbery, os Ministros Simonsem e Calmon de Sá, três governadores dos principais estados produtores de café, um secretário de estado e o presidente do Instituto Brasileiro do Café, além, naturalmente, dos próprios produtores de café, que voltaram para casa de mãos quase vazias.

Desse jeito, os empresários poderão até financiar a campanha do MDB, como já fizeram em parte em 1974 e ameaçaram fazer de novo caso o governo continue pisando nos seus calos — reduzindo ainda mais as parcas perspectivas da ARENA nas eleições de novembro. É bom lembrar que nas eleições municipais de 76 a ARENA evitou uma derrota fragorosa graças ao suporte eleitoral do campo.

Assim, pode-se prever que o futuro presidente terá que pensar duas vezes antes de mexer com a agricultura como vem anunciando, pois os "gigolôs de vaca" (conforme sua própria expressão em entrevista à Folha de SP de 6/4/78) juntamente com os demais proprietários agrícolas prometem lutar com unhas e dentes para proteger suas vacas. (G.M.)

LIVRARIA  
ZAPATA

Rua Dr. Cesário  
Mota Jr., 285

Fone: 2861  
São Paulo

## do autoritarismo

Luiz

Gonzaga  
Belluzo

ET - Você acha que a crise atual na qual está mergulhada a economia brasileira aponta para alguma modificação nos rumos da acumulação de capital?

LGB - Acho que sim, pois, apesar do fato de que o ciclo expansivo recente tenha resultado favorável principalmente para o setor financeiro e para a grande empresa internacional, criou-se um setor nacional que é razoavelmente poderoso: os empresários localizados na indústria de base. Esta camada não existia antes; foi o último ciclo que a criou. E é sobre eles que vai repousar a expansão econômica futura. Por isto têm um peso político grande. São os únicos sob os quais as chamadas classes dominantes podem fundar alguma hegemonia. Neste sentido, já estamos vendo alguns de seus representantes tentarem se articular com segmentos da classe operária. Eles são os únicos que podem rearticular os interesses ao nível do Estado para propor um novo ciclo de acumulação.

ET - Você fala de uma burguesia nacional localizada nas indústrias de bens de capital. O que aconteceu com o segmento que produz bens de consumo não duráveis?

LGB - Foi a burguesia do setor de bens de capital a que mais cresceu no período anterior (68/74). Cresceu menos do que as multinacionais, é verdade, mas muito mais do que as outras frações do capital privado nacional. Ontem, tínhamos os Theobaldos de Nigris

da vida. Eram eles os que tinham maior peso político. Hoje, os porta-vozes das classes dominantes são os Bardellas: não só pela capital que controlam como também do ponto de vista de sua inserção na estrutura produtiva.

ET - Estas são modificações que dizem respeito ao capital industrial fundamentalmente. E o que acontece com o setor agrário?

LGB - Se fizermos um apanhado da economia brasileira nos últimos 30 anos, veremos que nunca se teve propriamente uma política agrária. Você viu uma proposta de política agrária no começo dos anos 60, que se consubstanciou na proposta de reforma agrária. E o pensamento conservador insistindo que tal medida não era necessária pois a agricultura brasileira era capaz de responder positivamente quando estimulada. Esta tese aparentemente se veria confirmada pelo desempenho da agricultura no período 68/74. Eu diria mesmo que a agricultura até se modernizou.

Mas, acumulou tantos problemas que hoje dificilmente poderíamos resolvê-los com uma simples reforma agrária. Estes problemas são: 1º) a quase que completa destruição da agricultura de alimentos para as camadas mais baixas. Isto é, não para a classe média que consome arroz Brejeiro mas para aqueles para os quais o peso da alimentação, nos seus gastos, é enorme. Os preços agrícolas internos foram equiparados, de forma indiscriminada, aos preços internacionais, sem que houvesse nenhum critério de prioridades alimentares. Cr. n isto, elevou-se também o patamar da inflação; 2º) a própria forma em que se deu a expansão da fronteira agrícola significou que a atividade agrícola cada vez mais se torna interessante, do ponto de vista capitalista, dadas as perspectivas de especulação com terras. Só vale a pena ser agricultor porque você sabe que sua terra vai se valorizar a uma taxa brutal. Enfim, se analisarmos a atuação da agricultura no ciclo recente temos de reconhecer que foi boa, do ponto de vista do padrão de acumulação no período. Mas do ponto de vista estrutural é evidente que se



agravaram fortemente os problemas agrários brasileiros.

ET - Você acha que a recente crise econômica provocou uma redefinição no seio das classes dominantes, com a polarização de interesses?

LGB - Acho que houve uma clara redefinição. Por um lado, teríamos um grupo composto pelos capitalistas agrícolas e industriais, que estão numa posição; do outro lado, o capital financeiro em posição diametralmente oposta. E todos os capitalistas têm consciência desta coisa. Os primeiros não têm ilusões quanto à possibilidade de se reeditar o "milagre" e sabem que é preciso uma política agrária e industrial clara por parte do governo. Já o chamado capital financeiro está totalmente descolado, não tem nada a ver com nada. E sabe, muito bem, que para o próximo período de expansão é impossível se continuar com esta estrutura financeira.

ET - Você acredita que a economia possa conhecer um outro surto expansivo liderado pelo crescimento da indústria de bens de consumo duráveis?

LGB - Sabemos que a expansão do setor de bens de consumo duráveis -

principalmente a indústria automobilística -, no período 68/74, foi viabilizada por dois mecanismos: o endividamento familiar e a violenta e rápida redistribuição de renda para cima. Para que as indústrias de bens de consumo duráveis pudessem crescer indefinidamente seria preciso também que o grau de endividamento familiar aumentasse na mesma proporção. Ora, ele tem limites como a própria diferenciação salarial (privilegiando os assalariados dos ramos mais importantes da estrutura burocrática da empresa) também tem. Os fabricantes da indústria automobilística, por exemplo, superestimam a capacidade de crescimento do mercado brasileiro, sem atentar para o fato de que se apoia sobre uma base muito estreita e que a diferenciação nas famílias era uma coisa limitada. Poucos, relativamente, podem trocar de carro todo o ano. Logo, a indústria automobilística superacumulou, no sentido de que fez a capacidade produtiva crescer adiante da demanda.

Ora, do momento em que você tem um declínio na capacidade dinâmica do setor de bens de consumo durável, que puxava os demais setores e, ao mesmo tempo, problemas de financiamento para os setores de bens de capital, a taxa de acumulação começa a declinar. Foi o que se deu a partir do segundo semestre de 1973.

ET - Você acha então que a expansão econômica poderia ter como centro, agora, os grandes investimentos governamentais?

LCB - Não, pelo modo como estão formulados no II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento): as metas quantitativas aí expostas são impraticáveis. O plano siderúrgico, por exemplo, dançou. E por que? Porque as metas eram irreais. O mesmo se pode dizer do plano de outros minerais, como o cobre. Todas as metas foram formuladas ao sabor do vagalhão do "milagre". E todas elas tiveram de ser revistas e redefinidas.

ET - Em todas as economias capitalistas maduras é o setor de bens de

capital o que lidera e dá a dinâmica do processo de acumulação. No Brasil, como poderíamos dar o salto, passando da liderança do setor de bens de consumo duráveis para a do setor de bens de capital?

LGB - Em nenhum país isso se fez sem uma conglomeração financeira violenta, como é o caso da Alemanha e do Japão, ou sem que os grandes bancos puxassem o crescimento da indústria pesada, como foi o caso dos EUA. Nenhum crescimento destes se faz se você não tiver ou o apoio de um sistema financeiro articulado com o setor industrial ou o apoio do Estado. Não tem nenhum sentido pensar que se concentra capital e crédito através da Bolsa de Valores. Isso já é uma reliquia. No caso de países atrasados, como o Brasil, o financiamento só se faz através do Estado, do aumento da capacidade financeira do Estado. Não há outra maneira: mesmo porque o sistema financeiro privado é isso aí que se vê.

ET - Mas a generosidade do Estado para com o setor industrial, e com as indústrias de bens de capital, é enorme. Ademais, já se nota uma capacidade ociosa neste setor de bens de capital. Como a disposição do Estado em estimular a acumulação privada persiste e dada a capacidade instalada existente, nós já teríamos as condições para dar o arranque para o próximo ciclo expansivo. Deste ponto de vista não há empachos. Mas, como conseguiriam dar a dinâmica para o próximo ciclo?

LGB - Esta é uma pergunta que é importante responder para se saber como se pode fazer estes planos de desenvolvimento político industrial. Você disse que as empresas estão endividadadas. Ora, no sistema capitalista, quando se atinge o fim do ciclo de expansão todas as empresas estão com alto grau de endividamento. Só que no Brasil este coeficiente de endividamento é maior do que em qualquer outro lugar. A segunda questão que você coloca é a da capacidade ociosa, sendo que a desalocação provoca ainda mais esta capacidade ociosa.

sa. O terceiro ponto diz respeito à extrema dependência destes setores em relação aos gastos públicos, ou seja, aos investimentos das empresas governamentais e ao próprio investimento governamental. Logo, qualquer corte nestes gastos é fatal.

Temos então dois problemas. O primeiro é saber se a saída pode se dar pelo setor de bens de capital. Acho que não. A saída se dará pelo setor de insumos básicos, e ele, por sua vez, dinamizará o setor de bens de capital. E no setor de insumos básicos que o Brasil apresenta vantagens comparativas muitos grandes. Quanto ao segundo problema, que diz respeito ao endividamento das empresas e a forma de financiá-lo, penso que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) tem todas as condições de prover tais recursos, por intermédio de suas subsidiárias.

Mas existe também um terceiro problema, que não foi mencionado. Não se pode levar estes planos de desenvolvimento à frente sem alguma forma de colaboração da grande empresa internacional, sobretudo do ponto de vista tecnológico. E aí está o nó da questão: quem vai negociar a participação da empresa internacional? Até agora, todas as negociações se realizam em detrimento da empresa nacional. Com o padrão de articulação externa que está aí não vamos a lugar nenhum. E esta questão tem de ser resolvida. E esta questão econômica nos remete a outra, que é a natureza do Estado brasileiro. Você acha que com este Estado se pode fazer a rearticulação?

ET - As classes dominantes, ou melhor, a fração monopolista do capital teria um projeto no sentido de superar este impasse?

LGB - A classe dominante não tem projeto. Tem uma visão geral dos problemas, mas não a solução. Que esta solução não se darão nível da articulação setorial, isto é, exclusivamente econômico, todos sabem, até as pedras das ruas. O que não se sabe é como manejar o Estado que está aí. Como se livrar deste Estado.



teatro de bonecos estão sendo experimentadas com o surgimento de grupos em todo o país. E os novos rumos das atividades dos titereiros (ou titereteiros ou ainda bonequeiros) não se dão apenas nos projetos de público ou temática abordada pelas peças. Os artistas sabem muito bem que a linguagem, em seus diversos níveis, tem peso fundamental e deve ser tão questionada quanto os chamados conteúdos.

O interessante a observar no teatro de bonecos crítico é

sua recusa do naturalismo. Ao contrário do teatro de atores onde, muitas vezes reafirmado pela tradição populista, o jargão do palco opta pelo verismo, apelando para o envolvimento emocional da plateia, o teatro de bonecos embarca na canoa do distanciamento. Os bonecos de vara e luvas são preferidos aos marionetes porque não tentam imitar o real, e sim transformá-lo.

Nos espetáculos do Festival, a apresentação dos grupos Laborarte e Navegando

- só como exemplos - mostram duas veias a ser exploradas a partir das representações com bonecos e atores. O Laborarte faz atores/personagens contrastarem com bonecos diretamente (o ator no papel de cavaleiro cortejando uma princesa, boneca de vara de mais de 2 metros). O Navegando faz com que os manipuladores tenham um papel visível: ao invés do pano tradicional que esconde os atores, a peça *Tá Na Hora Tá na Hora* coloca apenas uma faixa sobre a qual apa-

recerão os bonecos, deixando que a plateia perceba os movimentos de corpo e identifique as vozes dos manipuladores. Muitas vezes o ator/manipulador crítica com a máscara (expressão facial), com a voz, até mesmo seu próprio boneco, criando no espectador uma realidade contraditória, onde não há "Razão", não há bons ou maus, e sim interesses.

A seguir, três depoimentos de três grupos de teatro de bonecos. Três perspectivas bem diferentes de público, técnicas, posicionamento frente ao popular.

**Grupo Contadores de Histórias, Rio de Janeiro. Depoimento de Marcos Ribas.**

Fazer teatro na praça é voltar-se contra a posição de que "o teatro acabou". No período em que essa ideia elitista imperava, o grande problema não era o teatro, mas sim o público, que não ia ao teatro devido ao preço dos ingressos, principalmente. Se o público não vai ao teatro, é o teatro que deve ir ao público. Nessa perspectiva resolvemos vender nossos espetáculos para o Departamento de Parques e Jardins, percorrendo praças de todo o Rio de Janeiro. Fazemos teatro para todo tipo de público e pudemos perceber que em praças frequentadas por alta burguesia, os adultos têm dificuldade de participar, resistem; já em praças de subúrbio ou mesmo de zona sul onde, ocasionalmente, assistem a nosso trabalho trabalhadores de construção civil, comerciários, etc., é muito mais fácil para os espectadores assumir o lúdico. As crianças aceitam bem nossas propostas e participam ativamente dos espetáculos. Mas nosso trabalho não se dirige a crianças ou a adultos, o que, aliás, costuma baratar os críticos. O teatro de rua se inspira nas festas populares, cuja origem é feudal. Na Idade Média, as festas religiosas ou profanas, a Commedia dell'Arte não determinava o público por faixa etária. O próprio Bumba-meu-boi é para adultos ou crianças?

**Mamulengos**

Não queremos ter padrões como na arte oficial que obriga a adoção de critérios baseados na divisão adulto/criança. Aliás, é preciso ter claro que essa divisão é feita no período capitalista e tem na escola seu melhor agente. É claro que, na medida em que essa divisão foi forjada, temos que arcar com ela. Em espaços fechados, quando nos apresentamos em escolas, separamos o público em menos e mais de nove anos. E isso porque a própria escola e a vida que as crianças levam ensinam-as a se agredir mutuamente, a não saber se relacionar. O engraçado é que em espaços abertos esse problema é minimizado.

A divisão adulto/criança impõe até formas diferenciadas de representar: para o adulto, o trabalho do ator é sério, comedido; para a criança, o senso comum e seus porta-vozes, os críticos, exigem um clima de animação/excitação do tipo "o circo chegou". Não nos submetemos a esses condicionamentos, alimentados também pela TV.

Somos contra o ritual do teatro convencional - ingresso, horário, roupas - que o teatro de rua quebra inteiramente. Mas também não queremos reproduzir a experiência do titereiro popular. Repetir um Bumba-meu-Boi é cair no folclore, no pitoresco. Com o artista popular aprendemos a utilizar certas técnicas, fundamentais, a improvisar, a trabalhar sem bastidores, a fazer realmente um teatro dinâmico.

**Grupo Mamulengo Só-Riso, Pernambuco. Depoimento de Fernando Augusto.**

Quem nos alertou para a importância do mamulengo foi Hermilo Borba Filho. Como todo teatro de bonecos, o mamulengo tem raízes religiosas, no

caso particular, origina-se dos Presépios, mas vai perdendo o caráter religioso, até se constituir em manifestação teatral profana. Ao contrário do Bumba-meu-boi e do Pastoril que têm características de confraternização social, o mamulengo é crítico, incomoda. Os mamulengueiros - artistas populares, sem recursos técnicos complicados, são mambembes que se apresentam em feiras e praças com espetáculos vivos, maliciosos e com uma carga crítica forte, embora ingênua, à realidade social. Seus bonecos são de madeira leve, de talhe rústico, inteiramente arbitrários quanto aos aspectos do realismo. O mamulengo, ao representar o real, prescinde de justificativas - ele até levita! Não há texto, apenas um roteiro enumerado das seqüências do espetáculo.

**A divisão adulto/criança**

Tentamos captar toda essa maneira de ser do mamulengo, mas não nos definimos como artistas populares. Embora a expressão seja péssima, costumamos dizer que fazemos a "eruditização" do mamulengo, uma recriação, não uma reprodução. Não queremos ser popularescos, nem folclóricos. Nosso público são camponeses, operários, marginais e estudantes e essa diversificação é possível, porque o mamulengo se alimenta das intervenções do público para quem se apresenta. O público identifica nos personagens figuras ou mesmo classes e grupos sociais contra ou a favor dos quais esteja; os atores devem ser sensíveis para compreender as manifestações do público e levar o espetáculo ao encontro delas. Essa flexibilidade do mamulengo é o aspecto mais fascinante desse tipo de teatro, é o que mais leva ao lúdico. E essa manifestação é importante quando o processo social, a comunicação de massas mexeu com o imaginário social. No Nordeste o mamulengo popular tende ao desaparecimento. Os poucos mamulengueiros que existem são contratados para festas, perdendo o grande filão de espontaneidade anterior. Isso não quer dizer que tudo que venha espontaneamente do povo seja bom. Quantas coisas extremamente reacionárias fazem parte dessa dancinha toda! Nós recriamos o mamulengo dentro de concepções nossas, seguindo deles as técnicas, os meios para fazer o brinquedo teatral. Fazemos espetáculos diferentes para adultos e crianças, forçados pela censura. Onde se viu mamulengo ou para adulto ou para criança? Isso não existe. O teatro de bonecos que, na Idade Média se dirigia para adultos e crianças, virou uma mera diversão infantil, no sentido pejorativo. É claro que a divisão adulto/criança é um preconceito que deve acabar. Mas nosso trabalho não se volta diretamente para isso, mas para recuperar o potencial crítico do teatro de bonecos para adultos.

**Grupo Labotarte, Maranhão. Depoimento de Tácito Borralho que, além de integrar o Laborarte, é presidente da Confederação Nacional de Teatro Amador (CONFENATA)**

Nosso grupo não se isola da vida social; trabalhamos com uma faixa da população bem específica - na Ilha de S. Luis são as comunidades rurais onde moram as camadas mais pauperizadas da população. Também vamos para o interior, em pequenas cidades, priorizando públicos oprimidos. Trabalhamos criando núcleos vinculados à educação dos moradores. Mas nunca nos esquecemos de que somos artistas; aliás, nunca mudamos nosso espetáculo; a comunidade nos fornece alimentação, hospedagem e, muitas vezes transporte (gasolina ou até canoa). Para nós, reconhecer que somos artistas, que não somos nós que vamos mudar diretamente a estrutura social, é fundamental. É importante também reconhecer que não queremos reafirmar os valores do povo; nossa perspectiva é de reagir ativamente e (não resistir apenas) ao colonialismo cultural interno, sem defender, de forma alguma, uma arte verde-amarela. Há muita coisa de reacionário (as lorotas, o servilismo, o machismo) na cultura popular que rejeitamos. Combinamos nossa visão estética com as coisas importantes da cultura popular - ao nível da organização do trabalho, o sistema comuni-

tário que propõe mutirões para a roça; ao nível artístico, a postura inquietante da movimentação do corpo, a libertação dos músculos. A dança do caboclo, por exemplo, não é submissa, o caboclo não levanta o pé para dançar, mas também não o arrasta, ao contrário dos que pensam imitá-los. A adoção do popular possibilita nossa aproximação com o público através da linguagem. Aqueles que não enxergam a linguagem como ponto fundamental de qualquer trabalho pedagógico, caem no panfletarismo estéril e inconsequente. A população recebe o trabalho panfletário como um desrespeito à sua vivência. Não é tarefa da atividade cultural fornecer diretrizes das grandes mudanças, mas estimular a articulação e organização, daí ele não ser doutrinário; mas também não poder ser empírico e ingênuo. Nossos espetáculos vão além, em certos aspectos, do nível de consciência daqueles que os recebem, abrindo um caminho de discussão.

As realizações da Associação Brasileira de Teatro de Bonecos, de abril de 77 para cá, marcam um sopro de vida numa entidade cultural estagnada há anos com uma mesma diretoria, derrotada nas eleições do ano passado e cuja única proposta de trabalho junto aos grupos era a organização de um festival anual.

A nova diretoria, embora isolada, pois a ABTB é uma associação nacional sem bases nacionais organizadas, e com trabalho de mobilização circunscrito ao Rio, lançou, ainda no ano passado um jornal e acatou, entusiasmada, as propostas vitoriosas no último Congresso - formação de núcleos estaduais ou Regionais com o maior número possível de integrantes, ativando realizações locais (cursos, apresentações) com o objetivo de tornar a ABTB um organismo independente e forte economicamente, que possa se autossustentar, sem depender do Estado.

Pela primeira vez em toda sua existência, a própria razão de ser da ABTB foi questionada. Associação de classe? Entidade cultural? E se entidade cultural, com que objetivos, como fazer vingar o potencial do teatro de bonecos, dinamizá-lo, retirá-lo do isolamento, dos grupos de teatro de aniversário, do "teatrinho"? As discussões foram acaloradas. As relações arte/Estado, debatidas de maneira difusa durante o Congresso parece ter nas palavras de Manoel Kobachuk (grupo Carreta), presidente da Associação, uma posição firme e decidida.

As subvenções existem e não se trata de recusá-las, desde que elas não interfiram em nossa autonomia e independência.

Mas as coisas não são assim tão simples. A ABTB congrega interesses tão díspares que, dificilmente por enquanto, se conseguirá uma política clara. Dentro da Associação convivem grupos profissionais - dentre estes, cooperativados e empresariais - e amadores, divididos em amadores diletantes e amadores-independentes, estes com perspectivas de trabalho que colabore, ao nível da arte, de forma crítica, para as transformações sociais; e ainda o teatro escolar e terapêutico.

Se os profissionais vanguardam a ABTB, necessariamente a Associação terá que se comprometer com lutas fundamentalmente econômicas, que visem à "estabilidade" do pequeno produtor, recheio de sanduíche do teatro empresarial por um lado e do teatro independente, por outro. Se predomina o teatro independente, as lutas econômicas virão subordinadas a uma atuação política mais direta, empenhada na construção de alternativas culturais independentes, anti-empresariais.

De qualquer forma, as resoluções do Congresso deste ano já são um passo importante pois tocam em dois pontos fundamentais: a democratização e a independência da entidade. O que é um desafio para a atual diretoria, com um ano de mandato ainda pela frente: se o caminho apontado pelo Congresso não for trilhado, segundo muitos de seus participantes, a Associação corre o risco de se tornar uma Academia Brasileira de letras, com um grande chá todo ano: o festival nacional.

(Ethel Leon)

# teatros do país.



“Nesse chão molhado onde eu não pisei vejo vir do velho um novo dia”

# o Socialismo.

ções no seu trabalho artístico. Deste modo, os intelectuais não ficaram apenas numa posição intelectualista dentro do problema. Mas a maioria deles, se integrou nas fileiras do MPLA e atuou na prática como revolucionário.

Assim, se entende porque a maioria dos intelectuais angolanos tenha passado pela prisão. Alguns com penas longas, como é o caso de Arlindo Vieira que passou 14 anos na prisão., Antonio Cardoso e Antonio Jacinto, atual Secretário do Conselho Nacional de Cultura. Outros, como nosso presidente, Agostinho Neto, foram presos várias vezes por sair do país, para integrar ou organizar o movimento.

Isto quer dizer, que a arte esteve sempre ligada - de uma forma prática - à resolução de problemas concretos. Não estou defendendo uma atitude praticista diante da arte, mas a verdade é que o intelectual em Luanda esteve sempre consciente de que estava trabalhando em função de determinadas perspectivas concretas. E nessa ótica, a sua arte sempre foi comprometida em função desses ideais.

Na obra dos escritores angolanos se refletiam, não só as contradições sociais das relações entre explorador e explorado, dominador e dominado, mas também havia a preocupação -

desde o primeiro movimento de procurar as raízes culturais do povo negro de Angola. Essa preocupação se dava, na medida em que essas tradições e esses valores nos identificariam e nos identificavam de uma maneira diferente em relação à cultura do dominador. Isso era uma forma de preservar os valores tradicionais numa determinada época histórica que nos definia como nacionalistas. Precisamente, numa fase em que necessitávamos unir todos os angolanos em função de determinados objetivos.

Na etapa atual da arte angolana, é evidente que vamos reformular toda nossa visão e nossos processos de trabalho, em função dos objetivos atuais. Objetivos, que todos sabem, é a edificação de uma sociedade socialista.

**Arte**

É evidente, que hoje ultrapassamos a fase nacionalista, e nessa base nós podemos reformular certas perspectivas culturais que tínhamos antes, e que eram compreensíveis e se justificavam em função do contexto histórico que passávamos. E creio que, nessa fase, por exemplo, em relação às culturas tradicionais, nós apenas devemos considerar os valores que dentro dela, podem ser dinâmicos e susceptíveis de fa-

vorecer a construção da sociedade que aspiramos.

Algumas respostas culturais, que em determinadas épocas existiam, e que nessas épocas tinham uma justificação, hoje poderiam ser uma trava, um freio ao desenvolvimento. O que nas culturas tradicionais, na cultura que o povo tem, representa num determinado momento uma força atuante para desenvolver a afirmação da personalidade do povo, a partir de um determinado ponto, pode se tornar um freio ao desenvolvimento. Eu tive ocasião de verificar isso aqui, por exemplo num filme de características etnográficas (se refere a um filme que trata de can-dombê). Me pareceu que determinadas características culturais, se não forem examinadas criticamente, podem favorecer um certo conformismo, e não permitir que o povo altere a sua forma de ver a vida e a sociedade e dar-lhe uma perspectiva diferente na forma de atuar em relação a seus problemas mais prementes.

Depois da independência de Angola, nós estamos fazendo uma espécie de inventário do que temos, do que foi construído durante a fase de libertação no terreno artístico.

Muito nos orgulhamos de um fenômeno um pouco diferente na África,

Durante a revolução, criou-se uma literatura, o que não é muito comum. É certo que uns trabalhavam de uma maneira e outros de outra. Uns trabalhavam aqui e porisso tiveram uma experiência diferente no campo literário e artístico. É o caso de Pepetela, Costa Andrade. Outros escritores que se manifestaram no exílio - como Landin, Antonio Jacinto, Antonio Cardoso e outros escritores revolucionários, anteriormente lutavam dentro do país. Porisso foram presos, e durante o período da prisão adquiriram maior conteúdo político, junto com presos de vários locais, de várias nacionalidades do contexto português. Na prisão de Tarrafal, por exemplo.

**Escritores**

Hoje estamos fazendo um inventário de nosso processo cultural, editando o que foi produzido até agora. O novo contexto social, econômico e político em que estamos vivendo agora, faz com que os escritores se integrem de tal maneira no processo de reconstrução nacional, que a sua participação como escritor tem sido muito limitada. Na maioria dos casos, os escritores angolanos, a partir da independência, dificilmente podem escrever, porque são nesse momento polivalentes. Têm que atuar em diferentes frentes, cada uma delas, mais prioritária. Deste modo, não posso dizer que já se tenham encontrado novos processos de trabalho no campo literário.

Creio que o nosso próprio processo de desenvolvimento político e econômico, exige um processo de distanciamento crítico, que os escritores necessariamente tem que ter em relação ao próprio processo. Eu falo do distanciamento crítico, no sentido do escritor estar dentro da revolução, mas ao mesmo tempo, ser um elemento crítico dela, para que ele próprio possa encontrar precisamente aquilo que há de positivo dentro da revolução, e assim atuar dentro dela de uma maneira positiva.

Creio que esse é um processo dialéti-

co, em relação ao qual ele pode assumir sempre, uma posição - digamos - de vanguarda, com a consciência e a certeza de um vanguardista, de um indivíduo que pode estar sempre numa posição correta em relação à forma de encarar os problemas sociais do país. Quer dizer, essa relação dialética do escritor dentro da revolução, e ao mesmo tempo, a visão, crítica sobre ela, faz com que se estabeleça uma relação correta, para que se venha encontrar dentro do campo literário angolano, as formas que deverão caracterizar a futura arte e a futura literatura angolana.

A participação dos escritores hoje, no processo de reconstrução nacional, é direta. Por exemplo, desde o camarada Agostinho Neto, o poeta Agostinho Neto, que é presidente da República, como Antonio Jacinto que é Secretário do Conselho Nacional de Cultura, o Camarada Pepetela que é vice-ministro da Educação, o camarada Mendes Carvalho que é um elemento da organização de massa do movimento (esse é um escritor com profundas raízes populares), o camarada Pacavina que é Ministro dos Transportes e Comunicações, o camarada Jofre Rocha que é vice-ministro das Relações Exteriores, o camarada Leonio que é responsável político da tevê angolana e meu caso concreto, que sou diretor de finanças. De maneira que nós colaboramos em muitas coisas. O camarada Costa Andrade é diretor de nosso jornal diário. Eu creio que nós poderíamos citar um sem-número de formas em que o escritor atua na sociedade angolana. Manoel Rui Monteiro, um escritor, é hoje um dos responsáveis do departamento de Orientação Revolucionária do MPLA. Os escritores acabaram por se integrar de uma forma total e, como devem imaginar, os problemas que atravessamos nessa fase, são tão amplos, de tão grande complexidade - à medida que estamos erguendo a estrutura da futura nação - que faz com que esses escritores tenham pouco tempo para pensar em termos de literatura,

para pensar em termos de criação literária.

**Jovens**

Em relação às formas de participação das massas na nova literatura - como elemento talvez de cultura - é evidente que nessa fase de construção nacional, em que nós estamos avançando rapidamente, em etapas sucessivas para a construção do socialismo, na medida em que o próprio processo revolucionário deu origem a que isso acontecesse, é porque o exodo dos colonos, a luta de libertação fez com que se avançasse rapidamente na vida de concretização do socialismo, o povo tem acompanhado de uma forma entusiástica, toda uma série de movimentos que o MPLA tem concebido precisamente para essa fase de reconstrução nacional.

Nesta fase em que se desenvolve uma revolução, é difícil apresentar um esquema que configurasse a arte, que acabaria por ser demasiado rígido e não corresponderia ao processo dinâmico que se verifica em Angola.

Essas considerações que faço, são aparentemente marginais, mas a arte angolana é profundamente identificada com todo o processo de ação da nova sociedade angolana. E como a sociedade ultrapassa os próprios escritores, os próprios artistas - porque eles estão dentro da revolução - tanto os artistas quanto os escritores tem que fazer uma análise crítica de seus atos. Essa análise crítica se deve e é necessária na medida em que eles são responsáveis pela forma como constroem essa sociedade. Isso faz com que nesse momento, não se produza muito, artisticamente.

É diferente nos jovens. Por exemplo os estudantes, que estão muito interessados em escrever, em exprimir as suas ideias literariamente, embora de forma incipiente, como é de se calcular. Essa visão da nova sociedade é feita em termos de uma nova filosofia de vida, que nesse momento o nosso governo propõe, e que a juventude aceita entusiasticamente.

# O CAMINHO DE VOLTA

Nos dias de hoje, assistimos a um inusitado espetáculo: aquilo que, à falta de outra expressão poderíamos designar como a "doença senil do comunismo" (o reformismo), está atingindo os picos máximos de sua trajetória. A trindade "rebelde" (Berlinguer-Marchais-Carrillo) após exaustivas discussões teóricas, descobriu que os enunciados dos "clássicos" sobre o socialismo e o poder proletário estão um tanto quanto envelhecidos e mesmo superados.

Propõem, com base na experiência histórica (dialecticamente assimilada, claro), superar essa pedra no sapato que é a tese da ditadura do proletariado (como conseguir votos com uma proposta dessas?) e substitui-la por fórmulas mais amenas, que assegurem um gradual, pacífico e democrático caminho para a construção do socialismo.

"Mudou o mundo ou mudaram os marxistas?" Talvez uma busca pela história nos forneça elementos para compreender a evolução do fenômeno do desenvolvimento da ideologia burguesa no movimento operário e no próprio marxismo.

## Das barricadas ao parlamento

Da Comuna de Paris em 1871 ao compromisso "histórico" burguesia/proletariado levantado pelo "eurocomunismo" hoje, passando pela ascensão e queda das II e III Internacionais, o movimento socialista internacional percorreu um longo e sinuoso caminho de lutas, conquistas e derrotadas, pelo qual seria levado a tornar-se um espaço da manifestação da luta de classes no seio do proletariado; espaço esse em que a burguesia não só logrou ganhar influência, mas efetivamente conquistou uma ampla hegemonia.

Esse processo passa por várias fases e revela no seu bojo a complexidade que vai tomando o processo de luta de classes na medida mesmo de seu aguçamento. Com o desenvolvimento das organizações políticas do proletariado, o quadro do confronto inter-classista amplia seu raio de ação: se antes se dava basicamente em esferas reconhecidas e opostas, mais ou menos diretamente contrapostas, agora ele se insere no seio mesmo dessas organizações, tomando forma na reprodução de práticas políticas burguesas na condução e direção do movimento de massas.

O primeiro grande exemplo histórico de como a via burguesa surge e se desenvolve nas práticas das organizações socialistas localiza-se na Social-Democracia europeia clássica, que viria a se expressar globalmente na II Internacional. Forjada nas grandes lutas da classe operária do século XIX, particularmente após o fim da Associação Internacional dos Trabalhadores, a Social-Democracia estrutura-se como partidos nacionais em países como a Alemanha, Áustria, Rússia, etc. Inicialmente tendo como base a ação direta de massas e a greve como instrumento exclusivo de luta, aos poucos amplia a extensão de sua atuação ao campo explicitamente político, buscando a utilização do parlamento e das eleições como tribunas de agitação revolucionária; o que possibilitou a esses partidos adquirirem um caráter de organização de massas, que a atuação predominantemente clandestina não permitia.

A hegemonia que o marxismo havia conquistado no momento socialista internacional sobre a ideologia pequeno-burguesa (proudhonismo, bakuninismo, blanquismo) tinha sido de tal amplitude que tornou bem mais complexos os assédios da classe dominante ao proletariado.

Essa nova realidade determinou que as ideologias burguesas e pequeno-burguesas, historicamente superadas, passassem a dar combate ao marxismo no seio mesmo do marxismo, adotando formalmente seu discurso mas esvaziando-o ao colocá-lo sob as rédeas de uma estratégia que busca o amaciamento das contradições e de conciliações dos interesses das classes antagonicas.

Nesse quadro é que deve ser entendida a lenta transformação da Social-Democracia e da II Internacional em instrumento do capital no seio do proletariado. A luta ideológica que então começava a ser empreendida entre as diversas tendências teria decorrências políticas fundamentais para uma nova demarcação de campos no socialismo.

Vemos, já em 1899 a manifestação da política burguesa no marxismo nas teses de Eduard Bernstein sobre a adaptação do capitalismo (fim das crises periódicas) e a transformação socialista pela conquista das reformas sociais; a busca do compromisso com o capital, iniciada com a participação de Millerand no governo da França. Bem mais tarde, a tese kautskista do "superimperialismo", que vislumbrava uma perspectiva pacífica de desenvolvimento do imperialismo e, por conseguinte, da revolução socialista, viria aprofundar esse quadro.

As possibilidades objetivas de transformação de partidos inicialmente de orientação revolucionária em apêndices do liberalismo são dadas por uma conjuntura histórica de transformação do capitalismo concorrential em capitalismo monopolista e que impõe redefinições à prática socialista proletária (1); nesse contexto, certas formulações

As Frentes Populares formam, na verdade, embriões das táticas frentistas dos PCs europeus em nossos dias; os pressupostos teóricos e políticos das estratégias hoje desenvolvidas pelo "eurocomunismo" estão em germen nas formulações de Dimitrov.

do materialismo histórico até então imprecisas ou não aprofundadas (p.ex., a questão da tomada do poder e do partido revolucionário) são objeto de uma deformação reducionista-oportunistica pelos "papas" da Social-Democracia, notadamente Kautsky e Plekhánov.

O divisor de águas, ponto nodal de diferenciação entre as tendências reformista e revolucionária, passa a ser a questão do poder, as formas de luta por sua conquista (maioria parlamentar ou revolução), que se ligam ao modo de organização do Estado Operário (democracia representativa ou ditadura do proletariado).

A alternativa do reformismo de tipo social-democrata para a transformação socialista se corporificou, então, na conquista das reformas sociais nos limites do Estado Capitalista (aprimoramento da reprodução da força de trabalho) e, principalmente, no abandono da luta pelo poder, via ilusões (ilusões?) parlamentaristas de conquista de maioria, negando a necessidade, para o proletariado, da derrubada pela força do Estado Burguês e sua substituição por um novo organismo de poder. Tal estratégia supõe uma aliança poli-classista (daí a necessidade da manutenção da democracia representativa) cuja hegemonia acabaria nas mãos dos setores não-monopolistas do capital.

## Ocaso e novo apogeu

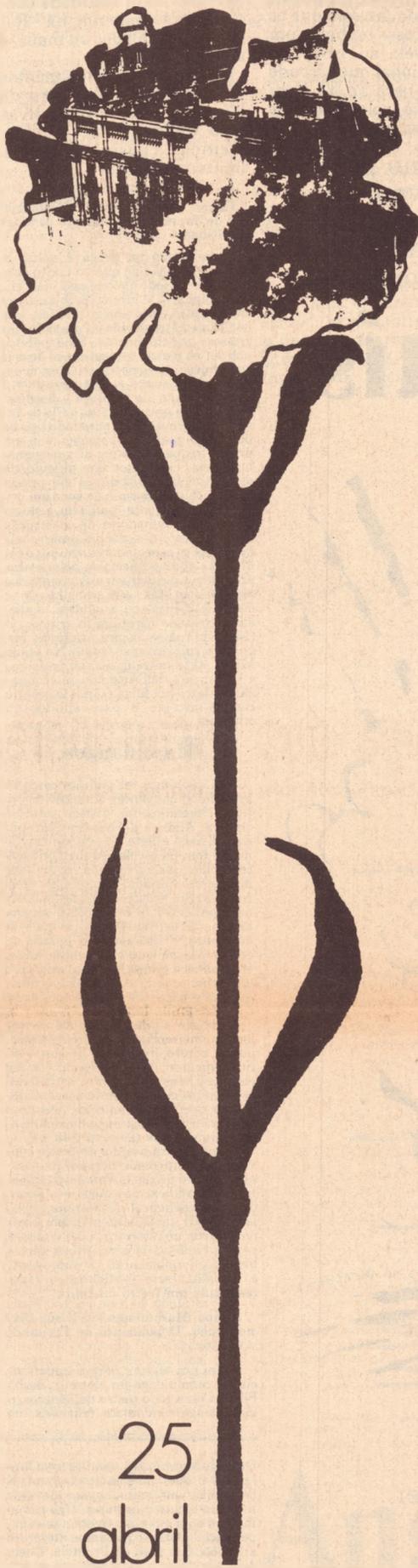
A guerra imperialista de 1914 é o "canto de cisne" da II Internacional, embora não da Social-Democracia que - apesar de abalada pela sua política de "defesa da pátria" e pelas sucessivos movimentos revolucionários que eclodiram na Europa após o término do conflito - conseguiu manter sua hegemonia no movimento operário europeu. Aliás, o espírito que presidiu a criação da III Internacional substituiu justamente esse aspecto - a solidez das concepções reformistas no seio das massas - cujas raízes não se localizavam unicamente nos aspectos econômicos, mas também eram condicionadas por fatores político-ideológicos.

A Social-Democracia se desenvolve e se afirma entre as duas guerras mundiais enquanto alternativa burguesa de poder. Sua progressiva importância, que logrou conquistar nos países capitalistas "avançados", revela uma possibilidade objetiva de sua política de reformas, que a acumulação de capital permite nesses países: a satisfação de interesses corporativos e imediatos da classe operária. (2)

Embora ainda hoje mantendo uma perspectiva formal de coletivização dos meios de produção e mesmo de uma abstrata transformação do Estado burguês (particularmente o PSP de Mário Soares), a Social-Democracia não pode apresentar nenhuma proposta que viabilize a constituição do bloco social-revolucionário que possa tornar real aqueles pretensos objetivos. A lógica da "ampliação" do espaço político, pedra angular desse raciocínio, é encampada por uma variante moderna da Social-Democracia, o assim chamado "reformismo revolucionário" (Sartre), que prioriza nessa evolução, não o espaço institucional, mas o espaço ocupado pelo movimento de massas.

Tornada hoje um dos ramos dos aparelhos ideológicos do Estado burguês, notadamente em países como a Alemanha e Suécia, a Social-Democracia internacional já deixou inclusive de ser um partido de bases operárias, como o fora até a II guerra mundial, transformando-se em partidos burgueses de clientela operária. Não obstante, ela ainda permanece na órbita da esquerda, mesmo que formalmente, o que já é o bastante para semear confusões na esquerda não-reformista. Vide Portugal, 1974 e França, hoje, entre muitos outros exemplos.

O processo histórico progressivamente desloca a Social-Democracia clássica de seu papel de disseminação de estratégias e práticas burguesas no movimento operário, "transferindo-o", aos poucos, para as seções europeias da III Internacional, notadamente a partir das Frentes Populares.



## A realidade e o sonho

A fundação da III Internacional, a Internacional Comunista (I.C.), está historicamente ligada à projeção que os bolcheviques fizeram do curso da revolução socialista na Rússia aos países onde o capitalismo atingira o grau máximo de aprofundamento de suas contradições: as condições objetivas estavam, então, "dadas" (a crise econômica e política do imperialismo), faltava apenas a direção revolucionária - o partido mundial do proletariado - que libertasse o movimento operário da esfera de influência da Social-Democracia e pudesse, assim, por fim ao reino do capital.

Entretanto, as condições estabelecidas por Lênin para se poder considerar uma fase como revolucionária (que a classe dominante não pudesse e que os explorados quisessem manter a situação sob seu controle) na realidade não se verificavam na Europa Ocidental, onde a burguesia dava mostra de sua capacidade de cicatrização e rápida recuperação de suas feridas.

Os bolcheviques não avaliaram a profundidade da penetração reformista nas massas europeias - veja-se por exemplo o desvio economicista da tese da "aristocracia operária" - e essa subestimação, ligada a ideia da necessidade da revolução se estender aos países altamente industrializados para manter-se o poder soviético, desempenharam importante papel no estabelecimento de uma estreita relação entre a política adotada pela URSS - a I.C. e os partidos comunistas nacionais.

Entretanto, as sucessivas viradas da I.C.; sua transformação de "central"

mundial da revolução em ao mesmo tempo, instrumento/ envave à política conciliadora do stalinismo com as potências imperialistas - não podem ser entendidas à luz de si mesmo, como meros desvios ou oportunismos burocráticos. É necessário nos reportarmos principalmente à luta de classes travada na própria URSS, a luta entre as vias burguesa e proletária e que tinha reflexos (não de uma maneira imediata ou transparente) na política que a I.C. vai adotando nas diversas conjunturas.

É nessa perspectiva pois que a palavra de ordem "defesa da URSS" deve ser visualizada, isto é, em relação ao caráter de classe do Estado Soviético, já que a luta entre burguesia e proletariado na URSS parece ter desdobramentos particularmente graves para os trabalhadores soviético e mundial, configurados principalmente depois do anúncio da "abolição das classes" na União Soviética e dos processos de Moscou, ambos em 1936.

## A dialética do mal menor

O período das Frentes Populares, que representaram a virada decisiva da III Internacional para a colaboração aberta com as classes dominantes, deve ser compreendido analisando-se a fase imediatamente anterior, caracterizada por ultra-esquerdista, que o PCUS levou tanto na União Soviética como na I.C.

A estratégia de construção do socialismo "à passo de tartaruga" provoca uma crise de abastecimentos no país em 1928; paralelamente ao combate à direita, que conduzia essa política, a

A Social-Democracia se desenvolve e se afirma entre as duas guerras mundiais, enquanto alternativa de poder. Sua progressiva importância, que logrou conquistar nos países capitalistas "avançados", revela uma possibilidade objetiva de sua política de reformas, que a acumulação de capital permite nesses países: a satisfação de interesses corporativos e imediatos da classe operária.

direção stalinista empreende a "coletivização" forçada, com a liquidação dos kulaks e dos camponeses a ele associados. O 1º Plano Quinquenal é anunciado.

No plano externo, esse período é marcado por um forte sectarismo, que se negava a ver diferenças políticas entre as várias formas de dominação burguesa, particularmente entre a social-democracia e o fascismo.

Para os dirigentes da URSS, tratava-se de isolar a Social-Democracia, ligada ao capital não-monopolista, que não tinha nenhum interesse em manter relações com a União Soviética; já o capital financeiro - cuja expressão política cada vez mais estava sendo o fascismo - tendia a uma política mais "aberta" e "realista" com a "pátria do socialismo". Era a lógica do "socialismo num só país" levada a extremos...

A catástrofe na Alemanha em 1933 é o sinal para que a camada dirigente opere a nova virada, agora "à direita"; essa nova mudança de rumo não está ligada tanto à ascensão do fascismo quanto à definição do curso da luta de classes na URSS (a nova camada burguesa consolidando sua hegemonia). Um dos reflexos mais expressivos disso são os processos de Moscou, que liquidaram os últimos representantes do marxismo clássico na União Soviética.

Entram então em cena, as Frentes Populares Anti-Fascistas. Concebidas por Georg Dimitrov no VII Congresso da I.C. (1935), baseavam-se fundamentalmente numa análise estreita do imperialismo que reduzia a base social dos regimes fascistas a uma única fração do capital (o financeiro), o que abria caminho para as alianças com os mais diversos setores da burguesia liberal e a contenção do movimento revolucionário na camisa de força da democracia representativa.

Essa curiosa dialética do mal menor - que, fora o aspecto organizativo, nada ficava a dever à II Internacional - esteve presente com toda sua intensidade nas frentes de luta do proletariado nas décadas de 30 e 40. Na Espanha, em 1936 - uma revolução inoportuna para o stalinismo; - na França, também em 1936: "temos que saber terminar com uma greve" (Thorez) e em 1944, a luta a reboque do gaullismo; - na Itália onde Togliatti e Cia. canalizaram o ímpeto revolucionário do proletariado unicamente contra o fascismo, ajudando a burguesia italiana na tarefa árdua de "reconstrução nacional"; enfim, as Frentes Populares lograram conseguir aquilo que o capitalismo internacional talvez só conseguisse à custa de muitas Hiroshimas: a manutenção da civilização ocidental fora da órbita vermelha.

"E aqui que a política da Frente Popular, ao apresentar o problema como

uma luta entre a democracia burguesa e o fascismo, semeia funestas ilusões entre as massas trabalhadoras e as desvia do cumprimento de sua missão histórica (...). Na literatura oficial da Internacional ex-Comunista e de suas seções, os termos clássicos, "luta de classes", "proletariado", são sistematicamente substituídos pelos de "luta anti-fascista" e "anti-fascistas". A coisa não teria maior importância se não se tratasse mais que uma simples substituição terminológica. O grave é que assistimos a uma monstruosa deformação da doutrina do marxismo. Não há luta mais anti-fascista que a luta revolucionária da classe operária pela conquista do poder. A classe operária pode aliar-se com os setores pequeno-burgueses da população, particularmente com os camponeses, mas não para manter neles uma ilusão de uma luta eficaz contra o fascismo por meio da democracia burguesa, mas para convencer-lhes de que a situação não tem mais saída sem a revolução proletária, que é o único anti-fascismo eficaz." (3).

As Frentes Populares foram, na verdade, embriões das táticas frentistas dos P.C.s europeus em nossos dias; os pressupostos teóricos e políticos das estratégias hoje desenvolvidas pelo "eurocomunismo" estão em germen nas formulações de Dimitrov.

Em linhas gerais, a classe dominante é identificada a uma fração exclusiva do capital (as outras são, em consequência, potencialmente aliadas; o "etapismo" sob novas formas, que mascara ou tenta mascarar o abandono da luta pelo poder proletário; o privilégio de lutas e formas de organização institucional, as alianças "táticas" com a Social-Democracia, etc., tudo isso não são as linhas de atuação dos modernos dimitrovianos.

Os "rebeldes" do "eurocomunismo" não são assim tão rebeldes nem tão heterodoxos; afinal, essa cantilena é cantada há mais de 40 anos atrás, só que por outras vezes...

Um importante líder revolucionário e teórico socialista do início do século sintetizava a essência da política reformista (nos surpreende sua atualidade): basicamente, ela consiste em "... tomar do marxismo tudo que é aceitável para a burguesia liberal, inclusive a luta por reformas, inclusive a luta de classes (menos a ditadura do proletariado) inclusive o reconhecimento "geral" dos "ideais socialistas" e a substituição do capitalismo por um "regime novo", e rechaçar "unicamente" a alma viva do marxismo, "unicamente" seu conteúdo revolucionário" (4). E o socialismo, o que é, sr. Berlinguer? (Claudio Antonio e Carlos Caldas).

## NOTAS:

(1) Note-se particularmente (que era senso-comum até Lênin) a velha ideia de que a revolução somente poderia iniciar-se nos países capitalistas economicamente desenvolvidos, e portanto amadurecidos para o socialismo. A história iria mostrar que a internacionalização dos monopólios criaria as condições da revolução proletária eclodir num dos elos da cadeia imperialista, o "elo mais fraco", justamente o que concentra-se o maior grau de contradições econômicas e políticas, que acabou sendo a Rússia Czarista.

(2) "No caso do Estado Capitalista, a autonomia relativa do político pode permitir a satisfação de interesses econômicos das classes dominadas, limitando mesmo eventualmente o poder econômico das classes dominantes, retraindo, em caso de necessidade, a sua capacidade de realizar os seus interesses econômicos a curto prazo, na única condição porém (...) de que o poder político e o aparelho do estado permanencem intactos" (Nicos Poulantzas, Poder Político e Classes Sociais, grifos nos.)

(3) ANDRÉS NIN (dirigente do P.O.U.M.) - "Os problemas da Revolução Espanhola" - grifos nossos.

(4) Vladimir I. Ulianov - "A bacarota da II Internacional" - grifos nossos.

Escolha um destes 50 títulos e peça por reembolso postal. Não somos perfeitos mas temos condições de atender a quase todos os pedidos que você fizer

1) OS RATOS - Dyonélio Machado ..... 30,00	29) LAMBOES DE CAÇAROLA - João Antônio ..... 36,00
2) OS DEUSES ECONÔMICOS - Dyonélio Machado ..... 78,00	30) PROBLEMAS CULTURAIS - Osman Lima ..... 90,00
3) A VACA E O HIPOGRIFO - Mário Quintana ..... 60,00	31) O PÊNDULO DA NOITE - Marcos Rey ..... 70,00
4) BERRA CORAÇÃO - Lourenço Diáferia ..... 60,00	32) O GOVERNO JOÃO GOUART - Moisés Banderira ..... 100,00
5) ANTOLOGIA POÉTICA - Ferreira Gullar ..... 60,00	33) AS RAZÕES DA INDEPENDÊNCIA - Nelson Werneck Sodré ..... 100,00
6) LUTA CORPORAL - Ferreira Gullar ..... 60,00	34) A REVOLUÇÃO BRASILEIRA - Caio Prado Jr. .... 98,00
7) DENTRO DA NOITE VELOZ - Ferreira Gullar ..... 60,00	35) MISÉRIA DA FILOSOFIA - Karl Marx ..... 60,00
8) POEMA SUJO - Ferreira Gullar ..... 60,00	36) A IDEOLOGIA ALEMÃ - Marx/Engels ..... 65,00
9) OBJETO SEI XAGEM - Mário Chamie ..... 80,00	37) TEMAS DE CIÊNCIAS HUMANAS 1 - Vários ..... 60,00
10) OS MENINOS - Domingos Pellegrini Jr. .... 55,00	38) TEMAS DE CIÊNCIAS HUMANAS 2 - Vários ..... 75,00
11) TARDE DA NOITE - Luiz Vilela ..... 70,00	39) UM REPORTER NA CHINA - Flávio Azevedo ..... 30,00
12) SIMULACROS - Sérgio Sant'Anna ..... 85,00	40) AS GRANDES DIVERGENCIAS DO MUNDO COMUNISTA - Jean Babu ..... 60,00
13) O BANQUETE - Mário de Andrade ..... 75,00	41) AS GUERRAS CAMPONESES NA ALEMANHA - Engels ..... 50,00
14) 200 EXERCÍCIOS E JOGOS - Augusto Bual ..... 65,00	42) CARTAS FILOSÓFICAS - Marx/Engels ..... 45,00
15) LUZ DE AGOSTO - William Faulkner ..... 65,00	43) INTRODUÇÃO AO FASCISMO - Leandro Konder ..... 70,00
16) O URSS - William Faulkner ..... 60,00	44) CAPITALISMO E ESCRAVIDÃO - Eric Williams ..... 80,00
17) CONFESSÕES DE UMA MÁSCARA - Yukio Mishima ..... 60,00	45) TRATADO DE MATERIALISMO HISTÓRICO - N. Bukharin ..... 80,00
18) MÁRIO E O MÁGICO - Thomas Mann ..... 50,00	46) BUROCRACIA E IDEOLOGIA - Maurice Frautenberg ..... 72,00
19) A LESTE DO EDEN - John Steinbeck ..... 100,00	47) INTRODUÇÃO À ECONOMIA POLÍTICA - Rosa Luxemburgo ..... 120,00
20) AVENTURAS DE ALICE - Lewis Carroll ..... 110,00	48) HISTÓRIA DA IMPRENSA NO BRASIL - Nelson Werneck Sodré ..... 190,00
21) POÉTICA - COMO FAZER VERSOS - Maikóvsky ..... 40,00	49) EXPANSÃO CAFFÉIRA E ORIGENS DA INDÚSTRIA NO BRASIL - Sérgio Silva ..... 45,00
22) CEM POEMAS CHINESES - Hugo de Castro ..... 50,00	50) A PREGAÇÃO DA LIBERDADE - Teófilo Vilela ..... 120,00
23) BOM DIA PARA OS DEFUNTOS - Manuel Scorza ..... 80,00	
24) GARABOMBO INVISÍVEL - Manuel Scorza ..... 80,00	
25) LA NOVELA ESPAÑOLA ACTUAL - José Gorrals Egu ..... 42,00	
26) AS FAC - Jorge Amós ..... 60,00	
27) ELOGIO DA SOMBRA - PEREFS - Jorge Luis Borges ..... 45,00	
28) VAGAMUNDO - Eduardo Galeano ..... 35,00	

Na Livraria Escrita o autor nacional tem sempre um lugar na prateleira  
Rua Dr. Homem de Melo, 446 (porão) - Perdizes  
Fone: 62-3699  
05007 - São Paulo (SP)



**"A organização da Copa do Mundo de Futebol é uma decisão política que vai além de simples considerações econômicas: nosso objetivo é a transformação da imagem internacional do nosso país". General Antonio Merlo, Presidente do Comitê de Organização do Mundial na Argentina.**

Mais de um bilhão e meio de pessoas verão os jogos da próxima Copa do Mundo. Burgueses, proletários, pequenos burgueses, desempregados, marginais, lumpens, em quase todas as partes do mundo estarão irmanados em torno das cores de seus países, torcendo no apogeu do esporte competitivo. Essa grande "concentração de atenções", contudo, não é neutra em termos políticos e ideológicos.

Desde o surgimento do capitalismo e de sua evolução à fase imperialista, no início deste século, o esporte de competição se desenvolveu como uma prática mundial, universal, isto é, como a forma dominante das atividades físicas. A instituição esportiva - federações, clubes, olimpíadas, a nível nacional e internacional - começou a se formar no fim do século XIX e continuou reforçando-se, tornando-se o esporte de competição num fenômeno de massa, cujos efeitos se multiplicaram com a intervenção sistemática do rádio e da televisão.

#### ESPORTES E CLASSES SOCIAIS

Os confrontos esportivos de grande envergadura mobilizam capitais, recursos materiais e humanos consideráveis, e são resultados de opções políticas conscientes que beneficiam investimentos de luxo e de prestígio em detrimento das necessidades básicas de populações que vivem na miséria. Além disso, as competições mobilizam a atenção de milhões de pessoas - mais de um bilhão e meio verão os jogos da próxima Copa do Mundo, diretamente ou indiretamente, por meio da televisão - e essa mobilização tem necessariamente repercussões políticas. O que é fundamental, entretanto, é o fato de que a atividade esportiva está inserida objetivamente no conjunto das relações sociais, econômicas e ideológicas. O esporte não é uma esfera à parte, uma zona neutra. O esporte é uma parada decisiva nos combates eleitorais e na luta de classes. Seria um erro dramático de pensar que o esporte é uma coisa, a política é outra (de um lado a magnífica Copa do Mundo de Futebol, de outro, o "sinistro" terror militar e policial na Argentina).

Não há de um lado os vibrantes e excelentes jogos de futebol do domingo e do outro, a inflação, os despedimentos, a repressão anti-operária da segunda-feira. Numa sociedade de classes, o esporte, à semelhança das forças armadas, da justiça, da polícia, da igreja, da escola é uma instituição que conserva e consolida a ordem estabelecida.

Considerando a infra-estrutura econômica, as empresas esportivas funcionam como toda a empresa capitalista: obter lucro através do rendimento máximo dos jogadores e atletas, verdadeiros assalariados, obedecendo critérios de atuação, de tempo, altamente qualificados. Também em relação às bases jurídico-políticas, as federações e associações esportivas estão regulamentadas por textos de lei submetidos à intervenção estatal. Finalmente, pelos princípios ideológicos (ideologia da ordem, do progresso, do trabalho, da disciplina, da competição...) o fenômeno esportivo não foge à lógica dominante da sociedade capitalista.

Podemos comparar as relações entre o treinador e seus atletas e a relação entre o contramestre e seus operários: mesma submissão, mesma disciplina, mesmo espírito de chefe.

#### NA ÁREA DAS FÁBRICAS

Quando a direção de uma fábrica ou empresa fornece equipamentos esportivos e promove jogos de futebol entre os trabalhadores após a árdua jornada de trabalho, ela tem um objetivo preciso: a manutenção e a dominação ideológica da força de trabalho. O esporte é útil à saúde do trabalhador, porém, objetivamente, o corpo é daquele que explora a força de trabalho. Além disso, a prática do esporte com os superiores hierárqui-

cos na mesma equipe, dentro da fábrica, cria um sentimento de solidariedade que esconde a opressão entre os interesses do patrão e os interesses do assalariado. Todos participam do mesmo time, da grande comunidade da fábrica...

Afinal, pode-se atribuir ao esporte o papel de ocultar a realidade sociopolítica. Ele elimina tudo o que não é diretamente político, por exemplo: o terror em vários países da África e América Latina, não é problema a miséria dos trabalhadores imigrados que assistem aos jogos de futebol na França; não é problema a expulsão do advogado alemão Klaus Croissant da França durante o jogo França x Bulgária. Violências fascistas, guerras imperialistas, golpes de Estado militares, subdesenvolvidos, genocídios culturais, exploração de classe, liquidação dos direitos do homem... nada tem a ver com os jogos França x África do Sul, Alemanha x Argentina.

Quem duvida do fato que os jogos olímpicos de 1936 na Alemanha e a Copa do Mundo de 1938 na Itália serviram para consolidar o nazismo e o fascismo? E a Copa do Mundo na Argentina?

#### "HONRA NACIONAL"

O esporte incentiva as massas a uma histeria nacionalista. A "honra nacional" que está em jogo favorece a união de todas as classes e camadas em torno do regime político vigente e de seu governo. O tom das campanhas esportivas é dado por expressões militares-esportivas: o **rolo compressor brasileiro**, os **rudes defensores húngaros**, a **fúria italiana**, o **cimento argentino**...

Todo povo, além da divisão de classes pode comungar o mesmo entusiasmo nacional. O patrão da fábrica, o administrador, o operário, a faxineira têm o mesmo interesse na vitória dos "nossos".

O esporte torna-se um fator de união nacional, contrariamente à "política que divide"... Se o esporte exerce um controle social rigoroso sobre as massas, ele o faz particularmente sobre a juventude. Não é por acaso que todos os regimes reacionários ou notoriamente fascistas propuseram com **prioridade** o esporte de competição como atividade física especial às organizações de juventude enquadradas pelo Partido Único ou pelo Estado.

A classe dominante compreendeu as virtudes morais do esporte: preparação militar e autoritarismo guerreiro, instrução cívica, desvio da luta sexual da juventude (façam esporte e não amor) e submissão às normas sociais dominantes (os atletas não são "desviados", "drogados", "hippies"...)

Todas estas considerações ilustram o lugar importante que ocupa o esporte hoje, e isto em escala mundial. A instituição esportiva é, no seu conjunto, o reflexo da sociedade capitalista. Por isto, todo o adversário do capitalismo tem a tarefa de denúncia do papel do esporte, no mesmo nível que as outras instituições que permitem à classe dominante de se perpetuar. A denúncia das múltiplas facetas da função reacionária da instituição esportiva faz parte do combate geral pela emancipação dos trabalhadores.

(Artigo de J.M. Brohn, autor de "Sociologie Politique du Sport" e de vários estudos sobre esporte; diretor da revista "Quel Corps", de Paris. Tradução de Joana Almeida).

## O esporte em Cuba

A revolução cubana aboliu o esporte profissional. O que, de modo nenhum, diminuiu a importância do esporte na Ilha. Pelo contrário. A televisão só entra em cadeia no país para Fidel Castro falar ou para transmitir uma importante partida de **baseball** - o esporte nacional -, conhecido pelos cubanos como **pelota**.

Todos os times cubanos são amadores, compostos por operários, estudantes, médicos, por pessoas de todas as categorias profissionais. Todos aqueles que estão vinculados a um time de província têm direito a folga no trabalho para os treinos. Apenas três anos após a amadorização dos esportes, Cuba tornou-se campeão mundial de **baseball**. Quando dos Jogos Panamericanos, realizados no México, os cubanos só perderam para os Estados Unidos - vencendo, contudo, Canadá, México, Brasil, Argentina e todos os outros 18 concorrentes. Hoje o esporte é amador na Ilha tanto para quem joga como para quem vê: "nenhum estádio cobra ingressos, todos os jogos são realizados

com portões abertos". Não é preciso dizer que estão sempre lotados.

O orgulho nacional esportivo dos cubanos é o operário Teófilo Stevenson, de quase dois metros de altura, medalha de ouro em box peso-pesado nas Olimpíadas de Munique - quando derrotou o norte-americano Duane Bobby - e nos jogos Pan-Americanos.

Durante as Olimpíadas de Munique, exemplificando a política de corrupção sobre os cidadãos de países socialistas levada à prática pelos países ocidentais, principalmente pelos Estados Unidos, um grupo de **managers** de box norte-americanos ofereceu um milhão de dólares a Stevenson para que ele deixasse Cuba e fosse "ser campeão mundial dos pesos-pesados nos Estados Unidos". Stevenson - repete constantemente os cubanos - preferiu voltar para Cuba e continuar como operário e **boxeur** amador.

(Informações extraídas do livro "A ILHA", do repórter brasileiro Fernando Moraes). C.T.

# Futebol, o esporte sem "zona neutra".

**"Nosso saco já encheu, Videla!"**

O COBA - Collectif pour Boycott de l'Organisation par l'Argentine de la Coupe du Monde de Football - desenvolve hoje, em toda a Europa, uma intensa campanha de solidariedade à luta dos argentinos contra a ditadura militar do general Jorge Videla. Essa campanha passa pelo "boicote à Copa do Mundo na Argentina". Um cartaz do COBA apresenta a seguinte legenda: "La coupe déborde, Videla!", que em bom português - quer dizer: "Nosso saco já encheu, Videla!".

"MUNDIAL 78"



**Boycott de l'Argentine!**

Collectif pour le Boycott de l'Organisation par l'Argentine de la Coupe du Monde

O COBA visa boicotar a COPA. Foi criado em janeiro deste ano, a partir de um comitê de solidariedade de franceses para com os trabalhadores argentinos, e mais militantes que já denunciavam o esporte de competição. O Comitê de Soutien à la Lutte du Peuple Argentin (CSPLA) e os militantes que denunciavam o esporte de competição formaram inicialmente um coletivo em torno do seguinte objetivo: boicotar a realização da Copa do Mundo de Futebol na Argentina, na medida em que as liberdades democráticas foram totalmente suprimidas naquele país. E estender esse boicote a qualquer país alternativo, onde os direitos humanos estejam sendo desrespeitados. O que, segundo um militante do COBA, incluiria a alternativa do Brasil.

#### COMO SURTIU

EM TEMPO: Como surgiu o comitê?

COBA: No começo criamos o comitê sem o apoio de muitas organizações. Contávamos com os grupos de extrema-esquerda, com o pessoal da revista **Quel Corps?** e, mais tarde, com os partidários da **Ecole Emancipée** (tendência de esquerda do Sindicato-Federação da Educação Nacional). A SGEN-CFDT (Sindicato Geral da Educação Nacional, filiado a CFDT) se solidarizou posteriormente com a campanha a nível nacional. Evidentemente, a direita não apoiou o comitê. Preocupa-se exclusivamente com a segurança individual dos jogadores franceses.

#### POSIÇÕES

ET: E a esquerda oficial?

C: O PS (Partido Socialista francês) defendia no início que a Copa não se realizasse na Argentina. Em seguida, o secretário-geral, François Mitterrand, declarou que a presença particular dos franceses era indispensável, mas que a seleção não deveria participar das cerimônias oficiais. Recuou, portanto, o PC (Partido Comunista) se opôs ao boicote deste o início com argumentos. No nosso entender, duplamente equivocados. No plano interno da Argentina, o PCF reproduz a argumentação do PC local, segundo a qual é preciso apoiar o general Jorge Rafael Videla (presidente e membro da junta militar) para evitar a subida ao poder de militares da linha pinochetista (referência ao general Augusto Pinochet, presidente e membro da junta militar chilena). Na opinião do PC isso representaria uma maior repressão e endurecimento na Argentina. O outro argumento é o de que a ida à Argentina permitiria um melhor conhecimento da situação interna por parte da opinião pública e internacional. Que o PCA apresente esse argumento não consideramos tão grave, na medida em que avaliamos o PCA como um grupúsculo pouco representativo. Agora, que isso seja endossado pelo PCF, é realmente grave. É evidente que as condições de repressão especial montadas pela junta argentina para a Copa não permitirão qualquer mobilidade no sentido de averiguar melhor a situação de dentro. Além do que, é falso dizer que os argentinos estão chamando os países para a Copa. A Liga Argentina pelos Direitos do Homem manifestou-se favoravelmente ao boicote, considerando inclusive que a vitória dessa posição fortaleceria sua atuação e a de outras organizações semelhantes.

ET: E a CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores) francesa?

C: A CGT, infelizmente, adota as mesmas posições do PCF. No entanto, em suas bases existem muitos sindicalistas que participam do

COBA. Já a CFDT (de orientação socialista - PS) não se posiciona claramente sobre o problema. Contudo, o número de militantes da CFDT que apoia o COBA é bem maior do que nas bases da CGT.

ET: E a posição dos Montoneros?

C: inicialmente, os Montoneros foram contra o boicote, acreditando que a realização da Copa na Argentina possibilitaria a realização de ações espetaculares, embora não violentas. Pouco a pouco, porém, foram compreendendo a importância do desenvolvimento da nossa campanha em toda a Europa, não se justificando, portanto, o isolamento dos Montoneros da luta geral de solidariedade povo argentino. Os Montoneros reconhecem, mesmo não trabalhando no sentido do boicote, que a nossa campanha pode ser eficaz, aglutinando militantes de vários países e possibilitando um grande aprofundamento sobre a situação da Argentina.

ET: Qual a posição sobre o boicote da seção francesa da Anistia Internacional?

C: Em função da própria natureza da organização, a seção francesa da Anistia não se define sobre a nossa campanha, na medida em que, por princípio, ela não pode se comprometer com grupos políticos. No entanto, seus porta-vozes já declararam que consideram de suma importância o trabalho desenvolvido pelo COBA, denunciando os crimes cometidos pelo regime militar. Individualmente, existem muitos membros da Anistia que estão mobilizados em nossa campanha.

#### A CAMPANHA

ET: Você poderia esclarecer quais as atividades que estão desenvolvendo na atual fase da campanha?

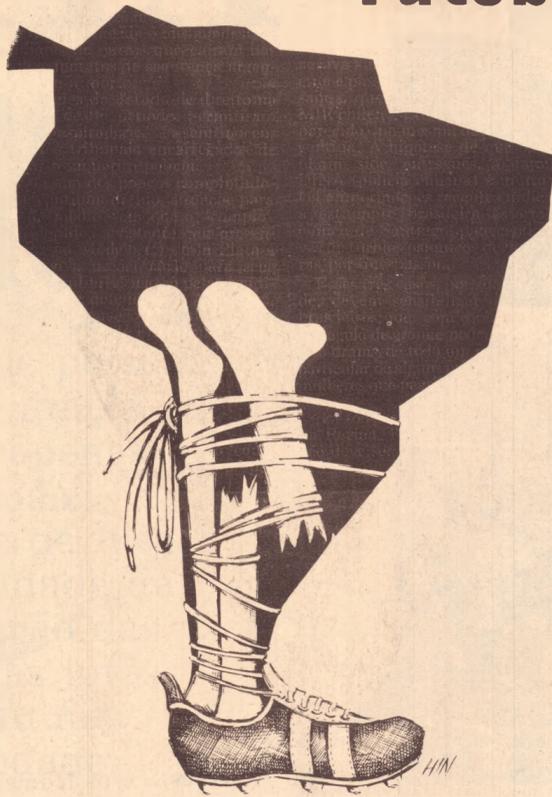
C: No momento, faz parte de nossas atividades a campanha pela assinatura do boicote. O manifesto já foi assinado por cerca de 30 mil pessoas e esperamos que até a Copa tenhamos conseguido no mínimo 100 mil assinaturas. Visamos enviar o manifesto ao governo francês, pedindo para que adote medidas no sentido de a Copa não se realizar na Argentina, ou, se não for mais possível, que pelo menos a seleção francesa não compareça. Quando do jogo entre Brasil e França, colamos cartazes por toda a cidade, nos metrô e em volta do estádio. Distribuímos também folhetos explicativos sobre a situação dos regimes brasileiro e argentino, demonstrando como o futebol é utilizado pelos dois regimes como instrumento de controle político e ideológico. Nossa campanha representa a primeira campanha internacional de vulto que se faz sobre a realidade argentina. A própria Federação Internacional de Futebol foi obrigada a se pronunciar e a tomar medidas, tentando neutralizar a campanha de boicote. Existem atualmente 60 comitês COBA em toda a França e outros formados na Suécia e Holanda.

#### E DEPOIS?

ET: Qual a perspectiva do COBA depois da COPA?

C: Depois da Copa vamos propor a todos que participam e apoiam o COBA um trabalho constante de solidariedade ao povo argentino por meio do CSLPA, que foi um dos iniciadores da campanha de boicote, e continuar denunciando a utilização do esporte pelas ditaduras latino-americanas. Denunciando também os interesses do imperialismo francês, que são relativamente importantes na Argentina, como os acordos econômicos, culturais e políticos e, principalmente, a venda de armas à junta militar. Nós consideramos que o futebol e o esporte em geral estão relacionados com a política e são utilizados conscientemente para a dominação política e ideológica no capitalismo.

(De Paris, Regina Maria de Carvalho e Beth Lobo)



As ilustrações desta página foram expostas recentemente em Paris, durante o jogo Brasil x França.

## A Copa dos torturadores

(Três brasileiros nas masmorras argentinas)

Pão e circo e, se possível, circo universal.

Os militares argentinos preparam meticulosamente o "seu" Mundial, explorando a paixão de um povo, que é também a nossa, a fim de obter uma legitimidade que até agora só foi possível substituir pela força das armas.

Muito mais que um acontecimento esportivo, a Copa transformou-se em uma gigantesca operação de contra-informação, que busca apagar a imagem cada vez mais evidente do terrorismo estatal do regime argentino, responsável pelo assassinato, "desaparecimento" e tortura de dezenas de milhares de homens e mulheres.

Das infindáveis listas dos suplicados há três pessoas que não podemos esquecer: Flávio, Maria Regina e Jorge Alberto, três brasileiros que vivem na carne a tragédia do povo argentino.

#### COMPLÔ INEXISTENTE

Flávio Koutzki, um economista gaúcho de 33 anos, dirigente estudantil nos anos 60, foi detido junto com sua companheira e outras pessoas no dia 11 de maio de 1975, em Buenos Aires, quando o terrorismo estatal e para-estatal aparecia ainda sob a cobertura do governo institucional de Isabel Perón.

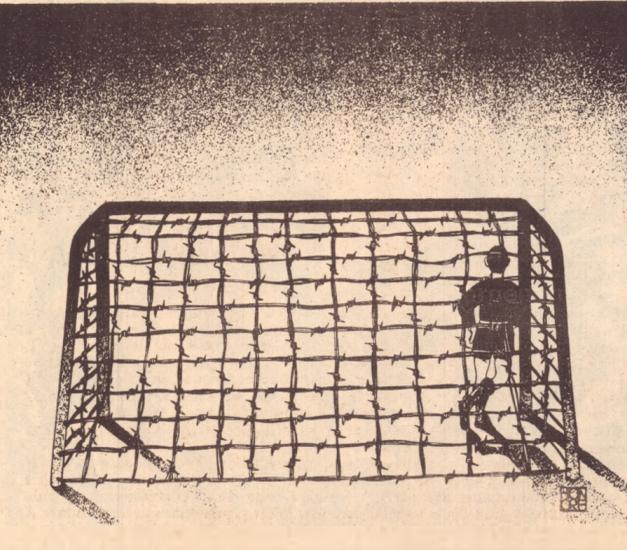
Acusado de "complô internacional", Flávio esteve por um período "desaparecido", submetido a cruéis torturas. Se não fosse a repercussão internacional de sua prisão, inclusive na imprensa brasileira, Flávio teria tido o mesmo destino de milhares de outros que caíram nas mãos dos aparatos de segurança argentinos. Estaria morto.

Os vestígios do Estado de direito na Argentina deste período permitiram que os "conspiradores" fossem inocentados pelos tribunais encarregados de examinar o inquérito policial.

Flávio é um dos poucos **complotados** que continua detido, situação paradoxal, na medida em que o "complô" foi considerado inexistente. Sua presença na Prisão Modelo (!) de la Plata é fonte de viva preocupação para seus amigos e familiares, não só pelas condições gerais de detenção na Argentina, como por sua situação pessoal de saúde. A pressão arterial de Flávio mantém-se há meses muito elevada e, recentemente, os médicos constataram inquietantes perturbações cardíacas, resultado das torturas sofridas anteriormente.

#### OS DESAPARECIDOS

Jorge Alberto Basso, gaúcho como Koutzki, se encontrava no Chile prepa-



França

# A maré negra

Denúncia ecológica:  
“...o petróleo vai virar mar e o mar vai virar petróleo...”

Dez mil pessoas manifestaram nas ruas de Paris, no dia 6 deste mês, o repúdio e a revolta à maior catástrofe ecológica ocorrida na França, a maré negra de petróleo que atingiu toda a costa oeste do país. “A Shell enche o bolso, a Bretonha morre”; “Abaixo o Estado dos policiais e do betume”; “banho de betume hoje, banho de radioatividade amanhã”; “Polueurs, payeurs” (os poluidores devem pagar). Essas foram as frases mais comuns nos cartazes dos manifestantes.

O apelo à manifestação foi feito, de um lado, pelos grandes sindicatos - CGT e CFDT, pelos partidos da esquerda oficial - PCF, PS - e por outras organizações de extrema-esquerda (Comitês Comunistas pela Autogestão, Organização Comunista dos Trabalhadores), além de diversas organizações ecologistas. Em texto unitário, sindicatos e partidos de esquerda denunciaram: “O apelo aos voluntários, à solidariedade nacional e o argumento à fatalidade não devem ocultar as verdadeiras responsabilidades dos poderes públicos, dos armadores e das companhias petrolíferas”.

## Lucros sobre a tragédia

Navegando em águas francesas, incluídas na zona proibida aos petroleiros (para cortar caminho e ganhar tempo), o super petroleiro líbio Almoco Cadiz, fretado pela Royal Dutch Shell, levava carga de 234 mil toneladas de petróleo bruto. Na noite de 16 para 17 de março, próximo à costa “Finistère”, o pe-



Banhadas de petróleo, as aves foram bandeiras

troleiro encalha e pede socorro a um navio rebocador.

A verdade é que rebocar um navio em perigo é antes de tudo um grande negócio, sobretudo quando aquele é de grande custo. As leis que regem a assistência privilegiam diretamente as companhias privadas. No caso, o capitão do Almoco Cadiz, depois de negociar durante várias horas a redução do preço, aceitou a intervenção do rebocador alemão “Pacific” que, sabendo de antemão que não poderia evitar o acidente do petroleiro (cujo tamanho corresponde a um edifício de 12 andares), decidiu ganhar, sem concorrência, até 60% dos 10 bilhões correspondente ao valor do navio! A Marinha Nacional só entrou em ação sete horas depois, quando rompeu-se o terceiro mastro e o petroleiro, partido ao meio, naufragou.

O petróleo bruto é três a quatro vezes mais tóxico que o refinado. Levado por ventos de 90 km horários, o lençol de petróleo invadiu o litoral, as praias e os portos de pesca, recobrimo com uma película impermeável a superfície das águas, impedindo a passagem dos raios solares e a troca de gases com o ar.

A falta de luz e oxigênio impede a vida submarina. Também os ovos de várias espécies são atingidos neste período de reprodução, comprometendo o desenvolvimento de toda uma geração de espécies. Mesmo os peixes que vivem em águas mais profundas são atingidos, por se alimentarem de crustáceos, moluscos e vermes que já ingeriram o petróleo na superfície. Segundo a opinião dos cientistas da Sociedade de Proteção da Natureza da Bretanha, a esterilização na região se prolongará por dez anos!

## As Aves... e os Homens

Até 5 de abril, a clínica para aves “betumadas”, em Brest, recebeu 1.391 pássaros de habitat marinho, dos quais 1.314 já estavam mortos e 77 agonizantes. Estas aves recolhidas por equipes de voluntários tinham o corpo impregnado de petróleo, morrendo na quase totalidade, envenenadas pelo hidrocarbonante que ingeriam quando limpavam as penas.

A população voluntária, que limpou as praias com pás e baldes, respirava os vapores tóxicos do “ouro negro”, fazendo o papel de cobaias - vários sintomas já se manifestaram, desde as irritações de pele, olhos e complicações respiratórias, até intoxicação geral.

A população da região exprimiu sua revolta através de inúmeras concentrações e manifestações or-

ganizadas pelos sindicatos, partidos e comitês “antimaré negra”, organizados em várias cidades. A grande imprensa seria ultrapassada se não descrevesse diariamente as sucessivas manifestações: 500 pessoas em Saint Malo, os 2.000 de S. Brieuc, os 10.000 de Rennes, os 20.000 de Brest...

## E o Governo?

Propõe indenizações mínimas e faz apelo à solidariedade nacional. Soldados são obrigados a trabalhar 10 horas por dia sem salário e os jovens de todo o país, por amor a pátria, devem colaborar!

Quanto aos proprietários do navio, sabe-se que serão inteiramente reembolsados pelas companhias de seguros. A Dutch Royal Shell já está sendo reembolsada. E os trabalhadores da região, minipescadores, ostri-

cultores e colhedores de algas que viviam dos recursos naturais do mar? Só a colheita de algas empregava 200 pescadores, e a ostricultura, num pequeno porto, 300 trabalhadores, hoje candidatos ao desemprego.

As organizações de extrema esquerda pedem o salário mínimo para os soldados e voluntários e indenização total sob o controle dos trabalhadores. Um apelo de boicote aos produtos Shell e à organização de comitês de controle de poluições, pela população, vem sendo feito pelos ecologistas da associação “Os amigos da terra”.

Entre os diversos povos, a questão que se coloca: Quantas marés negras poderá ainda gerar o capitalismo em consequência das necessidades energéticas de um modelo de desenvolvimento e de crescimento baseado no lucro?

(Magda de Almeida)

ALEMANHA

# Quando as gráficas param

Duas questões: o ressurgimento do movimento operário alemão e as consequências da introdução de novas técnicas na indústria. Os gráficos, portadores de longa tradição de luta, apontam para o centro do problema: um sistema social em que as máquinas estejam a serviço dos trabalhadores e não do capital.

Os operários alemães são dos que menos fizeram greves nos últimos anos. Mas, quanto tempo pode durar essa “paz”? Parece que não muito. Tudo indica que os operários não estão mais dispostos a ver os lucros dos empresários se multiplicarem astronômicamente e, na mesma medida, crescerem as ameaças de desemprego, enquanto os salários são comprimidos. O ano de 1978 começou com duas grandes manifestações grevistas, a dos gráficos e a dos metalúrgicos. Ambas têm uma importância especial porque nelas não se tratou apenas de salários - a principal reivindicação referiu-se ao problema da introdução de novas máquinas nas empresas, o que faz com que profissões inteiras desapareçam e muita mão de obra seja dispensada. É o problema da chamada racionalização, que atinge operários de todos os países capitalistas.

Das duas greves, a principal foi a dos gráficos, a terceira grande greve depois da guerra. A amplitude do movimento não surpreendeu, já que os gráficos têm uma tradição de luta e foram dos primeiros a fundar um sindicato na Alemanha. No século passado, negociaram pela primeira vez um contrato coletivo de trabalho. Em 1952, seu sindicato foi o único que desencadeou uma greve ampla e realme política. Tratava-se da implantação da Lei de Regulamentação de Empresas (Betriebsverfassungsgesetz), uma lei reacionária que se apoiava na antiga Lei de Regulamentação, levemente modificada. Os gráficos não deixaram sair os jornais, e a reação foi imediata: uma decisão jurídica proibiu de uma vez por todas as greves políticas. Depois dessa experiência de 1952, quando lutaram sozinhos, os gráficos esperam até 1976 para fazer outra greve. E foram eles que lideraram a grande greve nacional, justamente no meio da crise econômica que havia estourado em 74. Enfrentando as orientações oficiais para reajustes, eles mostraram que não aceitavam a tutela do governo para ditar os aumentos salariais. (As orientações oficiais são índices elaborados por economistas e outros “técnicos” que dão o percentual de aumento pelo qual os sindicatos deveriam se orientar para que a inflação fosse contida. Na verdade, os sindicatos não

têm nada a ver com isso, como no Brasil, aliás).

## Lock-out

Os gráficos fizeram depois a greve de 1976, por aumentos salariais. A reação dos empresários foi o lock-out. O lock-out suspende o contrato de trabalho - não o dissolve, mas o suspende. Isso significa que até o fim do lock-out os operários não recebem pagamento, nem mesmo em caso de doença (salário por enfermidade). Além disso, os trabalhadores ficam proibidos de entrar nas fábricas. Esse é um meio de luta empresarial que tem um objetivo evidente: arrasar as finanças dos sindicatos. Estes devem pagar os salários para todos os sindicalizados, sacando de seu fundo de greve. Se, por exemplo, cinco mil entram em greve, o lock-out pode atingir trinta mil, e o sindicato acaba tendo de arcar com as despesas. Nesse período, por outro lado, os operários não sindicalizados ficam sem receber.

O sindicato dos gráficos, então, ficou dependendo do apoio financeiro de outros sindicatos. Em 1976, a Central Sindical (DGB) assumiu as dívidas, mas insinuando discretamente que o apoio só seria sustentado em troca de um “bom comportamento”.

## A greve de 1978

Este ano a greve surgiu por pressão das bases. No princípio ela não estava prevista, o sindicato já havia chegado a um acordo sobre o contrato coletivo para 1978, e já havia até assinado o contrato. Mas quando a Comissão Negociadora - um grêmio composto por 6 a 7 funcionários da cúpula sindical - apresentou o Contrato Coletivo à Grande Comissão Tarifária (composto por cerca de 120 sindicalistas), entrou bem. O contrato foi recusado, a comissão teve de ceder às pressões da base e também recusar o contrato, apesar de já assinado.

## A reivindicação

O principal problema levantado é a da implantação, em todas as empresas do setor, de novas técnicas de impressão, num processo que deverá terminar dentro de 3 a 5 anos. Em duas grandes impressoras essas técnicas já foram in-

troduzidas, substituindo a composição tipográfica por máquinas eletrônicas, manejadas pelo próprio redator, - é uma espécie de máquina de escrever que passa o texto diretamente para uma chapa, faz as correções no ato, e deixa a chapa pronta para a impressão. Com isso, os trabalhos intermediários de tipógrafo e do revisor são eliminados, e ficam sem emprego 30 mil pessoas na Alemanha.

Numa das duas gráficas onde a técnica foi introduzida, em Hamburgo, o sindicato local conseguiu negociar uma solução paliativa para os tipógrafos. Ficou acertado que eles continuariam trabalhando nas novas máquinas, não seriam despedidos, receberiam o mesmo salário - embora a função exija menor qualificação -, e também que no-

vos tipógrafos seriam admitidos nas empresas.

A partir desse acordo, as preocupações se concentraram em duas questões: a saúde (a nova função prejudica a capacidade visual, pois se trabalha o dia inteiro debruçado sobre uma tela) e a garantia de que só tipógrafos trabalhariam nas novas máquinas. A maior dificuldade na movimentação toda foi conseguir a solidariedade de outras categorias, como a dos impressores e pessoal menos qualificado. Primeiramente, é muito difícil conseguir mobilização quando a greve não exige aumento e beneficia apenas um setor. Em segundo lugar, parece que os tipógrafos são considerados pelas outras categorias como um setor privilegiado. Eles sempre recebem 20 por cento acima da tarifa para a categoria. E não fizeram

nada para ampliar a solidariedade quando se viram ameaçados pela racionalização. Por exemplo, marginalizaram o pessoal admitido nas empresas para operar as novas máquinas, em sua maior parte mulheres pouco qualificadas.

Apesar de tudo, até que o grau de solidariedade foi espantoso, sobretudo por parte do pessoal menos qualificado. O que se explica pelo fato de todos saberem que a racionalização, cedo ou tarde, vai atingir mais trabalhadores de uma forma ou de outra. E também por todos os sentimentos que surgem quando uma movimentação trabalhista é iniciada - atingindo a grande maioria que trabalha para jornais reacionários, por exemplo. Por fim, a greve foi radicalizada pelos próprios capitalistas, quando seus próprios decidiram pelo lock-out, inclusive os liberais. Aí o movimento se estendeu às gráficas em que ainda se trabalhava normalmente e se tornou geral.

## Ações

Foi ocupado o jornal Frankfurter Rundschau, um dos mais liberais, quando ele optou pelo lock-out. Os operários tiraram uma edição especial do jornal, explicando as razões da greve, e além de darem as notícias normais, inclusive programas de televisão e esporte, aproveitaram para publicar informações de interesse da classe trabalhadora. Além disso, em muitas cidades houve manifestações; a de Frankfurt mobilizou 6 mil pessoas.

## Resultados

O resultado da greve, que durou três semanas e terminou em fins de março, foi um contrato um pouco melhor que o anterior: em vez de 5 anos de garantia de emprego para o tipógrafo, obteve-se agora 8. O tipógrafo ou revisor que é transferido para uma função menos qualificada tem seu salário garantido por abonos especiais. Não é permitida a eliminação desses abonos.

## As novas técnicas

O problema principal dos tipógrafos, que é o desaparecimento da profissão,



Os gráficos contra o desemprego

# Questionando a Cultura

**A nossa Sucursal do Rio achou importante que os leitores tivessem acesso a um assunto que, via de regra, fica restrito aos canais internos dos jornais. Eis aí portanto o que a Sucursal, "por unanimidade", acha da editoria de Cultura de EM TEMPO.**

"A redação: Essa carta tem a intenção de levar ao público leitor a discussão sobre a Editoria de Cultura de EM TEMPO, que tem sido apontada como responsável por sérios desvios, chegando por vezes a entrar em contradição com o próprio projeto do jornal. Aqui levantaremos alguns dos pontos com o objetivo de ampliar o debate sobre a referida seção e contribuir para as discussões no âmbito da própria Editoria, considerando que o debate é elemento fundamental da prática das diversas editorias de EM TEMPO. Não queremos aqui negar o esforço da Editoria no sentido de tentar empreender uma prática cultural dentro da luta ideológica e nos dispensamos desde já a apresentar soluções para todos os problemas da seção. Gostaríamos, entretanto, de observar algumas incorreções que vem frequentando nas páginas culturais.

Consideramos um pouco pretencioso algum grupo que se julga capaz de propor todo esse conjunto de "novidades", encerrando com o oferecimento de uma nova "cosmogonia". Tarefa tão grandiosa achamos que não nos pertence. Uma nova cosmogonia, um novo modo de pensar, implicam num nível de luta de classes bem avançado, não esquecendo que este novo se constrói do "velho", incorporando e apropriando conquistas culturais das antigas classes dominantes. Descartar simplesmente a "velha cultura" para o lixo da História é próprio do intelectual pequeno-burguês enfatiado.

Basta lembrar a citação de um dos "mitos" mencionados em um dos artigos de Cultura, Ferreira Gullar: "Uma cultura realmente popular só se realizará à medida que o povo possa se representar livremente". Ou ainda outra de 1848: "A dissolução das velhas ideias caminha de par com a dissolução das antigas condições de vida".

## Intelectualidade Não É Sociedade

Uma outra prática equivocada, que vem permeando os artigos de cultura é a generalização da problemática cultural da intelectualidade pequeno-burguesa para o conjunto da sociedade.

Tomando como exemplo o texto típico de Domingos Pellegrini vemos como o autor parte da crítica da mistificação de personagens e de projetos culturais específicos da intelectualidade para elaborar uma "nova" prática cultural ligada à massa.

Essa prática equivocada tem fundamento na proposição de um dos Editoriais de Cultura: "esclarecer o espaço da luta ideológica". Conforme observamos na prática da Editoria, o que se pretende dizer, em outras palavras é o seguinte: "Vamos lançar luz, nós os intelectuais, sobre a profunda bagunça em que se encontram a cultura e a ideologia. Então vamos polemizar com os diversos projetos da intelectualidade para apontar finalmente o mais correto para as massas". Esqueceram-se, no entanto, de notar à sua direita toda a parafernália montada para a domina-

ção cultural-ideológico-política das classes trabalhadoras.

## Faróis Do Proletariado

O que propomos é não que tentemos buscar em nossas cabeças novas "cosmogonias"; nem que tentemos nos transformar em faróis culturais do Proletariado, mas sim que nos engajemos concretamente nessa luta ideológica. Isso significa combater ao lado das classes exploradas, ao nível cultural e ideológico, seus principais opositores. Positivamente não vemos como uma grande preocupação do proletariado saber se Paulo Pontes é populista, se Ferreira Gullar é reformista ou se Os Saltimbancos é uma peça reacionária. Mais interessante seria partir da constatação que as classes exploradas estão hoje mergulhadas no misticismo; na ideologia do consumo e nas mais variadas formas de alienação.

A partir daí, então, começaríamos a discutir as dificuldades da intelectualidade em participar da emancipação cultural e ideológica da classe operária; combater a ideologia transmitida pelos meios de comunicação de massa, denunciando seu caráter de classe; contribuir para as diversas alternativas que se apresentam hoje etc. Em resumo, achamos que temos de centrar fogo nos programas de televisão; mostrar como os jornais ditos populares conseguem voltar a violência dos explorados contra eles mesmos; mostrar o caráter de classe dos programas de rádio; desmascarar a manipulação do futebol pelas classes dominantes com objetivos eleitorais e de corrupção, e assim por diante.

Não queremos dizer que as críticas aos projetos culturais da intelectualidade não devem ter lugar no Jornal, e sim que elas devam ter um lugar menos que o que vem ocupando habitualmente. Nesse texto deixamos de comentar o aspecto da linguagem que é importante, por achar que as outras divergências são mais profundas, e por isso mereceram nossa maior atenção. Não queremos dizer também que todas as matérias da referida Editoria tenham seguido as linhas que criticamos, mas que essa foi a tendência principal da Editoria, pelo menos até o segundo número do Jornal, sendo inclusive defendida explicitamente em Editoriais (...).

Sucursal do Rio de Janeiro (RJ)

# Aparte

Cartas, críticas, sugestões, apartes, etc. para: rua Mateus Grou, 57 - Pinheiros, São Paulo - CEP: 05415. A redação (por motivo de espaço) se reserva o direito de publicar apenas trechos dos textos recebidos. Mas solicita que os correspondentes façam um esforço para não ultrapassar 50 linhas de texto datilografado, na base de 70 toques por linha. E mais: solicita-se que os correspondentes deem seus nomes e endereços completos.

## "A questão agrária é muito mais complexa"



"Prezados amigos: O jornal EM TEMPO nº 3 traz uma entrevista-debate realizada por Maria Conceição de Fátima com Alberto Passos Guimarães sobre a questão agrária no Brasil, que julgo merecedora de alguns comentários. Para Passos os caminhos de transformação do campo são apenas dois: o primeiro através da ampliação do setor de camponeses independentes havendo posteriormente um processo de diferenciação social que seria a base do desenvolvimento capitalista e das transformações sociais na agricultura; um segundo caminho seria a evolução dos latifúndios que se transformariam em empresas capitalistas, com o rápido desaparecimento do camponês e a sua transformação em proletariado rural. Diante disso, Passos propõe a reforma agrária que apressaria o primeiro caminho, enquanto que o segundo seria mais lento e a opção por este último caminho significaria a manutenção de uma situação reacionária.

O primeiro equívoco dessa interpretação está em que não são apenas esses dois, os caminhos possíveis para a transformação do campo e, portanto, a opção não deve ser somente entre um ou outro. Além disso, a opção por um desses dois caminhos somente se coloca nos instantes que antecedem o desenvolvimento capitalista. No caso atual do Brasil, essa questão não mais se coloca. Isso, por dois motivos: primeiro, porque uma importante parcela do campo brasileiro é explorada já de forma capitalista, com os trabalhadores dessas áreas tendo passado por um processo de proletarianização. No caso a terra deixa de ser o principal meio de produção e a questão agrária não se restringe apenas a uma simples divisão das terras, o que aliás configuraria verdadeiramente uma posição reacionária. A postura mais consequente seria a de considerar uma divisão do trabalho que já está suficientemente desenvolvida e avançar para formas mais coletivas de organização da produção.

O segundo equívoco está em que Passos acredita que sempre se tem um processo de acumulação que não é capitalista e que é anterior a este: a acumulação primitiva. As parcelas atrasadas do campo não podem ser pensadas como pré-capitalistas no sentido de que antecedem o capitalismo, porque elas são produto de uma contínua criação e recriação do próprio desenvolvimento capitalista brasileiro. Isso retira o caráter de entrave que Passos procura dar às formas atrasadas.

Diante do quadro traçado por Passos, a reforma agrária atuaria no sentido de eliminar os processos de acumulação primitiva e criar-se-iam assim, as bases para o desenvolvimento do capitalismo. Em síntese, a posição de Passos é a de que a revolução democrático-burguesa brasileira está por ser completada e que para isso deve-se valer das forças sociais que possam intervir no sentido de uma transformação democrática, como seria o caso do primeiro caminho apontado anteriormente. Inclusive, para ele, hoje dependemos da transformação democrática para a solução de todos os de-

mais problemas, o que mostra que ele entende a reforma agrária como algo fundamental para se chegar à democracia hoje no Brasil. Aqui, a nosso ver, se coloca um problema muito sério na interpretação de Passos, à medida que a agricultura passa a se constituir, em muitas áreas, num simples ramo da indústria, e noutras áreas embora atrasadas, é um produto do desenvolvimento capitalista, não existe mais uma questão exclusivamente agrária com seus problemas únicos e específicos. Nesse sentido, qualquer proposta democrática não pode ser desarticulada dos demais ramos da produção, não sendo possível uma proposta democrática apenas para as massas rurais.

Embora procuremos mostrar que não existem condições históricas para reforma agrária com o objetivo de servir de base para uma transformação capitalista, não se pode, como o faz D'Incao em "determinados instantes, cair no lado "posto e considerar o campo como capitalista. Isso fica evidente quando ela considera o pequeno proprietário, o parceiro e o pequeno arrendatário como trabalhadores volantes e como consequência disso como proletários camponeses, ou camponeses em processo de proletarianização. O fato desses camponeses trabalharem durante algum tempo recebendo uma remuneração em dinheiro não significa que eles já são proletários. Enquanto a maior parte da reprodução familiar for garantida fora dos marcos das relações mercantis, não se pode falar em proletarianização. E o que acontece por exemplo no Nordeste com os chamados "corumbas" que migram durante a época das safras para trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar e dado que a reprodução familiar é na sua maior parte garantida por suas lavouras de subsistência eles se submetem ao trabalho por baixos salários, funcionando inclusive como um freio às transformações no sentido de relações de trabalho tipicamente capitalistas. Portanto, não se pode ver também o campo como capitalista, pois isso seria negar o caráter desigual em que se manifesta o desenvolvimento capitalista no Brasil. Diante das disparidades regionais existentes, em algumas áreas, a reforma agrária teria um caráter progressista e a distribuição da terra pode ser nessas áreas um elemento mobilizador no sentido de um movimento social de cunho democrático. E o caso por exemplo das regiões de fronteiras onde a distribuição das terras aos posseiros se revestia evidentemente de um caráter democrático. No entanto, deve-se lembrar que somente a posse da terra não é suficiente para garantir esse caráter democrático, pois a simples divisão da terra pode dar origem a um exército de pequenos estabelecimentos que viriam a se desintegrar como mostra a história de determinadas áreas agrícolas brasileiras e o exemplo de algumas reformas agrárias latino-americanas. Vê-se, portanto, que a questão agrária no Brasil é muito mais complexa do que a dicotomia que a entrevista dá a entender".

Waltermar Servilha - Belo Horizonte (MG)

Em primeiro lugar, entendemos que a prática da Editoria tende sistematicamente a confundir o alvo principal na atual luta pelas liberdades democráticas, colocando em risco e negando a frente democrática a partir de uma posição sectária, que privilegia a crítica a outras tendências, em detrimento da luta principal, contra o regime autoritário e a denúncia de todo o sistema de dominação cultural montado para a submissão e alienação da classe trabalhadora.

## Editoria

### Novidadeira

Em vez de combater e polemizar as manifestações da dominação cultural e ideológica das massas, combateremos os projetos críticos a essa política: ou seja, entramos não na luta principal, com críticas e alternativas próprias, mas sim no papel de crítico dos críticos.

Outro desvio no qual vem incorrendo a seção de Cultura é denunciado na concepção de luta ideológica defendida pela própria Editoria. "Compreendemos a luta ideológica como proposição de novas práticas, novos valores, comportamentos, cosmogonias".

Essa confusão é expressa quando a Editoria apresenta como uma de suas propostas de atuação "o subsídio crítico às oposições". O que a prática da Editoria tem demonstrado é que se confunde "subsídio crítico às oposições" com privilegiar uma luta no interior das oposições democráticas, uma crítica que con-

**O vivo debate sobre as matérias de Cultura que marca o período atual do jornal, revigora o valor de algumas cartas recebidas sobre o tema. Escolhemos trechos das correspondências de dois leitores, o primeiro defendendo e o segundo criticando matérias dessa Editoria:**

# Leitores opinam, contra e a favor

## Encurraladas

"Aos redatores de EM TEMPO: (...) No nº 2 do jornal, achei muito interessante o artigo sobre "a loucura como a mais aguda forma de alienação". Foi uma das melhores coisas que eu já li sobre o problema, na imprensa de oposição. Acho mesmo, que juntamente com a situação dos loucos, das minorias raciais, da mulher, do negro etc., deve-se procurar incluir na análise da nossa sociedade em particular e do capitalismo em geral, o problema do chamado "preso comum", como algo inerente à própria sociedade capitalista. Em que medida o "preso comum", o homem que rouba e mata sem fins necessariamente políticos, pode ser tratado por nós como "ser político", mesmo sendo o ato de roubar, como é visto pelo próprio "ladro" quando este ato não é movido por necessidades inadiáveis, como por exemplo, matar a fome, não um ato de transformação mas um ato de "ascensão": ou seja, de como a ideologia dominante age a curto e também a médio e longo prazos, contra os explorados e oprimidos, quando estes a incorporam em seus atos no dia-a-dia. Paralelamente a isso, creio que se deverá fa-

zer um balanço da situação desses presos: como são tratados, quantos existem mais ou menos no Brasil, etc. Em SP, estava programada uma fuga em massa de uma de suas penitenciárias para antes do carnaval. A rede Globo noticiou como se os presos fossem fugir movidos pela vontade de brincar o carnaval. Entretanto, esses presos vinham fazendo um trabalho de meses em escavações, etc., quando foram descobertos. Em Salvador, agora em fevereiro, ocorreu um motim e dois presos foram assassinados. Rádios, TVs e jornais locais noticiaram como se o motim pudesse ter sido movido por discussões banais entre os presos. Oficialmente existem mais ou menos mil presos cumprindo pena...

Gostaria ainda, de sugerir que se tratasse de uma forma mais didática as matérias de economia política, principalmente as que dizem respeito à nossa realidade econômica, e que matérias como "Encurraladas", dado o seu conteúdo dramático e à denúncia que lhes são inerentes, tivessem maior destaque. Creio que isso facilitaria a venda nos bairros pobres.

Camilo Brandão - Salvador (Ba)

## Simone de Beauvoir

"Meus caros, O artigo: "O que vê Simone de Beauvoir" (Em Tempo nº 2) critica pesadamente a ilustre pensadora a partir de uma entrevista sua meramente circunstancial, certamente prejudicada no processo de transcrição da linguagem falada para a escrita... O artigo parte da frase de Simone: "... eu simplesmente não acredito mais que a vitória das mulheres esteja ligada ao advento do socialismo... certamente a mulher tem mais independência econômica na URSS. Só que isso não a impede de ainda ter que conciliar sempre a liberdade econômica com o trabalho doméstico".

O artigo conclui que Simone não relaciona a solução da questão da mulher ao advento de uma sociedade igualitária.

Em primeiro lugar, Simone refere-se às atuais formações sociais (especificamente da União Soviética), conhecidas como "socialistas" e sustenta que essas formações nem são socialistas, nem resolveram o problema da mulher. Isso significa que o grosso do artigo de EM TEMPO, fazendo também essa crítica... resulta perfeitamente inútil, porque a própria Simone assinaria embaixo. Ou talvez não assinasse para não endossar a besteira ali contida na descrição da sociedade soviética como uma "sociedade capitalista", na qual os meios de produção foram recolocados nas mãos da burguesia. Como se vê, é o articulista e não Simone, quem acredita que "a história se constrói sem contradições e sem luta", ou pelo menos chega

perto de acreditar nisso, ao simplificar de tal forma a descrição da atual sociedade soviética, supondo, inclusive, um retorno de 180 graus e de 60 anos no curso da história. ... De tanta vontade de cair de pau em cima de Simone, o artigo ignorou completamente o único conceito de toda a entrevista, que merecia e deveria ter sido discutido, criticado. Como, por exemplo, quando Simone diz: "Ora, o socialismo, isto não é mais do que um sonho, não existe em parte alguma. Os países que hoje se denominam socialistas, não o são de modo algum". Simone, assim, parece, cometer realmente grave equívoco metodológico, tanto ao colocar no mesmo saco experiências tão diversas quanto a soviética e a cubana, como ao discutir socialismo e história como situação pronta e acabada e não como um processo. Simone, no mínimo, foi leviana, considerando-se sua responsabilidade como uma das mais ilustres pensadoras e ativistas da França. ... EM TEMPO não discutiu essa questão e mais, cometeu o mesmo equívoco metodológico ao oferecer, como resposta definitiva para a questão da mulher, a mesma frase feita ideal: "Não há libertação da mulher sem revolução socialista, não há revolução socialista sem libertação da mulher". Tudo bem, diria a própria Simone. Recomendamos aos autores a leitura de "O pensamento de direita, hoje," que diz: "A burguesia quer espelhos para se contemplar mas exige que sejam espelhos deformados", o autor: Simone de Beauvoir"

João da Silva, São Paulo

# Eleições na França: O espectro não é mais aquele...

"Amigos: As eleições parlamentares na França se revestem de uma importância capital para a esquerda, pois dão uma mostra muito precisa do peso e da necessidade, para os trabalhadores, da utilização de formas de lutas no aparelho político-institucional em países de democracia burguesa "forte". A compreensão desse fator, desde há muito percebido por Gramsci, não deve, porém, levar-nos a confundir as árvores com a floresta; se é importante não subestimar o papel das instituições da democracia parlamentar nesses países, é igualmente imprescindível traçar uma delimitação clara de suas insuficiências de maneira a não se feticizar essas formas de lutas, mas saber aproveitar-se delas para inclusive mostrar sua ineficácia na transformação socialista da sociedade.

governo aos seus objetivos de classe são as causas principais da crise econômica que se abate sobre o país (...). O objetivo do Programa Comum é retirar toda (a)- energia material a humana da lógica do lucro e submetê-la a uma nova lógica, e das necessidades sociais".

As formulações acima somente podem ser feitas com base numa análise tecnicista do processo de produção, onde a economia é considerada instância "neutra", isto é, o desenvolvimento das forças produtivas é o "deus ex machina" da história, o condicionamento básico da transformação das relações de produção, como se pudesse haver economia "em geral", forças produtivas "em geral" e, no limite, Estado "em geral".

A "economia", ou melhor, a base econômica de uma sociedade dividida em classes não é um elemento "técnico", independente das relações sociais, mas a unidade (contraditória) forças produtivas/ relações de produção.

Dentro da linha desenvolvida pelo autor, o desencadeamento necessário da análise que faz leva à conclusão de que uma estratégia socialista não buscará transformar radicalmente as relações de produção capitalistas, mas simplesmente "retirar a economia da lógica monopolista da acumulação". Mas

o que significa uma "lógica não-monopolista da acumulação"? O que se interpõe no interregno entre o capitalismo e socialismo? A resposta é uma necessidade ético-idealista da "lógica das necessidades sociais"...

Aí temos o desdobramento da famosa "aliança anti-monopolista", que inclui à sua volta todos os setores da sociedade, inclusive a burguesia não-monopolista, contra a única fração do capital considerada classe dominante: a grande burguesia financeira.

Segundo essa concepção, na atual fase do imperialismo, opera-se uma fusão entre o Estado e os grandes trustes num único instrumento. O Estado, pela sua maciça intervenção na economia, é considerado como elemento integrante da base econômica, tendo um papel fundamental, o de socialização das forças produtivas. Isto lhe confere uma dupla face: uma "progressista" (a socialização) e a outra reacionária, pois seu controle é exercido pelo capital monopolista.

O Estado em si, nessa estratégia, deve ser preservado e se centra o fogo contra a "distorção" de suas funções que do domínio do grande capital impõe. Da propalada "quebra" do aparato do estado burguês, nada mais pode restar senão pequenas modificações na forma do Estado atual.

A "via pacífica" para o socialismo aparece então na sua plenitude não como uma necessidade inelutável da tática da revolução socialista nos estados capitalistas avançados, mas como a expressão política do alinhamento dos PCs oficiais com o ideário social-reformista, e portanto, na prática, o "querer usar o capitalismo - e por conseguinte o Estado Capitalista - para promover grandes reformas sociais".

Se Marchais e a direção do PCF negam explicitamente isso, é um problema de distância entre intenção e gesto. Temos disso um exemplo bem recente: há várias décadas os PCs oficiais levaram uma política que praticamente negava a necessidade histórica da ditadura do proletariado e somente há pouco tempo o discurso se adaptou à realidade e se abandonou oficialmente aquele objetivo estratégico.

E se é certo que a luta de classes não pode ser reduzida a uma disputa entre chefes de partidos, seu direcionamento para a perspectiva socialista não pode ser buscada através da união de partido reformistas de massa, só porque são "da massa". A grande penetração que um partido possa ter no proletariado por si só não significa estar sob sua perspectiva histórica. O trabalhismo e o populismo estão aí para comprovar...

Cláudio Antônio - São Paulo (SP)

## Recado ao Leitor

Assembléia geral da Editora Aparte S/A.

Todos os acionistas da Editora Aparte S/A, responsável pela publicação de EM TEMPO, estão convocados para a assembléia geral da empresa, marcada para o próximo dia 22 de abril (sábado) em São Paulo. Entre outros assuntos, a reunião deverá debater o programa e o papel do jornal, seu público e seu projeto jornalístico. Além disso, serão eleitos os integrantes do nosso Conselho Editorial e Administrativo - CEA.

Criada em 10 de setembro do ano

passado, a Editora Aparte S/A conta atualmente com a colaboração efetiva de cerca de 300 trabalhadores nas áreas de redação, arte, administração, distribuição, etc. (acionistas "A"), e cerca de 500 apoiadores econômicos (acionistas "B"). Afóra a sede da redação de EM TEMPO, em São Paulo a empresa tem sucursais do jornal em Brasília, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Porto Alegre e Curitiba, além de escritórios em Campinas (SP), Aracaju (SE) e Fortaleza (CE).

# A GREVE DE ABRIL

## CONTAGEM 1968 — 1978

João Batista dos Mares Guia (depoimento dos operários de Contagem)  
Carlos Alberto de Almeida (depoimento do senador Jarbas Passarinho)

No mês de abril de 1968, mais de 15 mil operários metalúrgicos da Cidade Industrial de BH-Contagem, Minas, fizeram uma greve contra o arrocho salarial, exigindo o pagamento de um aumento salarial de 25 por cento. Não era época de campanha salarial. Dias antes da greve os operários da Prefeitura de BH haviam tomado o prédio do órgão e deflagrado uma greve de curta duração. Edson Luis, estudante, havia sido assassinado no dia 28 de março. O movimento estudantil estava nas ruas. A repressão também. O custo de vida e o arrocho não davam mais para agüentar. Em 1967 os metalúrgicos receberam apenas 17% de aumento. A luta contra o arrocho estava na

ordem do dia. Nas fábricas, os operários organizaram-se em comissões. A Belgo era a mais organizada.

A greve começou no dia 16 de abril e já no dia 20 ela atingia 19 empresas. O Ministro do Trabalho foi a Minas e disse que "a contra-revolução não partirá daqui". Isto depois de afirmar que a greve era coisa de "comunistas" e que era ramificação de um movimento nacional com objetivo de derrubar o governo. No final o governo decretou um abono de emergência de 10 por cento, que depois foi descontado no aumento salarial de outubro. A greve durou 10 dias. Foi o primeiro furo no arrocho, e o abono foi estendido a todos os trabalhadores brasileiros.

**Em Tempo** ouviu dois dos principais líderes da greve de abril e o Ministro do Trabalho do governo Costa e Silva, hoje senador, Jarbas Passarinho. Os líderes dos trabalhadores aparecem sob a denominação genérica de operário. Eis seus depoimentos:

**ET** — Por que e como foi feita a greve de abril?

**Operário** — Em 1965 o governo Castelo Branco anunciou que em três anos a inflação estaria completamente controlada. Em 1967 os metalúrgicos de BH-Contagem reivindicaram um aumento de salário de 60%. Era o índice da classe. Com a lei do arrocho salarial eles deram apenas 17%. Aqui na Cidade Industrial de Contagem esses 17% é que causaram o reboliço. Então começaram as movimentações por fábrica preparando a luta contra o arrocho. As comissões de fábrica é que levaram a luta. O sindicato teve pouca importância. Com o golpe de 64 o sindicato ficou meio desacreditado. O Enio Seabra, metalúrgico da Siderúrgica Mannesmann, era o presidente do sindicato. Tinha assumido o lugar do Onofre Martins Barbosa, destituído pela diretoria porque traiu a classe e praticou corrupção. Ele tinha ligações com os organizadores do golpe. Em abril de 1964, o Delegado do Trabalho em Minas, Onésimo Viana, decretou intervenção no sindicato, e nomeou Onofre Martins interventor. Em 1967 ele encabeçava a chapa azul. Enio Seabra era o líder da chapa verde, de oposição. O programa dessa chapa era a luta pelo fim do arrocho, fim do FGTS, liberdade sindical e direito de greve. O Enio recebeu 90% dos votos dos operários da Mannesmann, mas não tomou posse. Onésimo Viana decretou sua impugnação. O Antônio Santana, que era da chapa, com o cargo de bibliotecário, assumiu a presidência do sindicato. De maneira que os operários não acreditavam muito no sindicato.

**ET** — Você falou que a partir da decretação do índice de 17% pelo governo, começaram as movimentações por fábrica. Como?

**Operário** — O pessoal começou a se organizar dentro dos locais de trabalho em comissões que receberam o nome de "comissões de 5" ou "comissões de fábrica". E foi dessas comissões que surgiu a greve de abril. Nela o pessoal começava da discussão das condições de trabalho dentro da própria fábrica. Porque aqui na Cidade Industrial, nessa época de 1967-68, as fábricas não tinham refeitório, nem banheiro ou chuveiro, muita insalubridade, perigo e muito acidente, muita dispensa injusta, punição injusta e perseguição. Foi uma época de grande desemprego. O pessoal soltava foguete quando conseguia emprego. A gente comia pelo pátio fora, trocava de roupa em qualquer

lugar, não tinha onde esquentar a marmitta. Só a Mannesmann, a Belgo e a Magnesita é que tinham essas coisas, mesmo assim muito ruins. A comissão de fábrica começava a organizar os operários a partir da luta por uma coisa dessas.

**ET** — O sindicato teve algum papel na organização dessas comissões?

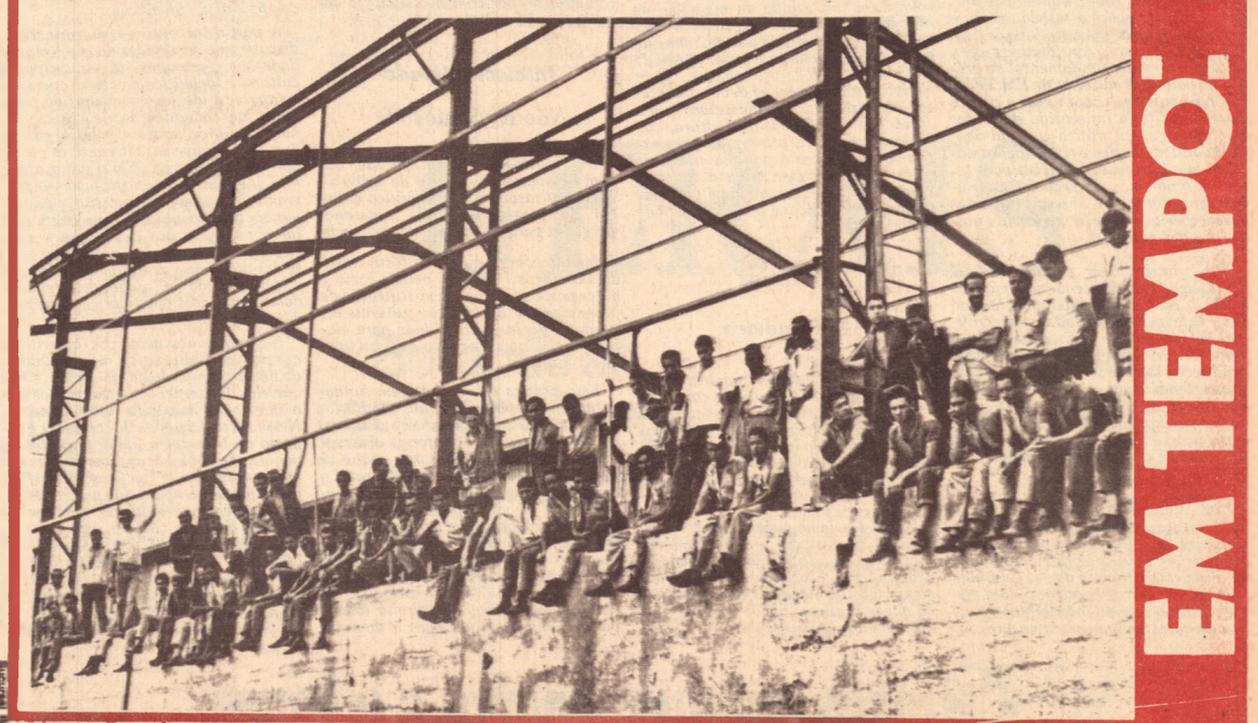
**Operário** — Uma característica que essa chapa eleita em 1967 teve, e que a marcou muito, foi a iniciativa de propor e de criar as delegações sindicais por fábricas. Mas não foi o sindicato que criou as comissões. Elas foram resultado de um movimento que organizou os operários mais combativos, combinando a participação espontânea e a direção política dos operários mais conscientes. Não se pode dizer que as comissões surgiram assim espontaneamente. Nasceram dentro de um processo de luta, que combinava a organização consciente e a descoberta da necessidade da organização na própria luta, primeiro, por pequenas reivindicações, e daí é que partiram para a reivindicação econômica, que já propunha coisa de mais alcance. A comissão começou a virar um órgão praticamente de decisão a respeito de qualquer coisa dentro da fábrica. E o trabalho dela acabava fortalecendo o sindicato.

**ET** — As comissões encaminharam luta por aumento de salário, contra o arrocho?

**Operário** — Elas começaram a discutir o arrocho e o próximo dissídio coletivo, que só aconteceria em outubro de 1968. Passava-se o ano discutindo e programando o que a gente ia fazer quando chegasse a campanha salarial. As comissões foram tomando corpo. Nas fábricas grandes havia mais de uma comissão e havia coordenação entre elas. Mas não havia e nem foi feita uma coordenação entre comissões de fábricas diferentes. O pessoal já tinha uma certa consciência das coisas, e ainda havia bastante entusiasmo com os movimentos de antes de 64. O operário ainda tinha na cabeça dele aquela marca de quando ele negociava, ia para a rua, fazia greve e conseguia alguma coisa, por menor que fosse.

**ET** — Chegando à greve, por que ela foi feita em abril e por que ela começou apenas na Companhia Siderúrgica Belgo Mineira?

**Operário** — Na Belgo os operários estavam bem organizados e preparados para a greve — Lá dentro circulava o jornal Piquete. Saiu essa greve lá, em abril, principalmente por um fato. Ela seria deflagrada em maio. Mes houve um acidente na Belgo, que pouca gente sabe. A Belgo fabrica arame farpado, que é enrolado por uma máquina automática. Um rapaz estava operando essa máquina, não sei por que esse arame arrebentou e foi enrolando completamente o rapaz. Ele morreu na hora. Parecia uma farinha. A direção da Belgo cortou o arame, jogou lá uma água com sabão man-



Contagem, abril de 1968: uma brecha na política do arrocho salarial.

dou tocar o trabalho. Aquilo deu uma revolta violenta no pessoal. Ninguém tinha disposição de esperar mais nada. Daí, combinou-se fazer a greve a partir do dia 16 de abril, às 7:00 horas da manhã. Era para ocupar a fábrica. Quem estivesse dentro não saía, e todos que estavam fora, quando chegassem na mudança de turno, tinham que entrar.

**ET** — A imprensa noticiou que a greve foi estendida a 19 empresas e que mais ou menos 15 mil operários entraram em greve. Como se deu essa expansão do movimento?

**Operário** — No segundo dia de greve a situação estava muito radicalizada. Os operários da Belgo reivindicavam 25% de aumento, mais o pagamento do adicional de insalubridade e de periculosidade. Queriam também melhores condições de trabalho. Nesse dia, o Delegado do Trabalho disse que a greve era ilegal. A Polícia Militar estava pronta para invadir a fábrica. Nego queria resistir de qualquer jeito, outros achavam que não dava. O sindicato ofereceu a sede para os grevistas se reunirem. A sede do sindicato ficava no centro de BH, muito distante da Cidade Industrial, mas era o jeito. Foi sair da Belgo e a Polícia entrar. Nesse mesmo dia a PM espancou os operários que faziam grupinhos perto das portarias da Belgo. Daí em diante, a cada dia iam acontecendo greves de solidariedade em outras empresas. O Jarbas Passarinho chegou a BH no dia 20 de abril, e nesse dia a Mannes-

mann e a Belgo Mineira de João Monlevade entraram em greve. Lá em Monlevade a paralização foi parcial e durou só um dia.

Para se ter uma idéia da disposição de luta dos operários, basta esse fato: no 5º dia de greve a direção da Mannesmann enviou um mestre de aciaria para apresentar à assembleia dos grevistas uma proposta de aumento imediato de 12,5% e daí a 30 dias mais 12,5%, totalizando os 25 por cento que o pessoal reivindicava. A maioria foi contra porque achavam que os 25 por cento viriam de imediato e para todo mundo.

**ET** — Quando a greve terminou os operários haviam conseguido um abono de apenas 10 por cento, decretado pelo governo Costa e Silva. Isso foi uma vitória ou uma derrota?

**Operário** — Esse abono foi decretado porque no dia 24 de abril, Passarinho falou pela televisão e ameaçou usar a repressão. A greve continuou. Por que? Primeiro, os operários não consideravam aquele abono uma vitória. Por outro lado, a greve já caminhava para o décimo dia — já era 26 de abril — quando começaram a falar em fim de greve, e a intenção do pessoal era de comemorar o 1º de Maio em greve. De fato, boa parte dos operários comemorou o 1º de Maio em greve. Só no dia 2 é que todos voltaram ao trabalho. Mesmo assim, na Mannesmann quase acontece outra greve. O Enio Seabra foi preso. Os operários da Mannesmann programaram

uma greve para uma terça-feira ao meio-dia. A direção da empresa ficou sabendo e conseguiu que o Enio fosse libertado. Ele estava com prisão preventiva decretada por 30 dias. Era um inquérito militar. A greve seria feita somente para exigir a libertação do Enio. Ao meio dia da tal terça-feira ele chegou na Mannesmann. O trabalho foi paralizado até as 4:00 horas da tarde porque todos os operários queriam ver o Enio.

Sobre a questão dos 10 por cento de abono, eu considero isso uma vitória. Criar assim de repente um abono que não estava na pauta deles e conseguir isso para todos os trabalhadores brasileiros já era um furo no arrocho.

**ET** — Passados dez anos da greve de abril, você considera essa greve um ponto de referência para as lutas atuais da classe operária? A experiência das comissões de 1967-68 tem hoje alguma importância para a classe operária?

**Operário** — O problema é o seguinte: o retrato da Cidade Industrial em 1968 não é o mesmo em 1978. O número de indústrias cresceu demais. Na época havia uns 30 mil metalúrgicos. Hoje são mais de 60 mil, sem contar a base territorial de Betim, onde ficam localizados a Fiat, a FMB, a Krupp etc. O que mudou radicalmente? Não é que o pessoal não tenha memória de suas lutas e de sua própria história. O pessoal mais antigo, o operário que trabalha aqui há 15 anos, há 20

anos, esse tem uma memória. Agora, a maioria desses operários aí, com esse crescimento, é gente nova, vinda do interior, do campo, e que não tem o menor conhecimento de que essa greve existiu. Como o grande número de operários que estão

aí, se você sair perguntando, eles não sabem nem se sindicato existe, e muito menos ouviram falar dessa greve. Então, acho que na Cidade Industrial não há condição de uma volta ao passado. Isso não existe. Tem é que recomeçar. Agora, a partir da experiência das comissões, na minha maneira de ver, só vejo esse caminho para os operários começarem a participar. Foi provado na prática que a organização por comissão leva a vitórias. Nessa luta de hoje pela reposição salarial foi tirada uma comissão para divulgar a campanha. Essa comissão fez uma

convocação e conseguiu levar uns 2 mil operários para a assembleia seguinte feita no sindicato. Foi aí que apareceu muita gente que nunca mais havia aparecido no sindicato depois de 1968. Estavam presentes, defenderam suas idéias de organização por fábrica, inclusive exigindo que o sindicato levasse essa luta por reposição realizando assembleias por fábricas, formando comissão de fábrica. Os operários têm certeza de que a organização por fábrica dá condição deles ganharem essa luta pela reposição, assim como já ganharam outras lutas no passado.

## O ministro e os operários

Dez anos após a greve de abril de 1968 em Contagem, Belo Horizonte, o senador Jarbas Passarinho fala do ministro do Trabalho Jarbas Passarinho, que teve atuação central no enfrentamento do movimento dos trabalhadores.

**EM TEMPO** — Passado exatamente dez anos, como o sr. avalia a greve que os operários da Cidade Industrial de Contagem e Belo Horizonte fizeram em abril de 1968? Foi justa a atuação do governo?

**Passarinho** — Para mim foi a mais proveitosa lição que tive como Ministro do Trabalho. Porque não tinha nenhuma experiência dessa natureza quando me vi a braços com a greve que crescia. Então, dentro do espírito da lei, a greve era ilegal porque não tinha preenchido os requisitos do Ministério do Trabalho. Fui a Minas contatar com os empregados e me convenci de que embora ilegal a greve era justa, porque trazia um desespero com os salários.

Os índices salariais se baseavam na política salarial do governo, cuja fórmula era e é correta, mas que estava sendo distorcida. (mostrou um gráfico sobre a política salarial do governo contendo resíduo inflacionário, estimativa inflacionária, inflação real dos anos 66, 67 e 68. Disse que embora se esperasse uma inflação de 10% em 1966 e em 1967, na verdade foi de 41% e 24%, respectivamente).

A greve era justa porque entre o resíduo inflacionário e a inflação real havia uma grande diferença. Reconheci isso e fui a Brasília convencer o presidente Costa e Silva de que a greve era justa. Ele se convenceu e me autorizou a dar um abono salarial inicial de 10% para aliviar a situação dos trabalhadores metalúrgicos. Voltei a BH e ofereci o abono, convocando o pessoal voltar ao trabalho.

Não houve violência e a questão foi resolvida no diálogo na televisão, onde mostrei esse gráfico que demonstrava que havia erro na questão dos salários.

**ET** — Na época, de acordo com a imprensa, o sr. afirmou que o movimento grevista era obra de "provocadores", que os comunistas "não dirigiam a greve, mas a preparavam" e que "havia muita gente interessada em transformar operários em carga de canhão, iniciando uma contra-revolução, que saberemos enfrentar com as mesmas armas." Disse ainda que "se as condições se agravarem passando para a provocação e o desafio, vai haver luta e perderá quem tem menos força, embora não queiramos fábricas nem nos transformarmos em cadáveres". Hoje o sr. mantém este ponto de vista?

**Passarinho** — Mantenho a opinião de que tinha participação dos comunistas na greve. O Partido Comunista, PC, é um partido de catequese. Todo mundo sabe disso. Ele

trabalhou no movimento. A minha inteligência na ocasião foi reconhecer que a greve era justa e tirar deles o comando. Eles queriam fazer uma greve geral no Brasil. Queriam que os movimentos que ocorriam em 21 de abril fossem até o 1º de maio para desencadear uma greve geral no Dia do Trabalho. Nós abortamos o movimento. Depois então passei a ser chamado de fascista. A greve não era um assunto específico. Tinha ramificações. Tanto é que quando meu assessor de imprensa desembarcou em Belo Horizonte, pegou um táxi e o motorista, sem saber quem ele era, disse: "a revolução partiu daqui e daqui vai partir a outra revolução para derrubar esta que está aí". Eles queriam preparar uma contra-revolução. Mantenho as declarações que fiz na época.

A nossa intervenção foi para separar a causa real da greve, de causa ideológica. Não foi lá para esmagar a greve, embora tivesse toda força. O Exército colocou um general-de-divisão às minhas ordens pois o Exército via como muito perigoso aquele movimento. O governador de Minas, Israel Pinheiro, colocou o comandante da Polícia Militar às minhas ordens. Se invadíssemos a fábrica iam ter um cadáver da área do trabalho, que eles queriam, pois havia cadáver da área da educação. Mas não invadimos. Fomos a televisão. Fui à assembleia (do sindicato dos metalúrgicos), e recebi palmas. Quando um gordo, com um relógio de ouro no pulso levantou falando em fome, eu disse que era mentira, e apontei um operário magrinho que estava na frente, e disse que esse sim tem razão de falar em fome. Eles querem trabalhar vocês, transformá-los em carne de canhão, eu disse. O caso foi resolvido pela primeira grande modificação na política salarial do governo. A evolução dos salários a partir do segundo semestre de 1968 mostra uma elevação.

**ET** — À luz do chamado projeto de distensão, das reformas políticas que o governo tem anunciado, haveria lugar para movimentos como a greve de abril de 68 em Contagem? Existem, do seu ponto de vista, algum tipo de movimento grevista legítimo?

**Passarinho** — Acredito que o direito de greve é legítimo. Nós devemos impedir que hajam motivos para que as greves sejam desencadeadas. Mas o direito de greve é legítimo. Devemos fazer uma regulamentação mais flexível, senão é a mesma coisa que proibir. O direito de greve para os operários é como o recurso da guerra para um país, o último instrumento.

(entrevista a Carlos Alberto Almeida, de Brasília).

**"Ele deu muito murro na mesa e disse que a revolução saiu de Minas e que a contra-revolução não partiria daqui... com esse falatório de violência ele saiu de dentro do sindicato e a greve continuou. Ele fez um diálogo de guerra".**

EM TEMPO ouviu também relatos e opiniões de alguns operários que atuaram na greve e estiveram presentes à assembleia realizada pelos metalúrgicos no dia 20 de abril de 1968 em Belo Horizonte, na sede do Sindicato, na qual participou o ministro Jarbas Passarinho. Tem a palavra os operários:

José Felício, operário da companhia siderúrgica Mannesmann, relata a assembleia: "O ministro começou a achar que a greve era uma organização nacional, ramificação de agitadores que, por trás, queriam derrubar o governo. Disse que nós queríamos forçar uma intervenção militar no sindicato. Chamou operário de demagogo porque teve companheiro lá que gritou que a marmitta estava vazia. Depois, dando muito murro na mesa, ele falou em cadáver, canhão; revolução, contra-revolução e a classe deu vai nele. Ele foi repugnado pela classe. Ninguém viu o Passarinho como Ministro do Trabalho. Ele foi visto por todos como agente da repressão. A classe já coagida e ele ainda vem falar de máquina de fazer cadáver. Só podia mesmo receber vai".

De fato houve vai, e o Ministro admitiu que sim quando disse ao Es-

tado de São Paulo que "o homem público está sujeito a isso". De resto, fosse ou não desejo do Ministro, o diálogo aconteceu durante essa assembleia sindical. Antonio Pedro, operário da Sociedade Brasileira de Eletrificação, a SBE, dá seu relato:

"O ministro só dizia que a greve era ilegal, que o governo tinha força para fazer com que o pessoal voltasse ao trabalho. Deu tumulto. O pessoal não aceitou aquilo. Companheiro lá perguntou: greve ilegal? E disse que legal era a fome que a gente estava passando. Força? ele perguntou, e disse até que a gente estava cansado de saber que força existia, só que força até aquela data não tinha feito nenhuma fábrica funcionar". Irene Soares, hoje tecelã, trabalhava na metalúrgica Santo Antonio, que não existe mais. Ativista na greve, estava nessa assembleia e assistiu o ministro falar. Seu depoimento: "Ele deu muito murro na mesa e disse que a revolução partiu de Minas e que a contra-revolução não partiria daqui, e que não ia ser daqui que a coisa ia se revelar. Com esse falatório de violência dele, ele saiu de dentro do sindicato e a greve continuou. Ele fez um diálogo de guerra".

EM TEMPO